UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (PPGHIS-UFES)

JOEL SOPRANI

LABORIOSOS E MORIGERADOS OU INDOLENTES E VADIOS

As múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos relatórios governamentais entre 1847 e 1882 no Espírito Santo

VITÓRIA
2015

JOEL SOPRANI

LABORIOSOS E MORIGERADOS OU INDOLENTES E VADIOS

As múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos relatórios governamentais entre 1847 e 1882 no Espírito Santo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.
Orientadora: Profª. Drª. Maria Cristina Dadalto

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Soprani, Joel, 1963-
S712l Laboriosos e morigerados ou indolentes e vadios : as múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos documentos governamentais entre 1847 e 1882 / Joel Soprani. – 2015.
146 f. : il.

Orientador: Cristina Dadalto.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Migração. 2. Escravidão. 3. Brasil - História - Império, 1822-1889. 4. Domingos Martins (ES) – História. 5. Santa Leopoldina (ES) – História. 6. Rio Novo do Sul (ES) – História. I. Dadalto, Cristina. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

JOEL SOPRANI

LABORIOSOS E MORIGERADOS OU INDOLENTES E VADIOS

As múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos relatórios governamentais entre 1847 e 1882 no Espírito Santo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª. Maria Cristina Dadalto
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profº. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª. Drª. Luiza Horn Iotti
Universidade de Caxias do Sul

A Celina, Estevão e Ettore

Razão de tudo

A Lazzarim e Verônica

Gratidão pela vida e exemplo

AGRADECIMENTOS

Entre a ideia e a forma há um percurso intelectual e físico que não acontece de maneira mágica. Entre o propósito de realizar este mestrado e a entrega da dissertação, há uma jornada que só se tornou possível graças à colaboração e generosidade de várias pessoas.

O primeiro agradecimento é para Celina Busato Soprani, companheira de vida há 25 anos, mãe de nossos filhos, que sempre me motivou a não postergar *ad infinitum* a retomada aos estudos.

Na sequência é indispensável agradecer à Profª. Drª. Maria Cristina Dadalto (Ufes), que desde os primeiros contatos sempre se mostrou disponível para debater o projeto e, ao longo do tempo, com paciência e discernimento, foi ajudando a depurar o que estava sendo produzido e a abrir novas perspectivas de estudos. Além de ter indicado boa parte da bibliografia analisada. À Profª. Drª. Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Ufes) agradeço por ter apresentado de maneira simples e envolvente o Paradigma Indiciário, utilizado neste estudo; além da disponibilidade em participar do processo de Qualificação. Ao Profº. Dr. Sebastião Pimentel Franco, agradeço a atenção e disponibilidade para participar da banca, mostrando entusiasmo pelo tema.

À Profª. Drª. Luiza Horn Iotti (Universidade de Caxias do Sul), devo muito da decisão de produzir este estudo, mesmo antes de conhecê-la; é que após analisar, aleatoriamente, alguns relatórios de presidentes da Província do Espírito Santo, encontrei um trabalho científico produzido por ela tendo como base esse mesmo tipo de documento no Rio Grande do Sul... então concluí que seria possível seguir por este caminho. A gratidão é também pela generosidade em vir participar, pessoalmente, da Qualificação e desta banca.

Também não há como deixar de agradecer a três professores do Mestrado de História: Profª. Drª. Adriana Pereira Campos, Profº. Dr. Valter Pires Pereira e Profº. Dr. Julio Bentivoglio, que em suas disciplinas muito contribuíram para que eu pudesse compreender melhor as dimensões dos estudos históricos.

Também fazem parte desta lista todos os amigos/estudantes que em diversos momentos do curso estiveram juntos comigo, contribuindo de alguma maneira. A todos, muito obrigado.

[...] falta de população industriosa e livre, que se aplicasse à lavoura, e tirasse de suas magníficas terras na maior extensão devolutas e incultas, o partido que oferecem com tão larga profusão. Observei que há na Província (do Espírito Santo) lugares para os quais se pode convidar a emigração estrangeira estabelecendo-se núcleos de colonização [...]

(Luís Pedreira do Couto Ferraz, presidente da Província do Espírito Santo [ES 1847, p.36])

[...] vereis que em diferentes partes da Europa, como na Itália, na Bélgica, na França, na Suíça e em alguns estados da Alemanha, vai de tempos a esta parte desenvolvendo-se nos ânimos de pequenos proprietários territoriais, e de trabalhadores, tendências bem pronunciadas de se transportarem para o Império (brasileiro) e nele fixarem residência.

(Luís Pedreira do Couto Ferraz, ministro e secretário de Negócios do Império [MI 1857, p.22])

RESUMO

De 1847 a 1882, a Província do Espírito Santo passou pelo processo de formação de colônias de imigrantes (estatais ou particulares), principalmente de europeus, dentro de um amplo programa do governo imperial para importação de mão de obra para colonização territorial do país e substituição de trabalho escravo. Dentro desse contexto é que se formaram as colônias de Santa Isabel, Rio Novo e Santa Leopoldina, as três que tiveram maior desenvolvimento regional. Toda essa trajetória é relatada em documentos oficiais: relatórios de ministros do Império e de presidentes e vice-presidentes da Província que, ao longo dos anos, apresentaram informações burocráticas, mas também manifestaram opiniões, muitas e muitas vezes pejorativas, em relação aos imigrantes; opiniões essas que variaram conforme o governante e o período. É em torno dessas opiniões que se centra essa dissertação, formulada dentro da linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-Ufes).

Palavras-chaves: Província do Espírito Santo, imigração, período imperial, trabalhadores nacionais, colônias de imigrantes

ABSTRACT

From 1847 to 1882, the province of Espirito Santo went through the process of formation of immigrant colonies (state or private). Primarily European, the colonies were within a broad imperialist government program to import labor into the territorial colonization of the country and to substitute slave labor. Within this context were formed the colonies of Santa Isabel, Rio Novo, and Santa Leopoldina. These three colonies were those with the most regional development. This trajectory is reported in the following official documents: the province's empire minister's, president's and vice president's reports of the province who, over the years, presented bureaucratic information but also expressed opinions, often pejorative ones, toward immigrants. Such opinions would vary between the period's respective ruler and it is around these opinions that this thesis will be focused on. This thesis is centered around these opinions, and it was formulated within the Estado e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-Ufes) guidelines.

.

Keywords: Province of Espirito Santo, immigration, imperial period, national workers, slavery, colonies of immigrants

LISTA DE FOTOS E IMAGENS

FOTO 01 – Casa e terreno de colono em Santa Leopoldina 17

FOTO 02 – Pres. da Província e ministro Luís Pedreira do Couto Ferraz 34

FOTO 03 – Vitória em 1860..... 51

FOTO 04 – Casa provisória do diretor da Colônia Santa Leopoldina em 1860..... 57

FOTO 05 – Lote e habitação de colono em Santa Isabel 66

FOTO 06 – Representante suíço Johann Jakob von Tschudi 88

FOTO 07 – Pres. da Província José Fernandes da Costa Pereira Júnior 89

FOTO 08 – Colonos em frente à antiga casa da diretoria em Santa Leopoldina..... 95

IMAGEM 01 – Capa de relatório de presidente da província..... 29

IMAGEM 02 – Reprodução de discurso contra imigrantes europeus..... 96

LISTA DE TABELAS E MAPA

TABELA 01 – Colonos estrangeiros em Santa Leopoldina em 1863 16

TABELA 02 – Desembarque estimado de africanos 30

TABELA 03 – Colonias no Império em 1852 32

TABELA 04 – População da Província do Espírito Santo em 1856 49

TABELA 05 – População do Império em 1856 50

MAPA 01 – Mapa da Província do Espírito Santo em 1873 com destaque para as colônias Santa Isabel, Rio Novo e Santa Leopoldina, com o núcleo Santa Cruz 67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

1 UM IMPÉRIO EM TRANSFORMAÇÃO 30

1.1 De quem eram as terras? 42

2 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO **48**

2.1 E os presidentes vêm e vão 52

3 A IMIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO **58**

3.1 O nascimento de uma colônia imperial 61

3.2 Um elo em comum: a exaltação à colonização 68

3.3 "É desta gente que queremos na Província" 71

4 O TRABALHADOR NACIONAL **75**

4.1 O trabalhador livre, a escravidão e a propriedade 78

5 AS MÚLTIPLAS IMAGENS DOS IMIGRANTES **82**

5.1 Os suíços e a irritação de um presidente 82

5.1.1 Um bacharel minucioso nos detalhes 89

5.2 Maus pagadores 97

5.3 Chins não são bem-vindos 101

5.4 "Os criminosos" norte-americanos e os bons alemães 103

5.5 Italianos, os insubordinados 104

CONSIDERAÇÕES FINAIS **111**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **115**

ANEXOS **130**

INTRODUÇÃO

> "Ninguém desconhece hoje a importância e necessidade da colonização no país, todos proclamam que dela dependem a prosperidade e riqueza pública; e se alguma província presta-se com propriedade para estabelecimentos coloniais, é sem dúvida esta – a Província do Espírito Santo" (Barão de Itapemirim, 1856).
>
> "Os documentos só falam se soubermos interrogá-los. Tem que saber lê-los e provocá-los". (Marc Bloch, historiador)
>
> "Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la". (Carlo Ginzburg, historiador)

A Província do Espírito Santo no período imperial foi uma das escolhidas para formação de núcleos coloniais como parte do programa do governo brasileiro de incentivo à imigração estrangeira para ocupação de territórios e ampliação de mão de obra. O modelo dominante de sistematização desses imigrantes na Província foi o de assentamento em pequenas propriedades e não do emprego em grandes fazendas, como ocorreu em São Paulo e Rio de Janeiro.[1]

Para Gilda Rocha, não há dúvida de que a corrente imigratória, cujo objetivo inicial era o povoamento do país, ganhou com o tempo o propósito de suprir o Império com mão de obra decorrente da escassez proveniente da proibição do tráfico negreiro, a partir da pressão dos ingleses. Registra, porém, as divergências (governo, parlamento, elite econômica, principalmente grandes produtores rurais) quanto à forma de sistematização desses imigrantes: se assentamento para trabalho em grandes propriedades de café, mesmo que no modelo de parcerias, ou se de incentivo ao empreendedorismo rural com criação de núcleos coloniais. Este último formato foi o que prevaleceu no Espírito Santo.

Rocha divide esse processo de colonização em três períodos. O primeiro, de 1847 a 1881; o segundo, de 1882 a 1887, e o terceiro, de 1888 a 1896.[2] A primeira fase caracteriza-se por um período de ajuda imperial aos imigrantes, com pagamento de passagens e subsídio

[1] ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo** (**1847-1896).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Niterói, Rio de Janeiro, 1985. p. 8-18.
[2] Ibid., p. 67-105.

para manutenção nos primeiros anos no país. Na segunda fase, há o corte das subvenções para os imigrantes destinados aos núcleos coloniais, o que fez declinar a entrada de estrangeiros no Espírito Santo. Na terceira fase, de 1888 a 1896, com pressão maior de grandes produtores rurais, o governo central passou a incentivar a formação de núcleos coloniais próximos às grandes lavouras para facilitar a obtenção de mão de obra pelos fazendeiros. Nessa fase, a entrada de imigrantes foi muito mais expressiva do que nas anteriores

É no primeiro período que se situa o objeto de estudo deste trabalho, entre 1847 a 1882, datas que representam a criação da Colônia Santa Isabel – quando efetivamente se iniciou esse processo de colonização na Província – até a emancipação da Colônia Santa Leopoldina, a maior do Espírito Santo. Essa colônia, além de seu núcleo original, originado em 1855, que se situava onde fica o município de Santa Leopoldina, teve mais dois núcleos ligados administrativamente. O primeiro foi fundado em 1874, às margens do rio Timbuí (região do atual município de Santa Teresa), a 10 quilômetros do estabelecimento central, e o outro, de Santa Cruz (que engloba parte dos atuais municípios de Ibiraçu, João Neiva e Aracruz), que surgiu em 1877 e foi ocupado majoritariamente por italianos.

A Colônia Santa Leopoldina chegou a ser uma das maiores do império e era bem diversificada em termos de imigrantes (suíços, alemães, franceses, holandeses, poloneses, italianos e outros). Seu início foi relativamente conturbado, principalmente pela escolha inapropriada de terras que foram destinadas ao primeiro grupo de colonos, principalmente suíços.

O período estudado não é, em termos estatísticos, o de maior representatividade em número de imigrantes que chegaram ao Espírito Santo, mas é nele que se formam as estruturas – as áreas coloniais propriamente ditas e os órgãos burocráticos que servirão de suporte – nas quais se desenvolverá todo o processo de colonização no Espírito Santo. Representa também um período de vários conflitos que servirão para que a elite governamental manifeste suas opiniões e preconceitos em torno desses povos que vindos da Europa – em sua grande maioria –, da Ásia, ou da América do Norte, mudaram a realidade regional.

Tabela 01: Colonos estrangeiros em Santa Leopoldina em 1863 [3]

Nacionalidade	Colonos	Masculino	Feminino
Prussianos	208	21	187
Holandeses	232	106	126
Suíços	90	48	42
Hessianos	80	42	38
Saxônios	73	33	40
Tiroleses	87	49	38
Luxemburgueses	68	39	29
Badenses	29	19	10
De Holstein e Mecklemburg	22	11	11
Bávaros	10	6	4
Hanoverianos	10	7	3
Oldemburgueses	4	2	2
De Schwarzburg-Rudolfstadt	4	2	2
De Nassau	6	4	2
Belgas	11	6	5
Franceses	4	3	1
Ingleses	2	1	1
Soma	**940**	**399**	**541**

Fonte: ESPÍRITO SANTO [ES 1863 – 1]. Relatório que devia ser apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1863 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. p. 34.

[3] SEIDE, 1980, esclarece, indiretamente, o fato de na lista não aparecer os pomeranos. É que esse povo, que começou a chegar a Santa Leopoldina em 1859, vinha de uma região que na época pertencia à Prússia. (SEIDE, Frederico Herdmann. **Colonização alemã no Espírito Santo.** Texto inédito produzido em 1980, por encomenda de Fernando Achiamé para a Enciclopédia Histórica Contemporânea do Espírito Santo).

Foto 01: Casa e terreno de imigrante em Santa Leopoldina

Prazo do colono Igmar ou Ignez Helmer, Santa Leopoldina, 1875. Foto de Albert Richard Dietze. Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ)

Esta dissertação tem como objetivo analisar como os governantes da Província – presidentes e vice-presidentes no exercício da presidência – representavam identitariamente esses imigrantes/colonos e também os trabalhadores nacionais livres, compreendidos, neste caso, como integrantes da população do país, não incluindo índios. A indagação a que se busca responder é qual relação entre essa "visão" dos governantes em torno dos imigrantes e dos nacionais e o processo de imigração e colonização em desenvolvimento.

A análise é feita a partir dos relatórios oficiais dos presidentes da Província do Espírito Santo, em alguns momentos, em conjunto com relatórios do Ministério de Estado dos Negócios do Império. Relatórios esses apresentados anualmente à Assembleia Legislativa Provincial ou à Assembleia Geral Legislativa do Império ou nos momentos de troca de comando na Província. Esses documentos estão disponibilizados parte no (site do) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e outros no site da Universidade de Chicago (www.crl.uchicago.edu). Mas por que realizar um estudo a partir de documentos oficiais, considerando-se, de antemão, que nenhum governante valoriza possíveis erros e destaca normalmente os aspectos positivos de suas administrações? Em primeiro lugar, esta opção ocorre por serem os relatórios os principais documentos em que é possível acompanhar todo o processo de formação das colônias em nível de ações governamentais ou estatísticos.

Bloch observa sobre uso de documentos oficiais na investigação histórica: "Os documentos só falam se soubermos interrogá-los".[4] É necessário saber lê-los e provocá-los. Saber ler, de acordo com essa perspectiva, é situar-se além das palavras, buscando compreender não só o escrito, mas as relações com os outros textos e até mesmo o não dito. É buscar indícios que revelam contradições e preconceitos.

Também em relação ao uso de documentos oficiais como fonte vale a observação de Cardoso e Vainfas que "um documento é sempre portador de um discurso que [...] não pode ser visto como algo transparente, ou seja, imparcial".[5] É preciso compreender o que existe além do discurso do próprio documento.

[4] BLOCH**,** Marc Léopold Benjamin. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**; tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002. p. 79.
[5] CARDOSO, C.F.S. (Org.); VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 537.

Sobre a utilização de relatórios oficiais a professora e historiadora Luiza Horn Iotti faz observação sobre seu valor para pesquisa em estudo da imigração no Rio Grande do Sul que, pelo paralelismo, pode servir para a história da Província do Espírito Santo

> Em função da alta rotatividade no cargo, alguns relatórios e falas se limitavam à narrativa das dificuldades encontradas na aplicação das leis referentes à imigração e à colonização, a relacionar inúmeras queixas sobre a falta de recursos para esses setores e a nomeação e troca de funcionários nas colônias. Mas, apesar disso, os relatórios constituem importante fonte de consulta, na medida em que permitem acompanhar as dificuldades enfrentadas pelos presidentes para colocar em prática as inúmeras leis promulgadas pelo Império e pela província referente à imigração e à colonização.[6]

A implementação do programa de importação de colonos para o Brasil (principalmente europeus) foi uma decisão governamental que serviu para reconfigurar o país não só no campo econômico, mas também nas relações sociais e políticas. Apesar de ser um estudo a partir de documentos elaborados por políticos, não se faz, aqui, uma história de políticos, mas uma análise de como as relações de poder, por meio da política, repercutem na vida dos imigrantes e, consequentemente, da própria província.

Compreender a dinâmica que serviu para estruturar as colônias exige conhecer as relações políticas e de poder durante o período imperial. É uma perspectiva que se coaduna com a defesa que Rémond faz dos novos estudos de história política.

> Durante muito tempo censurou-se a história política por só se interessar pelas minorias privilegiadas e esquecer o povo, as multidões, as massas, o grande número. Talvez fosse uma censura justificada na época em que os historiadores políticos se acantonavam na biografia dos notáveis – modestos – do jogo político, e que se atribui como objeto a sociedade global. Mas será que eles o fizeram algum dia? Não se aplica mais, certamente, contra uma história que pretende integrar todos os atores, mesmo os mais modestos.[7]

[6] IOTTI, Luiza Horn. **Presidentes da província: a leitura oficial dos imigrantes italianos no Império**. *Revista Métis*, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, 2005. p. 186.
[7] RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed. 2003. p. 33.

Apropriando-se de uma expressão de Chersteton: "Quem quer que se disponha a discutir o que quer que seja, deveria sempre começar dizendo o que não está em discussão".[8] Então, primeiro é preciso esclarecer que este não é um trabalho que vai narrar a história de colônias ou de imigrantes, nem avançar nos fatores externos e internos que determinaram os processos imigratórios, mas apontar elementos indiciários que permitam novas leituras em torno da forma como a elite de poder da Província do Espírito Santo "enxergava" os imigrantes, ao mesmo tempo, até como contraponto e complemento, a imagem que eles tinham dos trabalhadores livres nacionais, e o que ajudava a determinar essas concepções e as implicações que elas representavam.

E como a fonte principal da pesquisa são os relatórios oficiais escritos por presidentes ou vice-presidentes da Província, é necessário também estudar esses personagens e suas relações na estrutura político-econômica. Inclusive, considerando-se a classificação de Max Weber em relação aos tipos de dominação, é possível inserir os presidentes de província no Brasil dentro de uma representação racional-legal, baseada na noção de Direito.[9] Os presidentes não tinham poderes extraordinários, mas agiam em conformidade com as ordenações legais, que não eram poucas.

A administração pública no período imperial era bastante legalista, com um grande conjunto de leis que servia de norte para os dirigentes. O próprio processo de colonização ocorre numa atualização constante de legislação que regulava desde a criação das colônias até como deveria ser o transporte dos imigrantes, passando pelos direitos e deveres dos colonos às formas de atuação dos diretores. É um permanente ir e vir de leis e relatórios que moldavam os governos de província e do Império. Diretores de colônias relatavam aos presidentes de província, que relatavam aos deputados provinciais, enquanto ambos recebiam regramentos do governo central, que por sua vez encaminhava suas leis para análise do Parlamento.

Num dos mais aprofundados estudos sobre a elite de poder no período imperial no Brasil, José Murilo de Carvalho salienta que, apesar de não existir uma uniformidade ideológica, havia características comuns a quem alcançava cargos de maior relevância. Os que

[8] Gilbert Keith Chesterton, escritor e teólogo inglês (1874-1936) conhecido como "príncipe do paradoxo", pela sua forma argumentativa. O texto citado é do livro Ortodoxia, traduzido por Almiro Pisetta. — São Paulo: Mundo Cristão, 2008. p. 10.

[9] WEBER, MAX. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** V.2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Editora UnB. São Paulo, 2004. p. 187-233.

atingiram altos postos no Império normalmente eram ligados à aristocracia e se destacavam, em sua maioria, por ter curso superior: "a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos",[10] com formação principalmente na área de Direito. Não é sem motivo que a maioria dos presidentes da província do Espírito Santo tinha formação jurídica. Carvalho destaca que, em nível de importância, os cargos mais relevantes no Império eram os de ministros, senadores (que tinham cargos vitalícios), deputados federais e membros do Conselho (evidentemente se refere ao Conselho de Governo). Quanto aos presidentes de província, José Murilo de Carvalho faz o seguinte registro:

> [...] é preciso dizer algo sobre o segundo escalão da burocracia, presidentes de província, diretores, chefes de seção. Quanto aos presidentes, estão em boa parte incluídos na elite nacional, como a definimos, pois a presidência era um passo na carreira do político.[11]

Ocupar o comando de uma província era, então, um passo na carreira política, não o objetivo político, como pode ocorrer atualmente. E, no caso de uma província de menor destaque, como a do Espírito Santo, quem vinha a ocupar esse posto, naquele período, estava apenas escalando um degrau menor na carreira. E a rotatividade era grande, com muitos intervalos de comando nas mãos dos vice-presidentes, ligados à oligarquia local – na maioria das vezes oligarquia rural – e que eram indicados pelo poder legislativo regional. Nenhum membro originário da elite da Província ocupou, durante esse período, cargo em ministério ou no Conselho, o que mostra a limitação dos políticos locais.

Carvalho estabelece cinco períodos durante o Império: [12]

Primeiro Reinado..... 1822-1831
Regência 1831-1840
Consolidação 1840-1853
Apogeu 1853-1871
Declínio e queda..... 1871-1889

[10] CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed. 2007. p. 63.
[11] Ibid., p. 56.
[12] Ibid., p. 59.

Considerando essa periodização, este estudo vai do período de Consolidação ao de Declínio e Queda do Império. Durante esse período, poucos políticos que ocuparam o comando da província do Espírito Santo foram escalados para dirigir outras províncias, ou ocupar cargos de maior importância no cenário nacional, conforme se observará mais detalhadamente no tópico "Os presidentes vêm e vão", do capítulo II (páginas 52 a 58).

Para ajudar a compreender melhor esses processos e suas relações com a imigração e o tratamento dispensado ao trabalhador livre nacional, é que se insere o Paradigma Indiciário nesta dissertação. Trata-se de metodologia desenvolvida pelo italiano Carlo Ginzburg[13] que privilegia a capacidade de indagação, investigação e, até mesmo, intuição, na análise histórica. O núcleo do Paradigma Indiciário é o postulado segundo o qual "se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la."[14]

Por isso, ao analisar os relatórios oficiais, buscando neles além de informações factuais, serão investigados indícios que apontem contextos e situações que envolvam os discursos dos presidentes e vice-presidentes em torno dos imigrantes. Um fator relevante para opção desse paradigma encontra-se nas possibilidades de analisar um período histórico a partir de elementos encontrados "ao acaso", ou seja, a partir de um olhar atento sobre o objeto de pesquisa, percebem-se "sinais" que permitem aprofundar a compreensão objeto. Ginzburg, ao montar o Paradigma Indiciário, ampara-se em dois personagens reais – o crítico de arte italiano Giovanni Morelli (1816-1891) e o criador da psicanálise Sigmund Freud (1856-1939), e em um personagem da ficção, o detetive Sherlock Holmes, criado pelo escocês Arthur Conan Doyle (1859-1930). O paralelo entre os três é a utilização de sinais como elemento indutor para compreensão dos objetos em análise.[15]

Giovanni Morelli tornou-se conhecido por criar uma nova forma de estudo de obras de artes para certificação de autoria de quadros famosos. Para ele, os detalhes mínimos, aparentemente insignificantes, são muito valiosos. Em vez de estudar elementos mais vistosos de uma pintura, como a forma do rosto, opta pela análise do formato das unhas ou do lóbulo de orelha, isto é, elementos aparentemente menores no contexto da obra, mas que costumam

[13] Historiador italiano nascido em Turim, em 1839, e especialista em micro história. Ficou conhecido em nível internacional com o livro "O queijo e os vermes" (Il formaggio e i vermi, 1976), que aborda a vida de um camponês em Montereale Valcellina, Itália. Na obra "História noturna" (Storia notturna, 1989), traça um panorama que vai da caça às bruxas até uma grande variedade de práticas que evidenciam elementos de cultos xamânicos na Europa.

[14] GINZBURG, Carlo**. Sinais: raízes de um paradigma indiciário** In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed. 2012. p. 177.

[15] Ibid., p. 143-180.

ser muito mais indicativos de autoria. Morelli conseguiu mostrar, na prática, a funcionalidade de seu método e, desta maneira, autenticou – ou não – muitas obras valiosas. "Esses dados marginais, para Morelli, eram reveladores porque constituíam os momentos em que o controle do artista, ligado à tradição cultural, distendia-se para dar lugar a traços puramente individuais, que lhe escapam sem que ele se dê conta"[16], aponta Ginzburg.

Já o austríaco Sigmund Freud tornou-se conhecido por desenvolver uma forma de compreensão da psique humana utilizando-se de um método que se se assemelha ao sistema morelliano – de quem, como indica Ginzburg, o austríaco tirou parte de sua inspiração para criação da Psicanálise ao conhecer sua obra, o que ele próprio reconhece em seu estudo "O Moisés de Michelangelo".[17] Por fim, fechando a tríade, o detetive Sherlock, conhecido por resolver casos policiais intrincadíssimos a partir de sinais desconsiderados pelas outras pessoas. Mas o próprio Ginzburg, ao referenciar os três, não deixa de apontar, porém, que desde a antiguidade o método indiciário já fazia parte da vida humana.

> Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufos de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. [18]

Em "O fio e os rastros", obra em que analisa seu percurso intelectual, e evidentemente o amadurecimento do Paradigma Indiciário, Ginzburg insere-o também como uma resposta ao ceticismo antipositivista, que por alguns anos, contestou até mesmo a validade da história em decorrência da subjetividade do historiador. Para Ginzburg, "contra o ceticismo radicalmente antipositivista que ataca o referencial dos textos como tais, pode-se usar uma argumentação em certos aspectos semelhantes àquela lembrada por Bloch. Escavando os meandros do texto, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas".[19]

[16] GINZBURG, 2012, op. cit., p. 150
[17] Ibid., p. 147.
[18] Ibid., p. 151.
[19] GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 9.

É como observa Márcia Rodrigues.

> O procedimento ou princípio construtivo que tem guiado os ensaios do historiador italiano Carlo Ginzburg é sempre um "*achado*", proveniente das margens de investigações inteiramente diversas. Esses '*achados*' segundo o autor são frutos do acaso. [20]

Paul Ricouer, ao analisar questões como memória, testemunho, arquivo, documentação e esquecimento, faz um paralelismo entre as contribuições de Marc Bloch e Ginzburg, realçando que o primeiro "deixa desmarcada a noção de vestígio, evocada a propósito da arqueologia e reduzida rapidamente à noção de testemunho não escrito".[21] Entretanto, ressalta ele, "os vestígios desempenham um papel não desprezível na corroboração dos testemunhos, como confirmam as perícias policiais e a interpretação dos testemunhos orais ou escritos". É dentro dessa perspectiva, então, que o Paradigma Indiciário se diferencia do Paradigma Galileano, com a centralidade na singularidade.

Este trabalho, então, usa como sistema a leitura de textos presidenciais, de textos ministeriais, de chefes de repartições, e, a partir deles, busca a compreensão em torno dos fenômenos políticos, econômicos e sociais que influenciaram na formatação do pensamento dos presidentes e vice-presidentes em torno da imagem do imigrante e do trabalhador nacional. Isso, amparado em estudos já consagrados e com dosagem de indiciarismo. Ressalvando-se que o achado circunstancial só passa a ter valor a partir de confrontações com dados que certifiquem sua validade.

Deve-se também apontar a ligação deste estudo com a linha de pesquisa escolhida, Estado e Políticas Públicas, conforme consta no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-Ufes).

> A linha de pesquisa (Estado e Políticas Públicas) contempla também a implementação do que podemos denominar como políticas públicas. Não obstante o termo políticas públicas, em sentido estrito, ser empregado para designar um conjunto mais ou menos integrado de medidas estatais de intervenção na economia (Rémond, 1996:23), preferimos atribuir à expressão um sentido lato. Sendo assim, concebemos políticas públicas como estratégias de ação estatal visando à consecução de objetivos políticos

[20] RODRIGUES, Márcia B.F. "**Razão e Sensibilidade**: **reflexões em torno do paradigma indiciário"** In Revista Dimensões. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - CCHN, nº 17, 2005. p. 2.
[21] RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain Fraçois. Ed. Unicamp, 2008. p. 185-188.

> nos mais diversos domínios da vida em sociedade, tais como a economia, o serviço social, a educação, a integração social, a cultura e outros. Além disso, faz-se necessário analisar, em contrapartida, como o Estado se relaciona com os territórios que o cercam ou sobre os quais exerce algum tipo de ingerência, o que implica o estudo dos movimentos de expansão de fronteira, de gestão de domínios, impérios e colônias e as relações estabelecidas com outros Estados por intermédio de pactos, alianças, ligas e federações. [22]

Sobre os relatórios usados para este estudo, observa-se ainda que muitas vezes quem os escreve aproveita para fazer enunciações pessoais, apresentando seu ponto de vista em torno de determinados tópicos. E "colonização" é um intertítulo recorrente nesses relatórios, em que primeiro há uma introdução com considerações preliminares e depois a subdivisão temática, em geral por colônia (Santa Isabel, Rio Novo, Santa Leopoldina), mostrando o quantitativo populacional, problemas e o que estava sendo feito em cada uma delas.

Os relatórios geralmente começavam com um tópico dedicado à "família imperial" e alguns tópicos recorrentes são: "tranquilidade pública", "segurança individual", "polícia e administração da Justiça", "culto público" (normalmente sobre a situação dos templos católicos), "cemitérios", "força pública", "prisões públicas", "salubridade", "casas de caridade", "catequese e civilização de indígenas", "instrução pública", "finanças da Província", "Capitânia do Porto", "agricultura", etc. Podiam conter até mais de 100 páginas, sem contar os anexos. Os documentos assinados pelos presidentes da Província eram mais extensos do que os apresentados por vices.

Esses documentos também costumavam ser acompanhados de apensos, ou seja, anexos, principalmente das áreas de polícia, educação e agricultura. Também se tornaram comuns com a colonização os apensos dos diretores de colônias. Neste estudo, por questão de tempo dada a extensão desses documentos, com algumas poucas exceções, não são avaliados os relatórios de diretores de colônias. A centralidade da análise será em torno dos relatórios de quem governa a Província. Para se ter ideia do quantitativo documental, apenas os trechos dedicados à colonização e assinados pelos presidentes e vice-presidentes, ao longo do período estudado (1847-1882), somam 660 páginas.

---

[22] Site do Mestrado em História Social das Relações Políticas, PPGHIS, Ufes. Disponível em: http://www.historia.ufes.br/pos-graduacao/PPGHIS/detalhes-da-linha-de-pesquisa?id=189

Quanto à escolha do título "Laboriosos e morigerados ou indolentes e vadios: as múltiplas imagens do imigrante e do trabalhador livre nacional nos relatórios governamentais entre 1847 a 1882 no Espírito Santo" foi com a intenção de aproveitar termos recorrentes dentro dos relatórios provinciais em relação à opinião dos governantes, pejorativamente ou não, em torno dos colonos importados ou sobre os trabalhadores livres nacionais. As duas primeiras expressões, em desuso, são de caráter positivo; as outras duas, negativas, são ainda comuns: o dicionário Aulete apresenta os seguintes valores semânticos para essas palavras: [23]

1. **Laborioso**: que trabalha muito e com dedicação; diligente; esforçado [antônimo: indolente, preguiçoso].
2. **Morigerado**: moderado no modo de viver, que tem bom procedimento, bem educado.
3. **Indolente:** que quase não tem vitalidade, energia, para agir ou fazer algo, preguiçoso.
4. **Vadio:** que é desocupado; ocioso; vagabundo; que não tem domicílio certo e leva vida errante.

Merece registro ainda a questão da ortografia. Muitos nomes apresentam nos relatórios divergência de grafia. A opção no presente trabalho é pelas formas atualizadas pela Língua Portuguesa. Um exemplo é o nome "Isabel". Nos relatórios é comum a grafia "Izabel", mas o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), da Academia Brasileira de Letras (ABL) reconhece apenas a forma "Isabel". O sobrenome "Couto" é outro exemplo (nos textos é comum a grafia Coutto). Nos casos desses nomes próprios, essa também tem sido a fórmula preferida em obras de historiadores contemporâneos. A transcrição de trechos de relatórios também está sendo feita considerando as atuais normas ortográficas, mas sem alterar conteúdo.

A partir dessas considerações é que se monta esta dissertação, cuja estrutura se apresentação em uma introdução, cinco capítulos e considerações finais. No capítulo I "**Um Império em transformação",** se referenciara a situação econômica, política e social do Brasil na segunda metade do século XIX, principalmente a partir da necessidade de substituição de mão de obra em decorrência da pressão internacional para supressão do sistema escravagista, que praticamente sustenta a economia agrícola, ao mesmo tempo em que

[23] Cf. Aulete Online: www.auleteonline.com.br

o governo imperial busca ampliar a colonização do – grande – espaço territorial nacional com a importação de imigrantes, em sua maioria europeus. Nesse contexto, ganha importância a Lei de Terras, criada em 1850 e colocada em prática a partir de 1854, mas cuja efetivação esbarrava em interesses regionais, principalmente em relação aos territórios devolutos. Um caso ocorrido na Província do Espírito Santo vai mostrar como o propósito do governo central de colonização encontrava resistência, inclusive com ocorrência de fraudes. Ganha destaque o debate sobre o modelo ideal para atração desses imigrantes, quer para trabalhar nas grandes propriedades cafeeiras, quer em assentamento incentivado em colônias como potenciais empreendedores.

No capítulo II, **"A Província do Espírito Santo",** foca-se na situação da Província do Espírito Santo em nível político e econômico durante 1847 a 1882. Uma das províncias mais pobres do império era também uma das de menor população, com extensas áreas não povoadas e muita terra devoluta, o que, por paradoxo, a transformou numa região atrativa para formação de núcleos coloniais. Por não ser politicamente destacada, essa província, durante muitos anos, teve como presidentes políticos sem experiência administrativa e sem expressividade, servindo apenas como trampolim para formação de currículos pessoais.

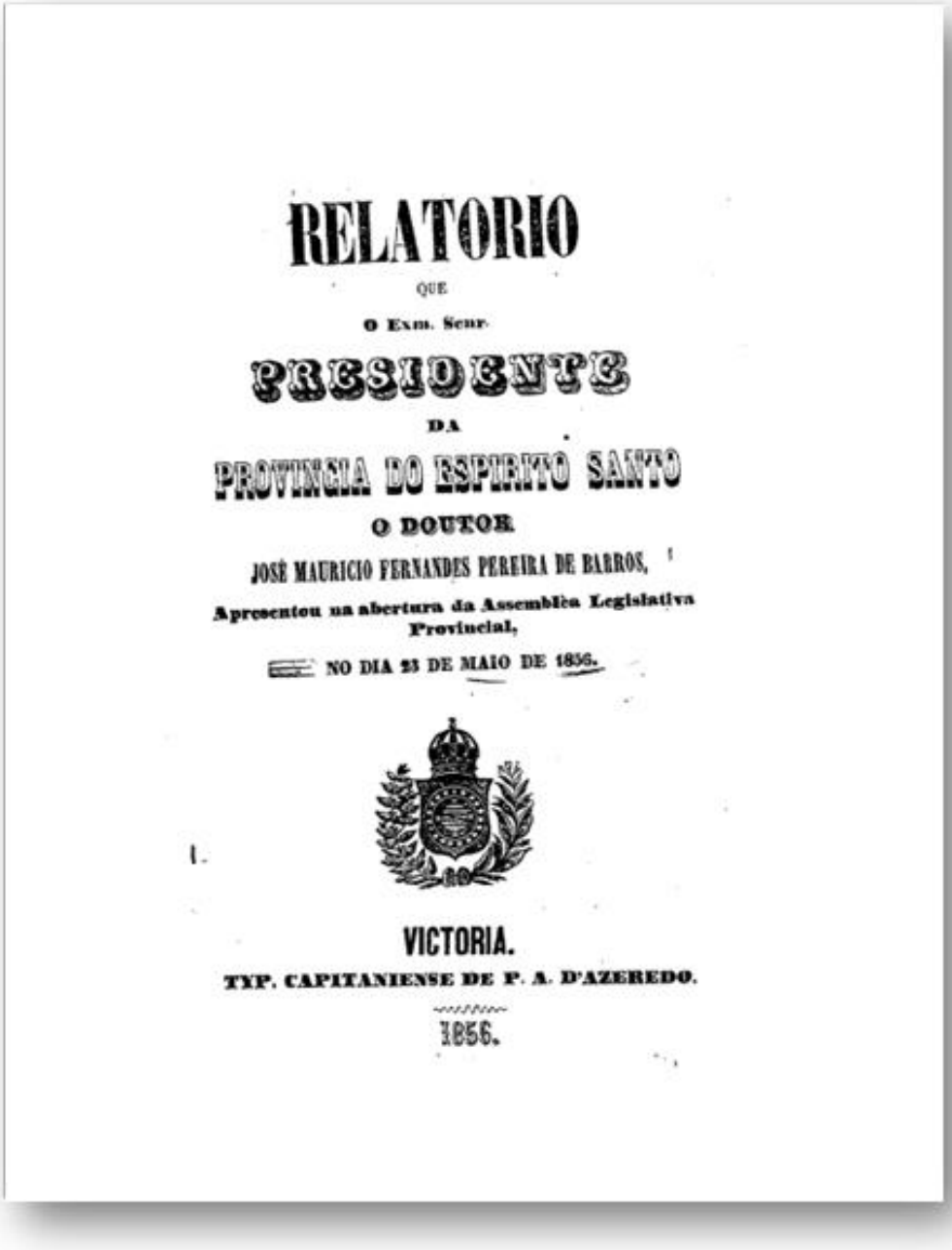
No capítulo III, **"A Imigração no Espírito Santo",** regionalizar-se-á o movimento migratório, mostrando como se deu o processo de imigração na Província, principalmente com as formações das colônias Santa Isabel, Rio Novo, e, com relevo maior, Colônia Santa Leopoldina, que se transformará na principal colônia do Espírito Santo. Serão abordadas as justificativas oficiais para sua formação, as primeiras ações efetivas em nível burocrático e, também os primeiros entraves enfrentados pelos imigrantes. Inicia-se a análise propriamente dos relatórios oficiais, mostrando, principalmente, a imagem idealizada – ou perfil – de imigrante/colonizador que os presidentes e vice-presidentes esperavam que viessem para o Espírito Santo.

No capítulo IV, **"O trabalhador nacional",** englobam-se os debates e as opiniões em torno do trabalhador livre nacional, por muitos considerados preguiçosos e que necessitava de passar por um processo civilizacional, principalmente com a presença de imigrantes europeus. Abordam-se, também, as questões envolvendo propostas de colônias com esses trabalhadores.

No capítulo V, “**Múltiplas imagens dos imigrantes”,** mostra-se inicialmente um episódio singular envolvendo o enviado da Confederação Suíça, Johann Jacob von Tschudi, que visitou as colônias do Espírito Santo em 1860 e em cujo relatório fez apreciação negativa da situação de seus conterrâneos, principalmente em Santa Leopoldina. Reagindo a esse documento, o presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior, que governou a Província entre 1861 e 1863, veio a dedicar muitas páginas de relatórios para criticar Tschudi e a abordagem feita por ele, colocando a culpa pelos problemas da colônia aos próprios suíços. Serão apresentadas também as construções retóricas envolvendo italianos, americanos, alemães, chineses, indicando como alguns grupos são mais criticados, muitas vezes injustamente, ou mesmo vítima de preconceitos pelos presidentes da Província. Em alguns casos, as considerações feitas por eles são desconexas da realidade. Muitas vezes, grupos criticados por um presidente são elogiados por outro, numa gangorra de imagens e opiniões que derivam conforme o momento histórico.

Por fim, nas “C**onsiderações finais”,** alinham-se as múltiplas formatações de imagens desses diferentes grupos de imigrantes, e também dos trabalhadores nacionais livres, conforme se processava o processo de colonização durante o período imperial.

Imagem 01: Capa de relatório de presidente da província



RELATORIO

QUE

O Exm. Snr.

PRESIDENTE

DA

PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO

O DOUTOR

JOSÉ MAURICIO FERNANDES PEREIRA DE BARROS,

Apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial,

NO DIA 23 DE MAIO DE 1856.

VICTORIA.

TYP. CAPITANIENSE DE P. A. D'AZEREDO.

1856.

Capa do relatório apresentado pelo presidente da Província José Maurício Fernandes Pereira de Barros à Assembleia Legislativa Provincial em 23 de maio de 1856.

1 UM IMPÉRIO EM TRANSFORMAÇÃO

A década de 1850 representa para o Império um período em que se iniciam significativas mudanças na sua configuração econômica e social. Já no primeiro ano do decênio, pressionado pelos ingleses, o Brasil adota, em 4 de setembro, a Lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico de escravos. Com isso, o fluxo da mão de obra africana começa a sofrer significativa redução. Entre 1846 e 1850, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 257.500 escravos entraram no território nacional. Em reportagem do dia 4 de janeiro, a revista Veja mostrou que novos levantamentos, realizados pela Universidade Emory, em Atlanta (EUA) mostram que a escravidão no Brasil foi pior do que se imaginava. São 35 mil viagens documentadas e 4,9 milhões de africanos trazidos à força, ou seja, 1,2 milhão a mais do que se pensava antes.. [24] Mas esse cenário começava a mudar, pois de 1851 a 1855, apenas 6.100 escravos entraram aqui. [25]

Tabela 02: Desembarque estimado de africanos

Desembarque por quinquênio	
1801-1805	117.900
1806-1810	123.500
1811-1815	139.400
1816-1820	188.300
1821-1825	181.200
1826-1830	250.200
1831-1835	93.700
1836-1840	240.600
1841-1845	120.900
1846-1850	257.500
1851-1855	6.100

Fonte: IBGE

[24] RITTO, Cecília. Foi pior do que se pensava. **Revista Veja,** editora Abril, edição 2411 de 4 de janeiro de 2015.
[25] IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de janeiro : IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 223, *apud* IBGE. Desembarques no Brasil.

O Brasil era governado por um imperador jovem, Pedro II – 36 anos em 1850 – que sabia não ser mais possível remar contra o movimento externo contrário à escravidão, mesmo enfrentando resistência interna que fez com que demorasse ainda 38 anos para abolição completa do regime escravocrata. Não havia mais como ignorar os ultimatos dos ingleses, principalmente, porque os cruzeiros britânicos já estavam interceptando e colocando fogo em navios brasileiros flagrados com escravos. Caio Prado Junior salienta:

> Em março de 1850, o todo-poderoso Gladstone ameaçava obrigar o Brasil ao cumprimento dos tratados a ponta de espada e pela guerra até o extermínio; e pode-se acreditar que isto significava alguma coisa mais que simples figura de retórica. [26]

Nos anos seguintes ao decreto da Lei Eusébio de Queirós, o governo aparentemente cumpre seu papel no combate ao tráfico ilegal, enquanto cresce a reclamação de grandes proprietários de terras de falta de mão de obra. Um exemplo de combate ao tráfico aconteceu já em 1851 no Espírito Santo quando, segundo Basílio Carvalho Daemon, foram *"*apreendidos em Itapemirim pelo então delegado de Polícia, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, cento e tantos africanos boçais, vindos em um barco da Costa da África, sendo em seguida remetidos para a Corte no vapor cruzador Tétis." [27] O fato constou do relatório apresentado, no ano seguinte, pelo presidente da Província, José Bonifácio Nascentes de Azambuja, em sua prestação de contas à Assembleia Legislativa Provincial.

> Nesta província foi capturado no dia 1º de maio do ano passado, mediante diligências executadas pelo delegado de polícia de Itapemirim, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, um carregamento daqueles infelizes que se tentara desembarcar nas margens do rio Itabapoana.[28]

O país já estava, naquele momento, em um processo de introdução de colonos europeus. Em 1852, conforme relatório do ministro do Império José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre), apresentado à Assembleia Geral Legislativa, existiam no Brasil

---

[26] PRADO JR, Caio. **Evolução Política do Brasil: Colônia e Império**. São Paulo. Brasiliense. 21ª ed. 1994. p. 92.

[27] DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística.** Vitória: Tipografia Espírito-Santense, 1879. p. 384.

[28] ESPÍRITO SANTO [ES 1852]. Relatório que o exmº. presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes D'Azambuja dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852.Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1852. p. 7.

22 núcleos coloniais, do quais um estava na Província do Espírito Santo: era a colônia Santa Isabel, fundada em 1847, com 176 habitantes. No total, no Império eram 20.683 imigrantes europeus vivendo em colônias. O maior contingente estava na Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), com seis colônias e 12.243 imigrantes. [29]

Tabela 03: Colônias no Império em 1852

Província	Colônias	Habitantes
Espírito Santo	**01**	**176**
Rio de Janeiro	03	4.980
São Paulo	04	739
Santa Catarina	08	2.545
São Pedro	06	12.243
Total	**22**	**20.683**

Fonte: MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1852]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Visconde de Mont'Alegre. Rio de Janeiro. Typ. Nacional, 852. p. 21.

No ano seguinte, o então ministro de Negócios do Império, Francisco Gonçalves Martins, dizia existirem já 35 colônias, mas ressalva: "São recentes todos estes ensaios que não permitem aventurar com segurança juízo algum sobre as vantagens do sistema adotado na fundação das novas colônias".[30] De um ano para outro foram mais quatro núcleos coloniais no Rio de Janeiro e sete em São Paulo. Gonçalves Martins faz, em seguida, outra observação que será rotineira nos relatórios de seus sucessores.

> Nenhum sistema será proveitoso uma vez que não deixe o colono a mais bem fundada esperança de que o fruto do seu trabalho não só lhe dará o necessário para subsistência, como o habilitará a tornar-se um proprietário, tem neste sentido (o governo) expedido as mais terminantes ordens e recomendações, e folgo de poder assegurar-vos que nos contratos, que têm chegado ao seu conhecimento, se dá sem dúvida alguma, aquela bem fundada esperança aos colonos contratados. [31]

[29] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1852]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Visconde de Mont'Alegre. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1852. p. 21.
[30] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1853]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Francisco Gonçalves Martins em 14 de maio de 1853. Rio de Janeiro. Typ. Nacional, 1853. p. 35.
[31] Ibid., p. 36.

É perceptível a preocupação do governo com a forma com que começava a ser feita a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra europeia. Havia um problema, que era escassez de gente para trabalhar, mas ao mesmo tempo não agradava ao Império criar apenas um novo exército de lavradores empregados de qualquer maneira nas grandes propriedades. Havia uma outra questão, também séria, que o governo começava a querer resolver, a organização da ocupação do solo nacional, conforme se observa pelos pedidos da Repartição de Terras Públicas aos presidentes de província para envio de informações sobre as terras registradas e as devolutas.

O elenco de informações que o governo possuía sobre o seu extenso território era formado em bases frágeis e não havia controle confiável sobre as extensões de terras devolutas (pertencentes ao governo) e as terras tituladas, com posses provisórias ou não. Fraudes e corrupção eram comuns. Em 1850, com assinatura da Lei 601, de 18 de setembro,[32] cria-se uma lei de terras para regular e regularizar as propriedades no país. Estabelecia-se o sistema de compras como única forma de posse de terra e era abolido o regime de sesmarias. A nova lei criava uma Repartição de Terras Públicas e estabelecia os critérios para reconhecimento de propriedade. Eram então três preocupações: 1) a substituição da mão de obra escrava; 2) a ocupação do território nacional; 3) a regularização territorial. Para o governo, a imigração sistematizada poderia ser um caminho, só que na falta de mão de obra, em vez de imigrantes para ocupar novas áreas, como colonos, a nação estava precisando investir em trabalhadores para dar continuidade aos trabalhos agrícolas que formatavam a economia do Império.

Apesar de assinada em 1850, ainda seria preciso esperar quatro anos para que a Lei de Terras viesse ganhar contornos mais efetivos. E isso aconteceu graças a uma dupla que pode ser apontada como responsável pela estruturação e crescimento da imigração no país nos anos seguintes. Trata-se do ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz e do diretor geral da Repartição de Terras Públicas, Manuel Felizardo de Sousa e Melo.[33]

[32] Lei 601 de 18 de setembro de 1850 – "Dispõe sobre as terras devolutas do Império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira."

[33] Manuel Felizardo era militar e concomitante ao cargo de diretor da Repartição Geral de Terras era senador. Foi presidente das províncias do Ceará, Maranhão, Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Entre 1861 e 1862 foi ministro da Agricultura (cujo ministério havia sido criado naquele ano). Em 1848 tinha sido ministro da Marinha.

Foto 02: Couto Ferraz

Luís Pedreira do Couto Ferraz, professor de Direito e deputado geral, tinha sido já presidente da Província do Espírito Santo (novembro de 1846 a abril de 1848) e da do Rio de Janeiro (1848 a 1853), quando assumiu o Ministério de Estado dos Negócios do Império, uma das mais importantes pastas da nação. Sob sua responsabilidade ficavam setores da Educação, da Saúde, de Obras Públicas, da Colonização, a questão indígena, a justiça eleitoral, e outros. Era um superministério. Era amigo pessoal de Dom Pedro II desde a infância, tendo acompanhado o imperador em viagens pelo mundo.

Ele assumiu o cargo de ministro em 6 setembro de 1853 no gabinete conservador de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, e em janeiro de 1854 tirou a Lei de Terras da gaveta e a regulamentou.[34] Em seu capítulo I, essa lei estabelecia no artigo III, em onze incisos, as bases para criação da Repartição Geral de Terras Públicas, com os quadros funcionais e tarefas:

§ 1º Dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas, e prover sobre a sua conservação.
§ 2º Organizar um regulamento especial para as medições, no qual indique o modo prático de proceder a elas, e quais as informações, que devem conter os memorais, de que trata o Art. 16 deste Regulamento.
§ 3º Propor ao Governo as terras devolutas, que deverão ser reservadas: 1º., para colonização dos indígenas; 2º., para a fundação de Povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de Estabelecimentos Públicos.
§ 4º Fornecer ao Ministro da Marinha todas as informações, que tiver acerca das terras devolutas, que em razão de sua situação, e abundância de madeiras próprias para a construção naval, convenha reservar para o dito fim.
§ 5º Propor a porção de terras medidas, que anualmente deverão ser vendidas.
§ 6º Fiscalizar a distribuição das terras devolutas, e a regularidade das operações da venda.
§ 7º Promover a colonização nacional e estrangeira.
§ 8º Promover o registro das terras possuídas.
§ 9º Propor ao Governo a fórmula, que devem ter os títulos de revalidação e de legitimação de terras.
§ 10º Organizar e submeter a aprovação do Governo o Regulamento, que deve reger a sua Secretaria e as de seus Delegados nas Províncias.
§ 11º Propor finalmente todas as medidas, que a experiência for demonstrando convenientes para o bom desempenho de suas atribuições e melhor execução da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, e deste Regulamento.

[34] Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, que executa a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.

Bastaram quatro meses desde a posse para que Couto Ferraz colocasse essa lei em prática, o que era não simples e sem resistência. O governo começou então a criar as delegacias do Instituto de Terras nas províncias, e a cobrar dos presidentes provinciais informações para montar o real mapa da nação. Mas, como dito antes, não era tarefa fácil. E havia complicadores para embaraçar as decisões imperiais. Houve no ano seguinte, 1854, um volume de chuvas muito maior do que esperado, destruindo muitas propriedades em todo o País.

Não bastasse, um surto de cólera avançou por várias províncias, matando milhares de trabalhadores. No Pará, até o vice-presidente provincial foi atingido e morreu. Já se identificavam surtos de febre amarela desde 1847; mas, em 1855, o ataque de cólera, que teve início no Pará e irrompeu para outras províncias, teria resultado na morte em todo o país de 200 mil pessoas,[35] principalmente escravos. Províncias consideradas mais importantes, como Rio e São Paulo, não ficaram livres do problema. A mão de obra que já escasseava, começava a se transformar em um problema crítico. No Espírito Santo, a cólera também fez estragos. José Teixeira de Oliveira narra que:

> A peste das bexigas vinha de priscas eras e mantinha-se invariavelmente presente nos obituários. Prejuízo decorrente da resistência popular à vacina, por cuja disseminação o governo vinha se batendo desde o princípio do século. Mais pavoroso que a varíola foi o surto de cólera que fez sua aparição na província em novembro de 1854 e levou ao túmulo milhares de pessoas. Já em fevereiro de 1855, um ofício do Barão de Itapemirim falava em mais de mil vítimas. A população foi tomada de justificado pavor e a província conheceu dias trágicos, inclusive porque a doença imobilizou inúmeros braços, acarretando a fome e a miséria. [36]

Por conta desse quadro, os relatórios de Couto Ferraz, apresentados anualmente de 1854 a 1857 à Assembleia Geral, mostram uma lenta revisão de posicionamento em relação à forma de inserção dos imigrantes no cenário nacional. No primeiro relatório, em 1854, ele defende prioridade para formação de núcleos coloniais autônomos; mas, com o tempo, até seu último ano de gestão, em 1857, passa a admitir a necessidade de incentivar a importação de imigrantes proletários, ou seja, para o trabalho como empregado. Nos quatro relatórios, ele demonstra sempre atenção especial para a questão da colonização. E nos anexos apresentados

[35] COOPER. Donald B. **The New Black Death: Cholera in Brazil**, **1855-1856.** The Biological Past of the Black. *Social Science History.*Vol. 10, No. 4, 1986. p. 467.
[36] OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. 670 p. Coleção Canaã, v. 8, p. 369.

nesses relatórios, produzidos pela Repartição Geral de Terras, observa-se aprofundamento em torno da dinâmica migratória em nível mundial e dos modelos a serem adotados.

No primeiro relatório de Couto Ferraz, durante abertura da nona legislatura da Assembleia Geral Legislativa, em 11 de maio de 1854, no trecho intitulado "Colonização",[37] ele faz uma apresentação sobre a importância do processo de imigração no País. "A necessidade de atrair para o país uma emigração morigerada e industriosa ocupa seriamente a atenção do governo, que vê ligados a este objeto os mais vitais interesses do Estado",[38] afirma ele. Observa terem sido removidos aspectos da Lei de Terras que durante anos embaraçavam o processo migratório e registra que na Europa também começam a cessar campanhas contra migração para o Brasil.

> Felizmente já alguns jornais acreditados da Europa têm tomado a peito defender o Brasil contra as injustas imputações que eram feitas, principalmente na Alemanha sobre o tratamento e sorte dos colonos que para aqui vinham contratados. [39]

As campanhas na Europa contra o processo de emigração para o Brasil, ao que tudo indica, não eram sem motivos, principalmente considerando que até então essa questão não era bem controlada no Brasil e os colonos viviam em dificuldades. Couto fez questão de detalhar em seu primeiro relatório que a Lei de Terras estabelecia três princípios autorizativos para o governo "importar anualmente certo número de colonos à custa do Tesouro": a) para serem empregados por tempo determinado em estabelecimentos agrícolas; b) para trabalhos da administração pública; c) para formação de colônias.[40]

Sobre o primeiro aspecto ressalta que considerando a "mortandade anual de escravos e interesses dos fazendeiros", [41] os pedidos seriam tantos que isso tornaria inviável ao governo atender todo mundo, e teria de escolher entre alguns, provocando problemas com a maioria. Não bastasse, o governo teria de controlar também o tratamento dado a esses imigrantes, o que representaria mais complicações. No entanto, não excluía totalmente essa possibilidade,

[37] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1854]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 14 de maio de 1854. Rio de Janeiro Typ. Do Diário, 1854. p. 47.
[38] Ibid., p. 47.
[39] Ibid., p. 49.
[40] Ibid., p. 49-53.
[41] Ibid., p. 50.

como o exemplo da importação de chineses para cultivo de chá.[42] "Fora isto, o governo deve limitar-se ao oferecimento de prêmios em favor dos importadores de colonos, exigindo-se prova de que estes se ocupavam da lavoura no país de que foram transportados. " [43]

O governo também não achava interessante valorizar a importação para trabalho de administração, a não ser casos especiais, como o de "calceteiros portugueses para a corte",[44] ou seja, especialistas em calçamentos de ruas. E apesar de não definir o modelo de núcleos coloniais como exclusivo, Couto Ferraz não deixa de dar demonstração de interesse por esse sistema, que seria ideal para a existência futura da "imigração espontânea", ou seja, sem custo para o governo. Sobre isso, observa, porém, que:

> Posto que tenham sido mal sucedidos e tenham custado muito caro algum dos núcleos de colonização desta espécie até agora ensaiados no país, está contudo o governo convencido que lhe cumpre ainda fazer alguns sacrifícios com a fundação de novas colônias, já nos terrenos situados nas fronteiras do país, já em lugares recomendados de fertilidade das terras e que forem mais próximos dos mercados de consumo. [45]

No ano anterior (1853), haviam chegado ao Brasil, segundo ele, 7.475 colonos de diferentes países (portugueses, espanhóis e alemães). Nos três primeiros meses do ano, foram 2.254.[46] Couto Ferraz apontou no trecho acima dois aspectos que vão nortear a definição de locais para criação de colônias: a fertilidade das terras e a proximidade dos mercados de consumo, ou seja, com facilidade de escoamento de produção, principalmente com a existência de estradas. Isso fará diferença no momento de escolher a área onde vai se situar a futura Colônia Santa Leopoldina, no Espírito Santo. No relatório, Couto Ferraz registra um outro fator que merece atenção, a determinação em construir uma estrada que pudesse unir Minas Gerais ao Espírito Santo, passando por Santa Teresa, contemplando a área onde se instalaria essa mesma colônia.[47] Ou seja, essa colônia teria uma rota para escoamento da produção.

[42] MI 1854, op. cit., p. 50.
[43] Ibid., p. 50.
[44] Ibid., p. 51.
[45] Ibid., p. 51.
[46] Ibid., p. 52.
[47] Ibid., p. 42.

No relatório de 1855, Couto Ferraz abre o tópico "Colonização"[48] informando que esse propósito do governo não estava ocorrendo como desejado, mesmo com alterações na Lei de Terras. Diz que seria preciso paciência, pois a migração espontânea era fato lento, que não ocorria de um momento para outro. Para isso apontava ser necessário oferecer lotes de terra a preço acessível aos colonos e que, para formar "núcleos florescentes, estimulantes à imigração espontânea, tem procurado auxiliar e facilitar as empresas deste gênero que por seu sistema, pela moralidade dos empreendedores, e por outras condições de futuro, mereçam confiança."[49]

Aponta o que estava sendo feito em Maranhão, Pará, Amazonas e Paraná.[50] O Paraná dizia ser propício à imigração europeia, pela fertilidade da terra e salubridade do clima. Nesse relatório informa que contratou a venda de uma porção de terras na Província do Espírito Santo ao major Caetano Dias da Silva pelo preço de meio real a braça quadrada[51], com a obrigação de povoá-la nos três anos seguintes com 36 famílias e mais 684 nos outros três anos (Colônia Rio Novo).[52] Nesse mesmo documento, admite que o governo não sabia a quantidade de terras devolutas no País. No anexo da Repartição Geral de Terras[53], assinado pelo diretor geral Manuel Felizardo de Souza e Mello, no trecho destinado ao Espírito Santo, há informação inclusive de que, nessa província, em quase toda a sua extensão, havia terras devolutas. Também nesse anexo, é feita defesa veemente da migração para núcleos coloniais como determinante para povoação e crescimento do país.

> Somente fortes núcleos ou grandes aglomerações de colonos proprietários a poderão fazer florescer, só elas farão afluir para o Brasil numerosos imigrantes sem o menor dispêndio do Tesouro e de particulares, força é portanto aplicar parte de nossos recursos à criação destes centros de atração, para o império, de braços estrangeiros. [54]

[48] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1855]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 14 de maio de 1855. Rio de Janeiro. Typ. Universal de Laemmert, 1855. p. 60.
[49] Ibid., p. 61.
[50] Ibid., p. 61- 62.
[51] Braça. Medida utilizada no período imperial. Uma braça simples equivalia a 2,2 metros; já a braça quadrada, usada para medir o tamanho das propriedades, era equivalente a 4,84 metros. Para mais informações sobre medidas do período imperial conferir http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Medidas-antigas-nao-decimais.shtml Acessado em 31/12/2014
[52] MI 1855, op. cit., p. 61.
[53] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [anexo MI 1855]. Anexo da Repartição Geral de Terras Públicas ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 14 de maio de 1855, p. 12 e 13. O anexo é assinado pelo diretor-geral Manoel Felizardo de Souza e Mello em 8 de março de 1855.
[54] Anexo MI 1855, op. cit., p. 16.

Observa no relatório, ainda, a dificuldade de competir com os Estados Unidos, Austrália e Canadá na atração de imigrantes, por conta do custo e da preferência que os europeus tinham por aqueles países[55]. Porém,, nos relatórios seguintes, esse quadro vai mudar. Por conta da situação política, os Estados Unidos deixaram de ser atrativos e a imigração para lá teve redução; ao mesmo tempo, a crise europeia fez aumentar o número dos que queriam buscar novos rumos, e o Brasil era opção. Mas há preocupação com o tipo de imigrante, pois Manuel Felizardo de Souza afirma que "desgraçadamente tem acontecido na Europa se abrirem as portas da prisão para remeterem como colonos para o Brasil homens incorrigíveis." [56] Cobra então atenção especial na escolha desses migrantes, que devem ser "homens laboriosos e moralizados."[57]

Mas se nos dois primeiros anos de administração Couto Ferraz valorizou mais a formação de núcleos coloniais, no relatório apresentado aos parlamentares em 1856[58], ele aborda os problemas de saúde pública que afetaram o país e reduziram ainda mais a mão de obra nacional. O teor é de preocupação e Couto Ferraz afirma que muitas fazendas estavam se destruindo pela falta de mão de obra, agravada pela mortandade provocada pela cólera no ano anterior.

> Assim embora o governo continue a pensar que a fundação de importantes núcleos coloniais é o meio mais eficaz e o mais conducente ao desenvolvimento da emigração espontânea, entende contudo que circunstâncias imprevistas urgem e reclamam hoje dos poderes do Estado medidas mais prontas e de imediata execução.[59]

Entra em ação então o estímulo aos empresários para formação de associação para importação de mão de obra para as propriedades, que não seria feita diretamente pelo governo, mas com incentivo deste. Era preciso salvar a agricultura do país de uma ruína iminente, pondera o ministro. Informa, inclusive, que já estava sendo contratada, com a Companhia de Colonização de Hamburgo, a chegada de 20.710 emigrantes europeus e de outros 17.850 imigrantes por meio da Companhia do Rio Novo. Sobre o custo de importação,

[55] Ibid., p.15.
[56] Ibid., p 17.
[57] Ibid., p. 17.
[58] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1856]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 15 de maio de 1856. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1856, p.86
[59] Ibid., p. 87.

o governo anunciou que a subvenção "por cabeça seria de 15 a 30 mil réis para quem tem entre 10 e 40 anos, e 10 a 20 mil réis para quem tem entre cinco e 10 anos". [60]

Vale o registro que Manuel Felizardo aponta no anexo da Repartição Geral de Terras, no tópico "Emigração" [61] de que, em alguns casos, o princípio do "laissez faire"[62] seria absurdo, pois deixaria os imigrantes desprotegidos.[63] Os representantes governamentais mostraram preocupação de como esses imigrantes/proletários seriam tratados. Até mesmo o transporte é questão de preocupação. Por isso, Manuel Felizardo afirma ser importante garantir condições dignas (de transporte) aos imigrantes e assim conseguir apoio dos países de origem, principalmente em um momento em que, segundo ele, estava se rompendo o preconceito de países europeus à emigração para as terras brasileiras.[64] Observa primeiro que Alemanha e Suíça haviam reduzido esse preconceito. Por fim, elenca a situação da Europa que permitia favorecer a vinda de pessoas daquelas nações para o Brasil:

> O aperfeiçoamento da mecânica industrial, os caminhos de ferro, os progressos da navegação, a situação política econômica da Europa, que dá lugar a uma exagerada concorrência de trabalhadores, e consequente aviltamento de salários, as dificuldades que ali se opõe a aquisição de qualquer propriedade territorial, por pequena que seja, alvo dos mais ardentes e legítimos desejos do homem civilizado, e ao anelo de melhorar de fortuna e condição, tudo isto continuará a impelir avultadíssimos números de homens válidos a sacudirem o jogo de uma situação, que consideram intolerável, para procurarem, aquém do oceano, um país novo, onde faltam os braços, abundam a terra, e uma natureza virgem os espera para oferecer-lhes luz, espaço, liberdade e valiosos produtos.[65]

Ou seja, a Europa, praticamente começava a "expulsar" seus filhos. Manuel Felizardo observa, porém, que não só miseráveis queriam imigrar, pois entre eles havia quem tinha uma boa soma em dinheiro para partir. Ele faz questão de insistir que a imigração é um processo lento, que exige esforços e recursos para dar certo. O responsável pela Repartição Geral de Terras Públicas mostra preocupação também com a questão do atendimento religioso dos grupos imigrantes e até mesmo de criação de legislação para atender judicialmente nos

[60] MI 1856, op. cit., p. 88-92.
[61] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [anexo MI 1856]. Anexo da Repartição Geral de Terras Públicas ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 15 de maio de 1856. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1856, p.17. O anexo é assinado pelo diretor-geral Manoel Felizardo de Souza e Mello em 28 de abril de 1856.
[62] Laisses faire, forma reduzida da expressão francesa "laissez faire, laissez aller, laissez passer", que significa literalmente "deixai fazer, deixai ir, deixai passar". É uma máxima do liberalismo econômico de que o Estado não deve fazer nenhum tipo de intervenção na economia.
[63] Anexo MI 1856, op. cit., p. 17.
[64] Ibid., p. 17.
[65] Ibid., p. 19.

casos de desavenças entre colonos, que inicialmente não falavam português[66]. É importante observar que, nesse período, estavam sendo abertas delegacias da Repartição Geral de Terras nas províncias. No Espírito Santo, isso acontece em 1856. Em 1857, chega a 46.650 o número de colonos já contratados para vir ao Brasil e é assinado pelo governo um contrato com a recém-criada Associação Central de Colonização para importação de mais 50 mil europeus, sendo 80% obrigatoriamente de agricultores. [67] Essa associação era formada por empresários, principalmente da agricultura, que passou a contar com financiamento governamental para dar impulso definitivo à imigração. No contrato, estabelecem-se valores e condições, como a da construção de hospedarias nas províncias para receber os novos trabalhadores. Essa Associação tem participação importante na história da imigração do Espírito Santo ao ser responsável por trazer imigrantes para a nova colônia que estava se formando, a de Santa Leopoldina, e as já existentes.

Um aspecto que merece ser clarificado é em torno dos conceitos de imigração e colonização. Para o governo imperial, o imigrante que estava sendo incentivado a vir para o Brasil era tratado como colono. Tanto que, nos inúmeros documentos de contratos entre governo e particulares, o termo adotado é esse, mesmo que houvesse divergências em torno dos objetivos dessa importação de estrangeiros, se para trabalhar nas grandes propriedades ou ajudar no processo de ocupação de espaço territorial "para povoar e promover o progresso".[68] Durante todo período imperial ocorreram debates em torno de colonização x imigração e a ampla legislação do período refletia "as contradições existentes na sociedade brasileira em relação à política imigratória a ser adotada pelo império". Apesar de o governo sempre preocupar-se em manter o controle de tudo. [69]

> Os indicadores são os momentos de maior ou menor criação de núcleos coloniais em contraposição ao maior ou menor aproveitamento de imigrantes nas fazendas de café. A legislação reflete as duas tendências com muita clareza: imigrante colono em núcleo de pequena propriedade ou imigrante como braço na lavoura de café. [70]

[66] Anexo MI 1856, op. cit., p. 18.
[67] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1857]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 3 de maio de 1857. Rio de Janeiro. Typ. Universal de Laemmert, 1857. p. 22-33.
[68] CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Prefácio. In IOTTI, Luiza Horn (org**). Imigração e colonização: legislação de 1747-1915.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: Educs, 2001. p.17.)
[69] IOTTI, Luiza Horn (org**). Imigração e colonização: legislação de 1747-1915.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: Educs, 2001. p. 21.
[70] PETRONE, Maria Teresa, 1987, p. 263, apud IOTTI 2001, **Imigração e colonização.** p. 27.

Entretanto, Busatto ressalta diferença no uso dos termos "colônia" em São Paulo e no Espírito Santo. Para os paulistas, "colônia" era o aglomerado de casas em uma fazenda para abrigar os trabalhadores rurais; enquanto no Espírito Santo, era "uma pequena propriedade delimitada no meio da floresta com o tamanho estipulado pela lei de 1867: 62.500 braças[71] ou 302.500 metros quadrados com 275 metros de frente para um rio e 1.100 metros de profundidade.[72] Ele explica também a origem do termo prazo, como sinônimo de propriedade. É que após a derrubada da floresta, o colono tinha seis meses de prazo para construir sua casa e iniciar as plantações e só começava a pagar a terra depois de dois anos. [73]

1.1 De quem eram as terras?

Observou-se no início que a imigração europeia surgiu como alternativa para suprir mão de obra escrava, que na década de 1850 se tornava emergencial pela redução do tráfico de escravos, doenças e chuvas que afetaram as propriedades rurais e colocavam em cheque a agricultura no país. Apontou-se, também, que a preferência do governo era por um modelo de migração para grandes núcleos, para formação de empreendedores, com objetivo de colonização do solo nacional, principalmente considerando-se que havia a necessidade de regularizar e regular as terras da nação.

Sobre ess último aspecto, há um fato que mostra a dificuldade de o governo fazer a regulamentação fundiária estabelecida pela Lei da Terra de 1850 e reforçada em 1854. Em vários momentos, o ministro Couto Ferraz e os anexos da Repartição Geral de Terras apontam dificuldade em encontrar trabalhadores aptos para esse trabalho. Havia falta de pessoas habilitadas, como agrimensores e também trabalhadores comuns para demarcação de terras, já que poucos se ofereciam para esse serviço no meio das matas.[74]

Mas um fator que chama a atenção é o de fraudes e corrupção envolvendo posse de terras públicas e, nesse caso, há uma situação que serve de exemplo e ocorreu aqui na

[71] Cf. nota 51, p. 38. Uma braça simples equivalia a 2,2 metros; já a braça quadrada, usada para medir o tamanho das propriedades, era equivalente a 4,84 metros (62.500 braças quadradas x 4,84 metros = equivalente a 302.500). Para se ter uma noção desse espaço: um campo de futebol tem em torno de 9.600 metros quadrados. Então, um lote destinado aos imigrantes seria equivalente a 31,5 campos de futebol.
[72] BUSATTO, Luiz. **Por uma identidade ítalo-capixaba**. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. Ufes, 1998. p. 308.
[73] Ibid., p. 308.
[74] MI 1856, op. cit., p. 91 e MI 1857, op.cit., p. 18.

Província do Espírito Santo. Em 1854, o governo imperial fez contrato com o major Caetano Dias da Silva, por meio da Associação Colonial do Rio Novo, para venda no Espírito Santo de "uma porção de terra [...] com a obrigação de povoá-la [...] sendo somente a medição do perímetro feita por conta do governo. Dentro dos primeiros três anos deve o empresário ter estabelecido 36 famílias, e nos três anos seguintes mais 684", informou Couto Ferraz em seu relatório de 1855. [75]

Mas no relatório do ano seguinte, 1856, ele diz terem existido dificuldades[76] na execução desse contrato, que não citou quais, cuja solução era demorada por exigir a presença de juízes comissários,[77] que ainda não havia na Província. Enquanto isso, o major já havia estabelecido, numa propriedade vizinha, também sua, o estabelecimento de 114 colonos, além de "30 chins."[78] Mas a dificuldade que Couto não nomeou, o diretor geral da Repartição Geral de Terras, Manuel Felizardo de Souza e Mello, detalha em seus relatórios de 1856 e 1857.

Conta ele que quando ia ser feita a demarcação do terreno, a Diretoria Geral dos Índios na Província alegou que toda a terra situada entre Benevente e Itapemirim pertencia ao aldeamento dos índios de Benevente, portanto não poderia ser vendida. Sem saber o que fazer, o presidente da Província pediu ajuda ao governo imperial.

[75] MI 1856, op. cit., p. 61.
[76] Ibid., p. 89.
[77] A função de juiz comissário de medições foi criada pelo artigo 30 do decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854 (que regulamentou a Lei de Terras de 1850). Era um cargo de nomeação do presidente da Província e de sua responsabilidade era, com ajuda dos agrimensores, realizar as medições de terras cujas posses exigiam legitimação. Era um cargo de indicação e caso o escolhido rejeitasse era multado.
[78] No relatório de 1855 [MI 1855, p.62], o ministro Couto Ferraz anuncia a disposição de contratar emergencialmente, para resolver a questão da mão de obra, 6 mil "chins", dos quais cerca de 300 chegaram naquele mesmo ano. Reclama, porém, que 'esse primeiro ensaio talvez não possa servir para experiência de vantagens dessa emigração, porque os colonos importados o foram de Singapura, onde não se encontram à mão com facilidade homens afeitos à lavoura, morigerados e industriosos, como são os de Amoes (Hanói, Vietnã), Hong-Kong e outros lugares". Houve, porém, depois contratempos com os responsáveis pela continuidade por esse trabalho e o custo de importação era elevado. Além disso, o diretor da Repartição Geral de Terras, Manoel Felizardo de Souza e Melo, no anexo incluído no relatório daquele mesmo ano [Anexo MI 1855, p.16}, era de parecer contrário a essa importação. Um grupo veio trabalhar no Espírito Santo, na colônia Rio Novo. Na década de 1870, a vinda de imigrantes chineses, ou "coolies", como eram também chamados, voltou a entrar em debate, provocando acirradas polêmicas no País, no que ficou conhecida como "Questão Chinesa". Cf. LIMA, Silvio C. de S. Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2005 (História, Dissertação de mestrado).

A decisão do governo central foi de que a terra poderia ser contratada, alegando que há mais de cem anos não existia mais aldeamentos no local.

> O presidente da Província, estando os termos de Itapemirim e Benevente sem juízes letrados, e não se julgando autorizado para deferir a representação do Diretor Geral dos Índios, submeteu à decisão imperial as questões que lhe foram dirigidas. Das informações colhidas verificou-se que, se em algum momento existiu o aldeamento dos índios de Benevente, havia desaparecido há mais de cem anos [...] assim resolveu o governo imperial que o presidente da Província ordenasse que se prosseguisse na demarcação dos cinco territórios contratados. [79]

Determinou assim que se continuasse a marcação dos terrenos. "Solvidas assim as dificuldades que embaraçavam a execução do contrato de 6 de fevereiro de 1855, vai começar a efetiva medição e demarcação do perímetro dos cinco territórios, em que se tem de estabelecer os habitantes da Colônia Rio Novo" afirmava Manuel Felizardo.[80]

Há um porém: a afirmação da Repartição Geral de Terras Públicas de que não havia aldeamento indígena não significa, porém, que não houvesse indígenas na região. É só observar o que disse o presidente da Província José Maurício Fernandes Pereira de Barros.

> Tendo sido a sesmaria em questão concedida a uma aldeia de índios que há muito deixou de existir, restando apenas alguns de seus descendentes que vivem sobre si, e da mesma maneira que o geral dos cidadãos brasileiros, tem as terras da dita sesmarias, que não estiverem aproveitados pelos ditos índios revertido para os próprios nacionais [...] [81]

Mas a questão de ocupação das terras pelos indígenas, conforme registrado pela Diretoria de Índios, não era o único – e nem o maior – obstáculo que envolvia as terras contratadas pelo Major Caetano.

---

[79] Anexo MI 1856, op.cit., p. 12-13.
[80] Ibid., p. 12.
[81] ESPÍRITO SANTO [ES 1856 – 2]. Relatório que o exmº. sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1856. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1856. p. 26-27.

E a revelação detalhada vem no relatório de 1857, também no anexo da Repartição Geral de Terras, em que se relata que o Major Lassance foi enviado no ano anterior para medição do terreno.

> Empregou aquele oficial, major Lassance, em março do ano findo, as diligências ao alcance para obter trabalhadores, mas os manejos dos adversários da empresa colonial foram tais que por três meses não foi possível contratar um operário sequer. Chegado porém o empresário, que na corte era retido por grave moléstia, e fornecendo ele trabalhadores tirados da colônia, tendo começado as operações em junho e suspensas em setembro, por causa do mau tempo, mas foram traçadas 37.497 braças. [82]

Narra que, antes de começar a demarcar o terreno, o Major Lassance fez publicar editais comunicando a determinação do governo e convidando quem se achasse no direito das terras para apresentar documentos.

> Então acompanhado das pessoas mais miseráveis da localidade, se apresentou o vice-cônsul português Manoel José de Araujo Machado, que, em seu nome, e dos que ele capitaneava, protestou contra a demarcação a que se ia proceder, e antes e depois disto, por discursos e insinuações, esforçava-se por tornar odiosa a discriminação das terras públicas das particulares, figurando a medida, que o governo tomava, como espoliação dos pobres, a quem devia pertencer. [83]

Conta o relatório que, dias depois, o vice-cônsul apareceu com títulos, "evidentemente falsos de compra de posses, e o mesmo fez o subdelegado de Itapemirim, doutor Rufino Rodrigues Lapa. " [84] Ao observar que estava havendo tentativa de fraude para apropriação indevida das terras, o chefe de Polícia, enviado pelo presidente da Província, decidiu prender os dois. O vice-cônsul foi para a cadeia, mas o subdelegado sumiu. Na sequência, o relatório observa aos parlamentares sobre "abusos, que no termo da vila de Itapemirim se tem cometido, e que naturalmente continuarão a ser praticados, com o reprovado fim de usurpar terrar públicas".[85] Relatou que o administrador "da mesa das rendas" daquela vila, ao se sentir pressionado, ocultou-se, levando consigo os cadernos de

[82] MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [anexo MI 1857]. Anexo da Repartição Geral de Terras Públicas ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 3 de maio de 1857. Rio de Janeiro. Typ. Universal de Laemmert, 1857. p. 6.
[83] Ibid., p. 7.
[84] Ibid., p. 7.
[85] Ibid., p. 7.

escrituração, e depois teria começado a distribuir recibos com supostas compras de terras que teriam sido realizadas antes da Lei de 1854, tentando burlar a legislação. O interessante é que esses recibos que envolviam as terras contratadas pelo Major Caetano Dias da Silva tinham sido feitos "em caderno de papel sem a menor das formalidades exigidas pelos regulamentos fiscais, resultando daí a facilidade de se lhe substituírem folhas, e dar-se como feitas antes de 1854 a compra de posses que ainda não existiam. " [86] Indicando irritação, o diretor da Repartição Geral de Terras afirma que:

> Se a franca e clara relutância em Itapemirim tem sido observada na parte relativa à execução da Lei das Terras; se a miserável chicana de que ali se tem lançado mão, protegida por uma outra pessoa influente da localidade, não for comprimida, o exemplo será contagioso. Nada se pode esperar das autoridades locais e no meu entender o chefe de polícia da província deverá continuar a tomar conhecimento dos delitos que se praticam em Itapemirim e Benevente para embargar a execução de uma lei, que grande influência tem no futuro de nosso país. [87]

Ou seja, Manuel Felizardo usa a situação ocorrida no Espírito Santo para exemplificar uma realidade envolvendo fraudes que (possivelmente) ocorriam em toda a nação para contrariar as determinações de governo. Orientava inclusive aos engenheiros a encaminharem a questão para os juízes comissários e não municipais se percebessem que a posse era posterior a 1854 e que haveria indícios de interesse em atrapalhar os trabalhos de separação de terras devolutas das particulares.

> Se o que deixo dito não for observado, inútil será o trabalho, e despesas consumidas com a descriminação das terras públicas, e sua subdivisão; e em pura perda serão os sacrifícios que o governo faz para determinar a emigração espontânea para o Império. [88]

Era evidente que a regularização das terras no território nacional não seria fácil. O caso da Colônia Rio Novo não era isolado. É bem provável, inclusive, no caso de Rio Novo, que houvesse alguns pequenos proprietários ocupando terras devolutas e que foram obrigados a abandonar terrenos, mas era, possivelmente, o interesse de grandes proprietários que estavam de olho nas terras devolutas que dificultava a regularização.

[86] Anexo MI 1857, op. cit., p. 7.
[87] Ibid., p. 7- 8.
[88] Ibid., p. 8.

O governo central enfrentava problemas em todo o território para fazer cumprir a Lei de Terras, pois a demarcação (e legitimação) de terras compradas, contratadas ou devolutas mexia com muitos interesses, principalmente de quem ocupava essas terras – ou pretendia ocupá-las – de maneira ilegal. E as divergências políticas acirravam essa disposição em regulamentar a lei. Manuel Felizardo de Souza e Mello no tópico "Legitimação de posses e revalidação de sesmarias e outras concessões do governo geral ou provincial" [89] afirma:

> Pouco se tem conseguido fazer neste ramo de serviço, o qual continua a lutar com embaraços graves. Os presidentes das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte e Amazonas remeteram as informações que lhes foram ministradas pelas autoridades locais acerca das terras sujeitas a legitimação e revalidação nos diversos municípios das respectivas províncias. E forçoso porém dizer que tais informações não somente são muito incompletas, o que era de se esperar por dependerem do conhecimento exato do modo porque todos os senhores de terras as possuem, como também não parecem muito conforme a verdade [...] [90]

É com a preocupação de ocupar adequadamente esse território, com a venda ordenada de propriedades, que o governo imperial vai definir a próxima colônia nucleada a ser criada no Espírito Santo, num terreno ainda inóspito, mas que tinha proximidade com a capital e na proximidade de estrada que ligaria o Espírito Santo a Minas Gerais. Era o caminho para a formação da Colônia Imperial Santa Leopoldina.

[89] Anexo MI 1856, op.cit., p. 13.
[90] Ibid., p. 13.

2 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Em 1856, apenas dois lugares tinham reconhecimento como cidade na Província, a capital e São Mateus, onde operava um importante porto regional. Fora isso, havia oito vilas – Serra, Espírito Santo (atual Vila Velha), Santa Cruz, Benevente, Itapemirim, Guarapari, Linhares e Barra de São Mateus.[91] De acordo com levantamento estatístico da Secretaria de Polícia provincial de 4 de abril de 1857 [92], a população da Província era de 49.092 habitantes.

Para termos de comparação, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Espírito Santo contava, no ano de 2014, com 3.885.049 habitantes distribuídos em 78 municípios. Apenas dois bairros de Vitória, Jardim Camburi e Jardim Camburi, têm atualmente mais moradores – em torno de 70 mil – do que havia em toda a Província quando da instalação da Colônia Santa Leopoldina.

Ressalte-se que havia pequena discrepância de dados, citada inclusive pela Secretaria de Polícia Provincial, pois pelos números do governo imperial, divulgados em 1856, a população estaria em torno de 51.300 pessoas, uma diferença em torno de duas mil pessoas.[93] O Espírito Santo era, populacionalmente, a segunda menor entre as 20 províncias do Império, ficando atrás apenas da Província do Amazonas, com 42.600 habitantes. Minas Gerais era a maior, com 1.300.000 habitantes, seguida do Rio de Janeiro, capital do Império, com 1.200.000 pessoas. [94]

[91] ESPÍRITO SANTO [ES 1856 – 1]. Relatório com que o exmº. sr. Barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da Província do Espírito Santo, entregou a administração da mesma ao exmº. sr. dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros no dia 8 de março de 1856. Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1856. Mapa da Divisão Judiciária do Espirito Santo no relatório. p. 22.
[92] ESPÍRITO SANTO [ES 1857 – 2]. Relatório que o exmº. sr. Barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da Província, do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1857. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1857. p. 40.
[93] MI 1856, op. cit., p. 93.
[94] Ibid., p. 93.

Tabela 04: População da Província do Espírito Santo em 1856

LIVRES		**Número**
Sexos	Homens	18.245
	Mulheres	18.568
Idades	Até 14 anos	14.509
	De 15 até 20 anos	4.940
	De 21 até 60 anos	16.356
	Mmais de 60 anos	1.008
Estado Civil	Solteiros	24.854
	Casados	10.186
	Viúvos	1.773
Cores	Brancos	14.311
	Índios	6.051
	Pardos	13.825
	Pretos	2.626
Profissões	Empregados Públicos	161
	Lavradores	9.769
	Negociantes	364
	Oficiais mecânicos	889
	Advogados	3
	Procuradores	4
	Médicos	4
	Boticários	3
	Padres	22
	Oficiais do Exército	15
	Pescadores	230
	Sem profissão	25.349
Nacionalidades	Brasil	36.104
	Europa	648
	Ásia	16
	África	45
Total		**36.813**

ESCRAVOS		**Número**
Sexos	Homens	6.318
	Mulheres	5.951
Idades	Até 20 anos	5.320
	De 21 até 60 anos	6.615
	Mais de 60 anos	334
Estado Civil	Solteiros	10.982
	Casados	1.176
	Viúvos	111
Total		**12.269**

Fonte: ESPÍRITO SANTO [ES 1857 – 2]. p. 40.

Tabela 05: População do Império em 1856

Província	População
Minas Gerais	1.300.000
Rio de Janeiro	1.200.000
Bahia	1.100.000
Pernambuco	950.000
São Paulo	500.000
Ceará	385.300
Maranhão	360.000
Paraíba	209.300
Pará	207.400
Alagoa	204.200
São Pedro (RS)	201.300
Rio Grande do Norte	190.000
Sergipe	183.600
Goiás	180.000
Piauí	150.400
Santa Catarina	105.000
Mato Grosso	85.000
Paraná	72.400
Espírito Santo	**51.300**
Amazonas	42.600

Fonte: **MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1856]:** Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 9ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz, 1856, p. 95.

Chama a atenção o fato que, oficialmente, do total de habitantes na Província, 12.269 eram escravos.[95] Isso significa que de cada quatro pessoas uma não tinha liberdade. Os indígenas recenseados somavam 6.031[96] e constavam no campo de pessoas livres, apesar de que se pode supor que muitos grupos de índios ainda habitassem áreas não povoadas por colonizadores, o que, evidentemente, reconfiguraria esses números. Outro detalhe é que do total de homens livres, apenas 1.431 eram brancos. A maioria era parda, com 13.825

[95] ES 1857 – 2, op. cit., p. 40.
[96] Ibid., p. 40.

pessoas.[97] Havia ainda um grupo de 2.626 negros livres. A Província do Espírito Santo era praticamente inabitada, com ocupação basicamente em áreas do litoral. O "termo da capital", como era conhecida toda a região que envolvia Vitória, Viana, Cariacica e Carapina tinha apenas 5.002 pessoas, chegando a 7.526 se englobasse o "termo da Serra", que ia até Linhares[98], ou seja, numa distância reta de aproximadamente 200 quilômetros.

Sobre a infraestrutura da Província, o Barão de Itapemirim reclamava, em um de seus relatórios, que não havia nem mesmo um lugar onde pudesse reunir os documentos governamentais, que ficavam jogados de qualquer jeito em uma estante, e toda a correspondência provincial ficava jogada em uma gaveta qualquer.[99] Em praticamente toda a província, as igrejas, conforme O Barão de Itapemirim afirma e os outros relatórios reafirmam, estavam precisando de reformas, assim como as cadeias públicas. Na década de 1860, a capital da Província não tinha "água canalizada, esgotos, fossas e luz elétrica. A iluminação era feita com 68 lampiões a azeite de peixe que ficavam apagados em noite de luar".[100] Era nessa Província, cuja economia estava centrada na agricultura de exportação (café e açúcar), que começa a se compor mais essa etapa da história da imigração local e nacional com a Colônia Santa Leopoldina.

Foto 03 – Vitória em 1860

Baía de Vitória em 1860. Foto de Victor Frond.

[97] ES 1857 – 2, op. cit., p. 40.
[98] Ibid., p. 40.
[99] Ibid., p. 14.
[100] FAÉ, Maria, Inês. **O transporte de imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo**. In: In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed.Ufes, 1998. p. 210.

2. 1 E os presidentes vêm e vão

Para o governo central, o Espírito Santo era província de terceira categoria, ou seja, o nível mais baixo da escala em que se dividia o Império. José Murilo de Carvalho aponta:

> A desigualdade das províncias foi oficialmente reconhecida num projeto enviado à Câmara em 1860. Nele se propunha a divisão das províncias em três classes: a primeira incluiria São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará; a segunda, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Paraíba e Ceará; a terceira, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Amazonas e Piauí. Até mesmo os salários dos presidentes variariam de acordo com a classificação.[101]

Que diferença administrativa poderia existir para províncias de diferentes categorias, definidas por fatores demográficos, econômicos e políticos? É Carvalho mesmo que apresenta possíveis respostas. Primeiro observa que no Brasil foi adotado o modelo português de fazer "circular seus administradores por vários postos e regiões"[102] e que tinha como um dos efeitos o treinamento da elite política para cargos mais importantes. Por isso, pressupõe-se que uma das consequências práticas da divisão de tipos de província de 1860 era definir que alguém para administrar uma Província mais importante deveria antes passar por uma província menor. Basta observar a lista de presidentes que passaram pela Província do Espírito Santo para reconhecer esse princípio.

Geert A. Banck registra que desde o período colonial o Espírito Santo fora marginalizado. E um dos motivos é que o plantio de cana-de-açúcar "não dera certo e os povoados principais – Vitória e Vila Velha – viviam da exploração de uma regredida agricultura de subsistência".[103] Depois, com a descoberta de ouro em Minas Gerais, a região se transformou, pelas suas serras e presença de indígenas, em área de proteção dessas zonas de mineração, inclusive com proibição do governo de construção de estradas.

---

[101] CARVALHO, José. Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed. 2007. p. 128.
[102] Ibid., p. 121.
[103] BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. Segunda edição ampliada. Vitória. Edufes, 2011. p. 39-40.

Esse cenário desolador economicamente só vai se modificar um pouco a partir da exploração da cultura do café, a partir dos anos 50.[104] Mesmo assim, Adriana Pereira Campos, em sua tese de doutorado "Nas Barras dos Tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX" registra que na segunda metade daquele século desenvolveu-se no sul capixaba uma forte economia cafeeira, mas como extensão da cafeicultura do norte fluminense e que, por isso, manteve-se a posição secundária da província. [105]

Em 1885, às vésperas do fim do período imperial, em uma série de editoriais denominadas "Cartas ao Imperador" publicadas no jornal A Província do Espírito Santo, cuja redação era de Muniz Freire e Cleto Nunes, descreve-se a Província como "filha espúria da comunhão brasileira". Os redatores pertenciam ao Partido Liberal e afirmavam que os únicos recursos investidos pelo poder central na província foram os relativos à imigração, mas "o que se gastou durante poucos anos com a colonização [...] é hoje pago com juros usurários pelo trabalho diário dos cultivadores estrangeiros em nossas prósperas colônias". [106]

Estando a Província do Espírito Santo situada entre as de menores destaque, muitos de seus presidentes vieram a ser escolhidos entre políticos em início de carreira, normalmente bacharéis e pertencentes à aristocracia. Ao se analisar a lista dos governantes durante o período deste trabalho (35 anos), chama a atenção o número de políticos inexpressivos que ocuparam o comando da Província. Poucos foram aqueles que depois administraram províncias maiores ou que e estiveram em cargos de relevância no Império, como ministérios.

Foram apenas quatro os políticos que conquistaram destaque: Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Pedro Velloso Leão, José Fernandes da Costa Pereira Júnior e André Augusto de Pádua Fleury. Ou seja, até mesmo como opção de degrau de "escola administrativa", o Espírito Santo não era muito considerado. Mas além de servir como degrau administrativo, é possível que pudesse ser usada também apenas para melhorar o "currículo" de grupos ligados à aristocracia.

Em relação a esse último aspecto, pode-se pensar o caso de dois políticos mineiros (Nogueira da Gama e Marcelino Tostes); ambos grandes fazendeiros da região de Juiz de

[104] BANCK, 2011, op. cit. p. 92.
[105] CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003. p. 14.
[106] BANCK, 2011, op. cit., p. 73.

Fora, e que não ocuparam mais nenhum cargo importante, porém, tiveram em sua história a administração de uma província.

Outra característica desse período é a rotatividade de cargos. A permanência de um presidente de província era curta e, no período analisado, na maioria das vezes, inferior a um ano. Essa rotatividade era recorrente em várias províncias. Luiza Iotti aponta sobre a do Rio Grande do Sul:

> Na grande maioria, eram (os presidentes) políticos de carreira, indicados pelo imperador em função de sua lealdade e em troca de favores. Alguns governaram também outras províncias, e outros se destacaram como deputados e senadores. A característica comum dos governos provinciais gaúchos desse período foi a curta duração, variando de alguns poucos dias até, no máximo, três anos.[107]

Essa formatação política acabava por trazer inconvenientes no campo administrativo, como o pouco conhecimento em relação à província, com ruptura de ações, e a necessidade de acionar os vice-presidentes para assumir a administração por muitas vezes. No relatório apresentado na abertura da Assembleia Provincial em 23 de maio de 1866, o presidente Alexandre Rodrigues da Silva Chaves admite:

> Tendo da Província do Espírito Santo os poucos conhecimentos que se pode adquirir em alguns meses de administração, e não tendo podido examinar por mim mesmo todas as necessidades, sou forçado a cingir-me em alguns assuntos às informações, quase todas incompletas. Fico, porém, tranquilo a este respeito, considerando que a Assembleia Provincial [...] é composta de cavalheiros a quem sobram luzes e patriotismo para suprirem as lacunas deste relatório.[108]

Ele tinha assumido em 28 de agosto do ano anterior. Era um andarilho, pois estivera em 1863 na Província do Sergipe, e de 1864 a 1865 na de Santa Catarina. Era um caso em que primeiro havia administrado província de mais destaque (Sergipe) para assumir depois outras menores.

---

[107] IOTTI, Luiza Horn. **Presidentes da província: a leitura oficial dos imigrantes italianos no Império**. *Revista Métis*, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, 2005. p. 185-186.

[108] ESPÍRITO SANTO [ES 1866]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito no dia da abertura da sessão ordinária de 1866 pelo presidente dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves. Typ do Jornal da Victória, 1866. p. 3.

O presidente Antonio Dias Paes Leme, três anos depois, em 1º de outubro de 1869, não age diferente ao desculpar-se perante a Assembleia Provincial por não conhecer a Província, que ele assumira treze dias antes.

> Eu quisera, meus senhores, com conhecimentos próprios das variadas precisões da Província, em com apreciações minhas sobre todas elas, oferecer-vos um acabado quadro, trabalho digno da solenidade do momento e na altura das inteligências brilhantes, que ilustram a Assembleia. Mas além da acanhada inteligência, falta-me o conhecimento de cada um dos ramos do governo da Província, e todos os seus variados detalhes: falta-me esse espírito exercido na direção das coisas públicas, que de relance abrange a administração em todas as suas relações. [...] pelo que ofereço-vos os relatórios, nessa parte completos, de meus dignos antecessores.[109]

Ao falar aos parlamentares que iniciavam o mandato de 1866, Silva Chaves sabia, porém, que lidava com quem conhecia a Província. Tanto que fora escolhido para liderar o Legislativo o Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, que, como vice-presidente, muitas vezes assumira antes o comando da Província. Ele é um dos exemplos na historiografia capixaba que mostram o papel dos vice-presidentes: Joaquim Marcelino da Silva Lima, Barão de Itapemirim, político e grande produtor de cana-de-açúcar do Sul do Estado, assumiu o comando da província interinamente em quatro momentos entre 1844 e 1857, sendo que da primeira vez ficou um ano no comando.

Outro caso importante é o do coronel (e comendador) José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, que, como segundo vice-presidente, comandou a província por treze vezes entre 1831 e 1860 na interinidade dos presidentes. Depois, seu filho, Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim, também interinamente presidiu a província em quatro momentos entre 1878 e 1891, tendo se tornado presidente eleito do Estado entre 7 de junho de 1891 e 8 de dezembro do mesmo ano.

---

[109] ESPÍRITO SANTO [ES 1869]. Relatório com que o exm. sr. presidente dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro passou a administração da Província do Espírito Santo ao 1º vice-presidente o exmº. sr. coronel Dionysio Alvaro Resende em 8 de junho de 1869, seguido do que pelo mesmo exmº. sr. vice-presidente dr. Antonio Dias Paes Leme ao assumir este o governo da província em 16 de setembro de 1869. Bem como do que foi lido pelo exm. sr. presidente ao abrir a segunda sessão ordinária da Assembleia legislativa provincial no dia 6 de outubro do dito ano. Vitória, Typ. do Correio da Victoria, 1869. p. 3.

O Barão de Itapemirim, o coronel Monjardim e depois seu filho, o futuro Barão de Monjardim eram políticos locais, membros da aristrocracia, e viviam na Província. Todos os presidentes oficiais, porém, não tinham ligação com a região e foram enviados para aprendizagem ou coroamento curricular. Por muitos anos, o Espírito Santo não teve nenhum político local no Parlamento maior nem ocupando cargo de destaque na Corte. Sobre esse aspecto, Oliveira é impiedoso em seu comentário ao falar sobre os presidentes da Província do Espírito Santo e seus relatórios.

> As *falas* presidenciais se sucedem em desoladora monotonia. São dezenas, e todas lamentam a facilidade com que o júri absolve os criminosos que lhe são confiados para julgamento. Louvam, sem discrepância, o trabalho das colônias e se queixam da falta de meios para atender às necessidades do culto religioso. Ano após ano, apontam as deficiências do ensino e das estradas. Seria inoportuno tentar aqui uma explicação para a falta de iniciativa dos governantes, mas, examinando-se a lista dos presidentes que estiveram à frente da província, verifica-se que – exceção feita de uns três ou quatro – todos eram principiantes bisonhos, que vinham pescar, no Espírito Santo, uma cadeira de deputado geral. Dois ou três conseguiram fazer carreira política. Os demais – a quase totalidade – desapareceram no cenário nacional.[110]

De 1831 a 1889, ou seja, 58 anos, foram 95 trocas de comando da Província. De 1847, data em que se formou a primeira colônia (Santa Isabel) até a emancipação da Colônia Santa Leopoldina, em 6 de maio de 1882, por meio do decreto 8.508, num período de 36 anos, foram 52 trocas de comando na administração (das quais 26 foram ocupadas por vice-presidentes) o que matematicamente equivaleria a uma média de 1,5 ano por governante. Nos anexos finais uma tabela (páginas 130 a 135) mostra quem foram os ocupantes do principal cargo da Província, de onde eram, o tempo de seus mandatos e o seu destino político, o que clarifica a falta de importância (política) da maioria deles. E também uma pequena bibliografia de cada um deles (páginas 136 a 145), para permitir ampliar esse conhecimento.

Muitos dos presidentes tinham cerca de 30 anos de idade, sendo que alguns nem essa idade tinham quando ocuparam o comando da Província. Na maior parte, eram da área do Direito. Pressupõe-se que o pouco conhecimento administrativo (pela idade e início de carreira) e a excessiva rotatividade, representam prejuízos nas avaliações e decisões. Foram políticos assim, de maneira geral, que comandaram o Espírito Santo por muitos anos. A maioria nunca tinha pisado por aqui quando assumiu a Província. Podiam ter visão macro em

[110] OLIVEIRA, 2008, op., cit., p. 365.

torno da questão da colonização, da imigração, mas desconheciam a realidade regional, o que levou, em alguns casos, a defender decisões administrativas equivocadas, como a escolha do primeiro local para instalação da Colônia Santa Leopoldina, uma vez que se constatou, conforme se verá, que o terreno não era apropriado para agricultura.

Foto 04: Casa provisória do diretor da Colônia Santa Leopoldina

Foto feita por Victor Frond, em 1860. É a primeira imagem da colônia. Na frente da residência provisória do diretor, Amélio Pralon, aparecem trabalhadores contratados e escravos (possivelmente de fazendeiros da região).

3 A IMIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

No Espírito Santo moderno, o amálgama étnico é normalmente apontado em nível de senso comum como fator de orgulho, resultado de integração interpovos. Descendentes de portugueses, alemães, italianos, pomeranos, austríacos, suíços, africanos, árabes, chineses, japoneses, entre outros, compõem esse caldeamento, resultado de processos imigratórios em diferentes momentos, agregando-se ainda a presença indígena natural do território que se tornou minoritária em decorrência do próprio processo de colonização, nem sempre pacífico. A presença estrangeira na Província desconsiderando-se o período colonial, tem início quase nos primórdios do século XIX, mais exatamente em 1813, com a chegada de 30 casais da ilha de Açores, que se instalaram em Viana.[111] Tratava-se, porém, de um grupo pequeno e que não se integrou ao fluxo de estrangeiros que aconteceria anos depois. Além disso, Iotti observa que por serem súditos portugueses, os açorianos não podiam ser considerados, literalmente, imigrantes.[112]

Mas por que vieram tantos estrangeiros para o Espírito Santo, ou melhor, para o Brasil? Essa resposta é já bastante estudada. Como aponta Dadalto:

> O processo de assentamento do imigrante europeu no Estado foi parte da alternativa do governo imperial e do provincial para povoar e ocupar o solo, ampliar a fronteira agrícola e fomentar o desenvolvimento regional, por meio da produção de riquezas. [113]

Ou seja, em meados do século XIX, o governo brasileiro resolveu adotar uma estratégia de imigração e colonização com incentivo à imigração estrangeira. Ocupação do solo, substituição de mão de obra escrava são dois dos fatores que fizeram o governo colonial adotar essa estratégia. Para isso, criou incentivos e fez propaganda. A eles, os estrangeiros, foram oferecidas passagem grátis para a viagem intercontinental e a promessa de propriedade de terra, ou de condições para virar proprietário.

---

[111] ROCHA, 1985, op. cit., p. 4.
[112] IOTTI, Luiza Horn (org). **Imigração e colonização,** 2001, op. cit., p. 20.
[113] DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009. p. 43.

Só que eles realmente não tinham ideia do que encontrariam, como registra Busatto em estudo sobre a imigração italiana no Espírito Santo:

> O Espírito Santo de 1870 possuía no seu litoral atlântico somente três cidades e dez vilas. O resto era uma barreira de matas virgens com índios e febres malignas para quem a quisesse enfrentar ou transpor. Sua agricultura era de subsistência. [114]

E quando se fala em florestas, não se pode deixar de considerar a visão mítica dos imigrantes em relação à nova terra. Conforme Dadalto "[...] Está impregnada na imaginação a exuberância da paisagem brasileira, a fartura da alimentação para aqueles que viviam em cenário de miséria, e o desejo de serem reconhecidos como cidadãos". [115]

Alemães, pomeranos, italianos, austríacos, suíços, holandeses e outros vieram pautados principalmente pela esperança de vida melhor, pois, em seus países de origem, o seu patrimônio era a pobreza e a falta de perspectiva. Aqui encontravam realidade adversa, diferentemente do prometido e do sonhado. Sobre essa questão da pobreza, aponta ainda Busatto:

> Por parte da Itália, todos bem sabem, uma palavra resume as razões da emigração: a miséria. O primeiro e mais importante documento de identidade dos emigrados, o passaporte, quer em nome de sua majestade Vítor Emanuel II, quer em nome de Umberto I, testemunha esta condição. No lugar do selo, os passaportes trazem, com frequência, os seguintes dizeres: 'Senza marca per comprovata miserabilità'. Ou 'esente da bollo (selo) per comprovata povertà'. Noutros aparece simplesmente a palavra 'gratis'.[116]

A narrativa sobre os italianos não era diferente para os outros grupos que enfrentavam dificuldades em seus países de origem por conta do empobrecimento do campesinato com as transformações políticas e econômicas da Europa.

Na Província do Espírito Santo, o processo imigratório começa em 1847 com a fundação da Colônia Santa Isabel, atualmente município de Domingos Martins. Atendendo

[114] BUSATTO, 1998, op. cit., p. 301. Sobre o número de cidades e vila na Província (cf. nota 91, p. 48), Busatto inclui certamente a Serra, cuja sede ganhou condição de cidade pela Lei Provincial nº 6 de novembro de 1875, somando-se então às cidades de Vitória e São Mateus (que já tinha sido alçado à condição de cidade desde abril de 1848).
[115] DADALTO, 2009, op. cit., p. 32.
[116] BUSATTO, 1998, op. cit., p. 295.

pedido do então presidente da Província, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o governo imperial mandou para essa Colônia um grupo de 39 famílias originárias da Prússia Renana (hoje Alemanha), num total de 163 pessoas. Anos depois, vieram também para aquela colônia pomeranos e italianos. Na sequência, foram criadas as colônias de Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1855) e Castelo (1880).

A Colônia Rio Novo era empreendimento particular – criado pelo ex-traficante de escravos major Caetano Dias da Silva – que foi absorvida pelo governo em 1861 por diversos problemas, conforme aponta Gilda Rocha.[117] Tinha grande diversidade de etnias, sendo chamada por Grosseli de "pequena Babel."[118] O Núcleo Colonial Castelo surgiu em 1880, "para acolher os emigrantes, especialmente italianos, que ainda chegariam ao Brasil sem saber que a lei sobre as colônias de 1867 fora suspensa. [...] Situava-se nas terras de Rio Benevente, na fronteira norte da Colônia de Rio Novo".[119] Foi emancipada em maio de 1881.[120]

Os italianos começaram a chegar em maior número em 1874, na expedição Tabacchi.[121] Foram 388 pessoas – trentinos e vênetos – que vieram no navio à vela La Sofia destinados ao empreendimento Nova Trento, em Santa Cruz, Aracruz. Segundo Grosselli, tratou-se da primeira experiência de embarque em massa de italianos rumo ao Brasil.[122] Vieram milhares ao longo dos anos, até que em 1895, por meio de decreto de 20 de julho do Ministério do Interior, o governo italiano proibiu a emigração para o Espírito Santo principalmente em decorrência de mortes ocorridas por febre amarela no núcleo Muniz Freire.

> A epidemia de febre amarela que assolou o núcleo de Santa Cruz é um dos capítulos mais sombrios da imigração italiana no Espírito Santo. O surto da doença coincidiu com a derrubada das matas quando os insetos baixavam das copas para o chão. Em março de 1878 estava no auge. Os colonos começaram a ter vítimas no mês de outubro do ano anterior e dai em diante a doença foi atingindo índices assustadores de modo que no final de 1878 eram mais de 200 os mortos. Do navio Clementina morreram 111 pessoas numa proporção de uma sobre quatro. Não houve família poupada e ninguém na colônia deixou de contrair a febre amarela.[123]

---

[117] ROCHA, 1985, op. cit., p. 76.
[118] Grosseli aponta a presença na Colônia Rio Novo de brasileiros, principalmente cearenses, portugueses, ingleses, africanos, asiáticos franceses, alemães, belgas, suíços, espanhóis, holandeses e luxemburgueses. Cf. GROSSELI, 2007, op. cit., p. 238-249.
[119] GROSSELI, 2007, op. cit., p. 459.
[120] PAULA, Sério Peres de. **Fazenda do Centro: imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Castelo: Instituto Frei Manoel Simón, 2013. p. 53.
[121] BUSATO, 1998, op. cit., p. 307.
[122] GROSSELI, 2007, op. cit., p. 176.
[123] BUSATO, Luiz. **Estudos sobre a imigração italiana no Espírito Santo**. Site Estação Capixaba. Disponível em: http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-italiana-no-espirito-santo/

3.1 O nascimento de uma colônia imperial

No dia 15 de maio de 1856, o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, apresentava seu relatório anual perante a Assembleia Geral Legislativa. Não devia estar muito tranquilo, pois as notícias não eram boas. Surto de cólera no ano anterior, que afetou várias províncias, e um período maior de chuvas tinham provocado estragos sérios ao setor agrícola. Adicione-se ainda a dificuldade em repor mão de obra escrava, cada vez mais reduzida, e os muitos entraves que impediam deslanchar a Lei de Terras e a impossibilidade para desenvolvimento preferencial de colonização por núcleos, como ele pretendia. Nesse contexto, é que ele anuncia a criação de unidades da Repartição Geral de Terras em Alagoas, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo,[124] e a preparação para instalação em São Pedro (Rio Grande do Sul), Pernambuco e Minas Gerais. Apesar de no Espírito Santo a efetiva instalação ainda iria demorar, como se poderá constatar.

Em determinado trecho, Couto Ferraz faz uma breve colocação sobre a situação da Colônia Santa Isabel, que ele próprio fundara em 1847, quando fora presidente da Província do Espírito Santo (1846/1848). Ele afirma que os colonos daquele núcleo "vivem na abastança" e que prosperaram, mas que por conta da irregularidade do terreno e "a distância em que se situam do mercado os últimos povoadores, não é aconselhável que se aglomere ali considerável número de colonos".[125] Era uma quase confissão de que a escolha daquela região não tinha sido a mais feliz para instalação de um núcleo colonial. Ao ponderar sobre os aspectos negativos de localização da Colônia Santa Isabel, Couto Ferraz aproveita para dizer que o governo sabia existir na Província uma área de terra sobre o rio Santa Maria que oferecia melhores condições para colonização e arremata:

> Desejando formar naquela província, em que tanto abundam ainda as terras devolutas, núcleos numerosos que sirvam de centros de atração, a fim de encaminhar para ali a imigração espontânea, mandou *(o governo central)* demarcar com a maior brevidade um território e fazer todos os preparativos para o recebimento e estabelecimento das primeiras 50 famílias, que deve mandar vir da Bélgica, e que serão seguidas de outras até completar-se o número de dois mil colonos. [126]

[124] MI 1856, op. cit., p. 88.
[125] Ibid., p. 90.
[126] Ibid., p. 90.

No anexo de 28 de abril de 1856 do diretor geral da Repartição Geral de Terras Públicas, Manuel Felizardo de Souza e Mello, são mais amplos os primeiros detalhes sobre a formação dessa colônia, que ele denomina Colônia Santa Maria.

> Junto ao rio deste nome entre a cachoeira grande e a do José Cláudio, resolveu o governo fundar uma colônia agrícola; e em 27 de fevereiro do corrente ano expediu ao presidente da Província as instruções convenientes, mandando medir um território de quatro léguas quadradas[127] e subdividi-los em lotes de 62.500 braças quadradas. Para assento da povoação determinou que fosse escolhida uma área de 500 mil braças quadradas convenientemente situada e fixou os lotes urbanos em 10 braças de frente e 25 de fundo. Na praça deverá ser construído um barracão assaz espaçoso para acomodação de 50 famílias e casas próprias para o diretor da colônia e para armazéns.[128]

Souza e Mello observa que a presidência da Província foi orientada sobre a abertura de ruas e caminhos, principalmente em direção ao porto de embarque no rio Santa Maria. Para o trabalho inicial, foram destinados recursos e a recomendação de que, logo que estivessem concluídos os preparativos para recepção dos colonos, se fizesse a contratação das primeiras 50 famílias, até o número de 576 famílias.

Apenas oito dias depois do anúncio do ministro Couto Ferraz, o presidente da Província, José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apresentou ao parlamento local uma avaliação dessa área de maneira idílica, que mais tarde se constatará enganosa, pois era praticamente inapropriada ao cultivo.

> Parece por tanto, senhores, que uma colônia estabelecida em terreno tão favorecido pela natureza, devendo ter uma estrada ao longo do rio, e possuindo já esta grande artéria que a Providência lhe destinou para facilitar a circulação e o movimento de seus produtos, deve aguardar um futuro esperançoso e feliz e que o Venerando Anchieta prognosticava para as margens desse belo rio. [...] E por isso confio que dentro em pouco tempo vereis essas matas virgens onde o sol a custo penetrava e onde as feras se aninhavam convertidas em belos sítios abundantes, variadas e ricas plantações; e o rio Santa Maria soberbo de seu destino, deixando deslizarem-se em suas águas os barcos que conduzam a esta capital os produtos com que terrenos tão privilegiados deverão generosamente remunerar os esforços e a indústria de **colonos laboriosos e morigerados**. [129]

---

[127] Cf. Nota 51, p. 38. Uma légua linear equivale a 6 mil metros (seis quilômetros em linha reta). Já uma légua quadrada tem 6.000 x 6.000 = 3.600 hectares.

[128] Anexo MI 1856, op. cit., p. 27.

[129] ESPÍRITO SANTO [ES 1856 – 2]. Relatório que o exmº sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1856. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1856. p. 29. Grifo meu.

Na verdade, a determinação para abertura do novo núcleo colonial já vinha desde o ano anterior. O primeiro-vice-presidente da Província, Barão de Itapemirim, em relatório de 8 de março de 1856,[130] disse que recebeu, em 15 de dezembro de 1855, comunicado do governo imperial para dar início à nova colônia, razão pelo qual encaminhou para a região o engenheiro João José de Sepúlveda e Vasconcelos "que ministrou informações em tudo satisfatórias e favoráveis".[131]

No mesmo relatório, informa ter recebido, em 27 de fevereiro, novo comunicado do governo central e por isso determinou, imediatamente, ao mesmo engenheiro que fosse à Vila de Santa Cruz onde 26 trabalhadores já haviam sido recrutados e que fizesse as "picadas necessárias, marcasse o centro da povoação e delimitassem pelo menos 50 prazos para as primeiras famílias que em breve estariam chegando pelo porto".[132]

Essa data de 15 de dezembro de 1855, como marco inicial para fundação da colônia é confirmada no anexo da Repartição Geral de Terras apresentado no relatório do ministro Couto Ferraz em 3 de maio de 1857. Manuel Felizardo primeiro fala sobre a Colônia Santa Isabel, que afirma estar situada em terras férteis, mas que pela "escabrosidade de suas montanhas, torna muito difícil a construção de caminhos próprios para o transporte de produtos".[133]

Em seguida relata que, por causa disso, o ministro determinou "que em 15 de dezembro de 1855 ordenasse ao presidente da Província que sobre as margens do Rio Santa Maria escolhesse terreno mais próprio para fundação de uma grande colônia".[134] E completa informando que após o presidente da Província afirmar que estavam prontos os cômodos para receber os primeiros imigrantes"[135] o governo imperial havia enviado para essa nova colônia um grupo de suíços, os quais tinha sido obrigado a remover das fazendas do major Francisco José de Castro e do tenente coronel Luiz Antônio Pereira, ambas em Ubatuba (SP). [136]

[130] ES 1856 – 1, op. cit., p. 12.
[131] Ibid., p. 12.
[132] Ibid., p. 12.
[133] Anexo MI 1857, op. cit., p. 20.
[134] Ibid., p. 20.
[135] Ibid., p. 20.
[136] Ibid., p. 26. Neste mesmo anexo, às p.23-25, o diretor-geral da Repartição Geral e Terras narra a revolta de um grupo de suíços, liderados pelo mestre-escola Thomaz Dasvatz (grafado errado no relatório, pois o sobrenome é Davatz), em 24 de dezembro de 1855 na fazenda Ibicaba, também em São Paulo, de propriedade do senador Nicolau Pereira dos Santos Vergueiro. Davatz vai escrever um livro chamado "Memórias de um colono no Brasil", que publicado em 1858 na Suíça, servirá para que o governo daquele país envie um representante para analisar a situação dos conterrâneos nas colônias no Brasil. Esse representante será Johann Jakob von

Manuel Felizardo justifica a decisão de enviar esse grupo para o Espírito Santo da seguinte maneira:

> Quaisquer que fossem as causas, o maior desgosto se desenvolveu entre os colonos destas duas empresas. Queixas amargas, e algumas plenamente justificáveis, subiram ao conhecimento do governo, que, convencido que sem graves inconvenientes não poderiam aqueles estrangeiros ali permanecer, recebeu-os e os enviou para a Província do Espírito Santo, onde vão se estabelecer em terras antecedentemente mandadas preparar sobre o rio Santa Maria para assento de núcleo colonial, sob a invocação de Santa Leopoldina. [137]

A nova colônia estava batizada em definitivo. O próprio Couto Ferraz fez, no relatório principal, ligeira menção a esse nome, ao falar que para ela estavam sendo destinados parte dos recursos gerais voltados para colonização.[138]

Esses suíços de Ubatuba, que chegaram em março de 1857 ao Espírito Santo, renderiam muita polêmica anos depois. A decisão de trazê-los, iniciando a colônia possivelmente antes dela estar com sua infraestrutura realmente preparada, pode ter duas razões: uma, atenuar o clima de revolta que estava se instalando nas colônias paulistas, pois os imigrantes em geral não estavam nada satisfeitos, principalmente aqueles que trabalhavam em fazendas no sistema de meia (ou seja, como meeiros) e não percebiam como poderiam se tornar empreendedores daquela maneira. Ao mesmo tempo, o governo buscava impedir que a notícia sobre essas revoltas se espalhassem para a Europa, complicando a adesão de novos imigrantes. Para esse grupo, que veio para o Espírito Santo, segundo o diretor geral da Repartição Geral de Terras, foi determinado:

> Cada família, segundo suas forças, terá ali um lote de terras de 200 braças de frente, tendo o fundo de 200 a 600 braças, e durante os primeiros seis meses receberá para alimentos cada adulto 320 réis, e os de cinco a 10 anos, 200 réis, e os menos desta idade e maiores de 18 meses, 160 réis por dia. [139]

Tschudi, que visitará as colônias do Espírito Santo em 1860 e provocará repercussão na Província, como se verá no capítulo V deste trabalho. Observe-se, ainda, a título de curiosidade, que não existe na Igreja Católica uma santa chamada Leopoldina.

[137] Ibid., p. 26.

[138] MI 1857., op. cit., p. 21.

[139] Anexo MI 1857, op. cit., p. 20.

Em seguida, apresenta as condições e faz propaganda do local

> "Os colonos são obrigados em 8 anos a indenizar o governo dos avanços feitos para alimentação e seu transporte. A descrição que o presidente faz da fertilidade das terras, da facilidade de comunicação com a capital da província, abundância de terrenos devolutos, induz a julgar que a localidade escolhida para o estabelecimento colonial promete um futuro lisonjeiro. [140]

Coincidentemente, em seu relatório Couto Ferraz reclamou da dificuldade de encontrar agrimensores no País e voltou a falar da criação da Repartição Especial de Terras Públicas no Espírito Santo, que não tinha entrado em funcionamento, assim como a do Rio de Janeiro. O motivo? Couto respondeu: "Não estando porém ainda completo o seu pessoal, não entraram em exercício até o presente."[141] A nova colônia estava sendo formada, mas o governo central sequer montara efetivamente um escritório da Repartição Geral de Terras na capital da província. Como afirma Grosseli, "a Província não estava preparada para a chegada de imigrantes. A própria nação não conhecia estruturas burocráticas e técnicas adequadas a este fim. Infelizmente, esta situação não melhoraria muito nas décadas seguintes".[142]

Em 1856, a colônia Santa Isabel, primeira da Província, existia já há nove anos, mas não prosperara realmente. Sua população era composta de apenas 225 habitantes. A colônia particular Rio Novo, fundada há dois anos pelo major Caetano Dias da Silva enfrentava múltiplos problemas. Às margens do Rio Doce, em Colatina (entre as barras dos rios São José e Pancas), Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite começara a fundar um estabelecimento colonial, que chamara de Francilvânia, que não vai atingir fase madura. [143]

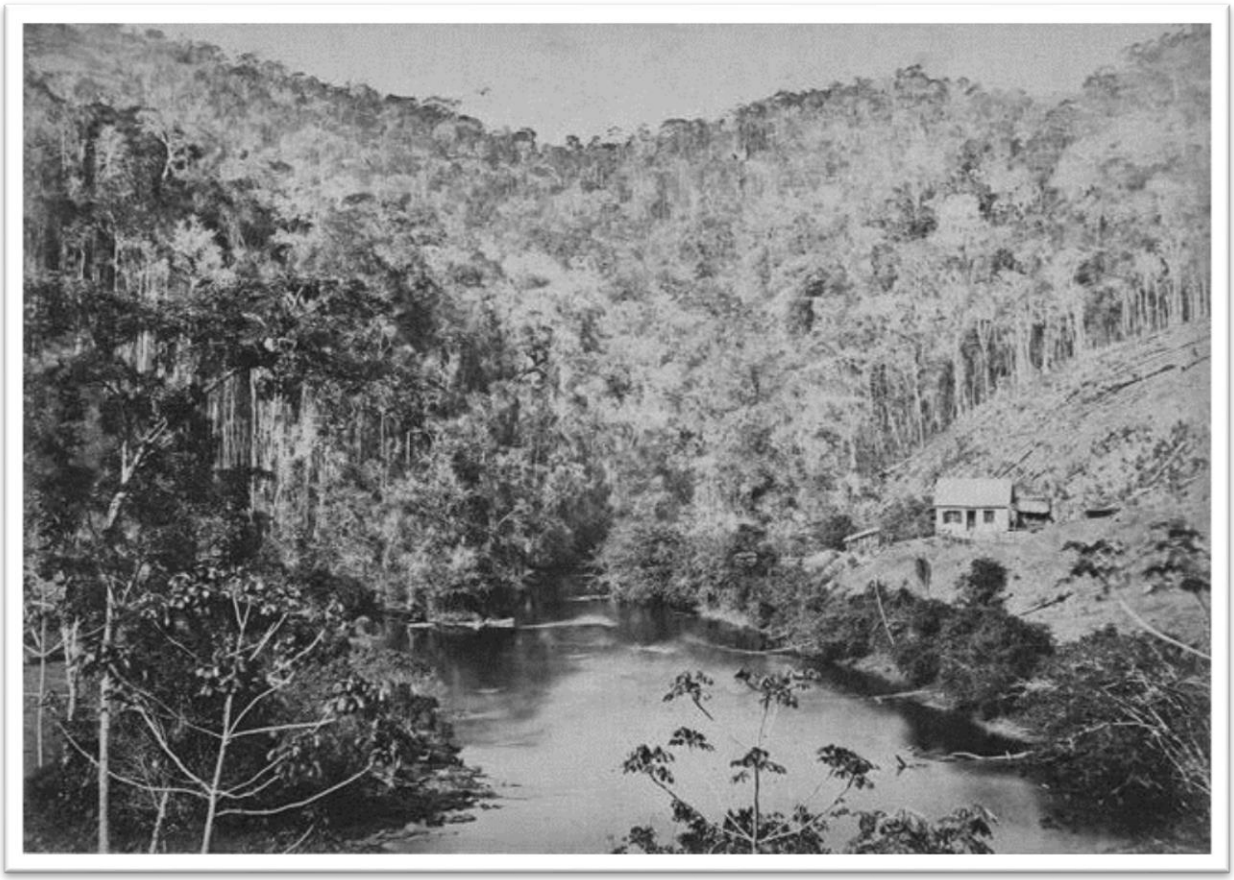
---

[140] Anexo MI 1857, op. cit., p. 20.
[141] MI 1857, op. cit., p. 19.
[142] GROSSELLI, 2007, op. cit., p. 200.
[143] Cf. Hart, a colônia vai existir por apenas três anos. "A história desta colônia é em resumo a seguinte: O Dr. França Leite, há quinze ou mais anos passados, teve a doa de estabelecer uma colônia no Rio Doce, e em Francilvânia, auxiliado pelo governo, formou uma colônia. Moinhos para serrar tábua e moer mandioca foram construídos, e uma considerável área de terreno foi destinada à lavoura. Abriram-se estabelecimentos na Povoação, em Monserras, e Ipiranga, onde muito gado foi criado. O plano do Dr. Leite provou ser quimérico. Não conseguiu obter o auxílio que pretendia: os colonos, descontentes e acossados pelos botocudos, que eram vizinhos muito importunos, começaram a retirar-se, e depois de uma existência de uns três anos, os botocudos, deram fim a esta colônia matando a cunhada do Dr. Leite, Ervalina, e um escravo, e queimando a colônia; e assim falhou outra tentativa paro colonizar o Doce". Hartt, Charles Frederick. **Geologia e geografia física do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 124, Charles Hartt, comete, porém, um equívoco, pois quem morreu foi Avelino Rodrigues dos Santos França Leite (conforme relata o presidente Costa Pereira em seu relatório de 1861, mas que não informa qual o parentesco com Nicolau França Leite, sendo possivelmente um sobrinho).

É neste quadro que começara a ganhar contorno desde o final do ano anterior os preparativos para estabelecimento de mais uma colônia no Espírito Santo.

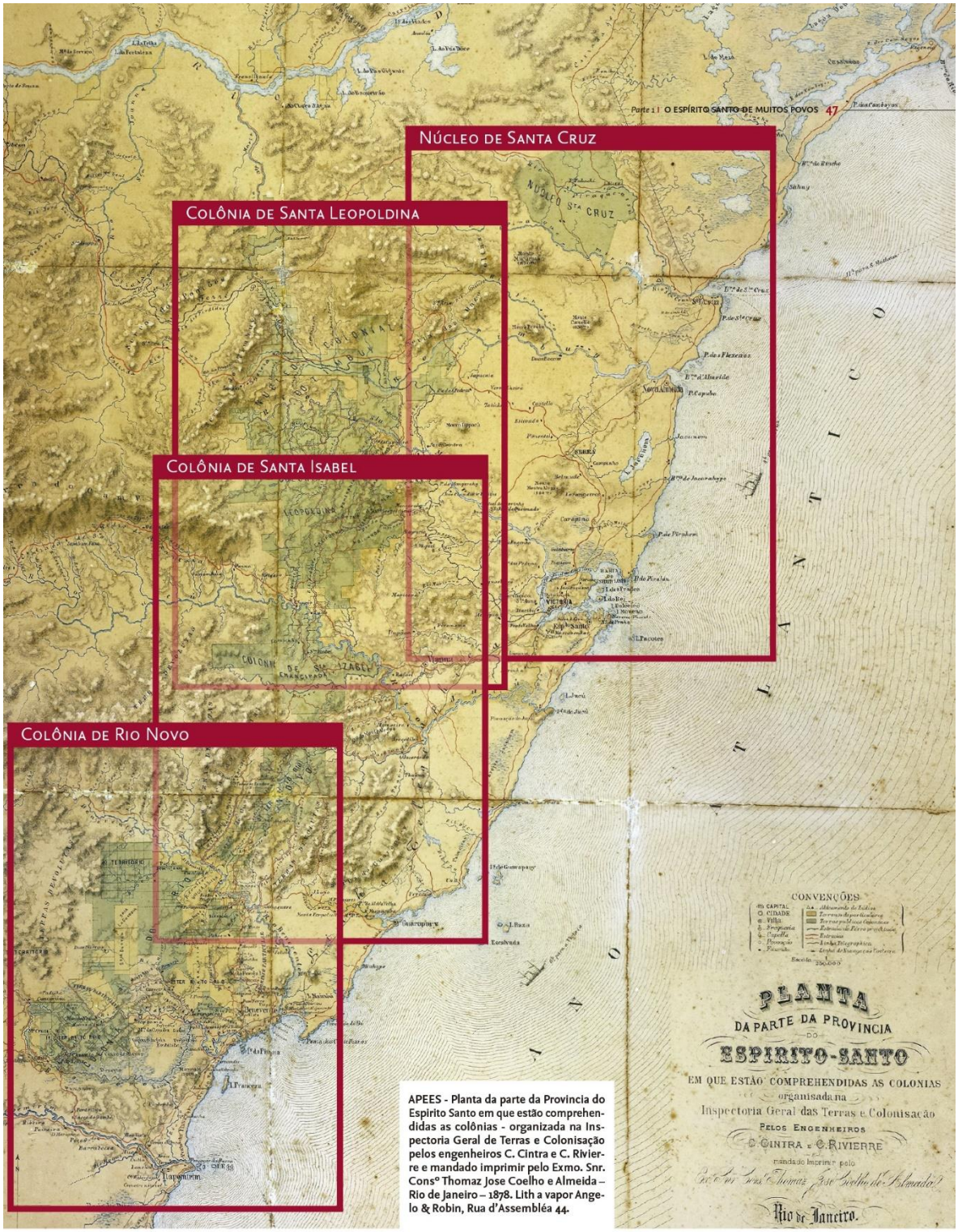
Havia um desejo – e uma necessidade – do Império, mas entre esse desejo e a execução, a improvisação era frequente. De maneira metafórica, pode-se dizer que as cores com que se pintava um determinado quadro da paisagem, logo eram modificadas, pois se descobria que o original era bem diferente. E os colonos sentiram isso muito rapidamente. E os governantes, enquanto as transformações iam ocorrendo, destilavam suas opiniões sobre os imigrantes, amargas ou elogiosas, ao sabor do momento.

Foto 05: Lote e habitação de colono em Santa Isabel



Lote e habitação do colono Michel Schneider em Santa Isabel. Foto de Victor Frond, 1860. Coleção Thereza Cristina Maria, Biblioteca Nacional.

Mapa 01: Província do Espírito Santo em 1873



Fonte: Reprodução de mapa publicado no livro Imigrantes: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. p. 50, produzido em cima de "planta da parte da Província do Espírito Santo em que estão compreendidas as colônias – organizadas na Inspetoria Geral de Terras e Colonização pelos engenheiros C. Cintra e C. Riverre e mandado imprimir pelo exmº. sr. consº Thomaz Jose Coelho e Almeida – Rio de Janeiro – 1878. Lith a vapor Angelo & Robin, rua da Assembleia, 44.

3.2 Um elo em comum: a exaltação à colonização

Um fator comum nos relatórios ao longo do período imperial é a afirmação que o processo de colonização era fundamental para o desenvolvimento regional e do país, sendo o Espírito Santo província privilegiada pela localização geográfica e condições naturais, com condições climáticas e solos favoráveis à produção agrícola.

> Ninguém hoje desconhece a importância e necessidade da colonização no país; todos proclamam que dela depende a prosperidade, e riqueza pública, e se alguma província presta-se com propriedade para estabelecimentos coloniais, é sem dúvida esta, que além da exiguidade da população, tem extensas e férteis matas devolutas, muitos portos e rios navegáveis, e um clima assaz benigno e salubre.[144]

Foi dessa maneira que o primeiro vice-presidente, Barão de Itapemirim, exaltou a colonização ao repassar a presidência da Província a José Maurício Fernandes Pereira de Barros em 8 de março de 1856. Nessa mesma linha de valorização da colonização como elemento de salvação nacional, poucas semanas depois, o presidente Pereira de Barros, apresenta extenso relatório à Assembleia Provincial em que apontava a colonização como a questão mais "momentosa de nossa atualidade: fôra preciso não ter o coração brasileiro para desconhecê-la",[145] e traçava com tintas alarmistas a situação da nação.

> Se antes da lei de 4 de setembro de 1859, e mesmo depois da de 7 de setembro de 1831, em termos de descuidosa imprevidência, a colonização era reputada um sonho doirado, uma bela ideia de tardia e difícil realização, no entender de alguns espíritos rotineiros, acanhados, ou obcecados pelo interesse; - depois da resolução nobre e definitiva que tomou o governo imperial de reprimir eficazmente e a todo transe, em terra e no mar, o tráfico de africanos boçais, representou logo uma das primeiras necessidades do país, e agora senhores, que a cólera morbo agravou a situação, dizimando a população escrava de nossos estabelecimentos rurais, e do serviço doméstico nas cidades, e das artes e ofícios, converteu-se ela em uma dessas grandes e imperiosas exigências sociais a que os poderes públicos não podem deixar de prestar toda a sua solicitude sem faltarem a seus compromissos de honra, sem cavarem a ruina do país. Não é mais tempo para adiantamentos estéreis: a lavoura grita por esse salvatério, e cumpre que lhe atendamos com providências prontas e adequadas.[146]

[144] ES 1856 – 1, op. cit., p. 10.
[145] ES 1856 – 2, op. cit., p. 21.
[146] Ibid., p. 21-22.

Neste relatório, pela importância que ele dá ao tema, destina 12 das 47 páginas ao assunto, onde faz avaliação sobre melhor sistema de incentivo à imigração ("Não há dúvida de que a colonização proprietária é a mais conveniente, mormente a que resulta da emigração espontânea"),[147] volta a exaltar as condições favoráveis da Província à colonização, etc, utilizando-se, inclusive, de linguagem quase poética para enaltecer a região. Depois aponta as condições das colônias Santa Isabel e Rio Novo e apresenta detalhes da formação da futura Colônia Santa Leopoldina, naquele momento ainda chamada de Santa Maria.

Enquanto exaltava a colonização, em contraponto o presidente da Província elencava dificuldades regionais, que seriam:[148] a) Os cofres provinciais não dispunham de recursos suficientes para subsidiar ou empreender a colonização; b) A província não possuía capital para formar associações que promovessem a colonização; c) Não iriam aparecer recursos de outros locais, pois não havia confiança em retorno do investimento, uma vez que, segundo ele, a Província do Espírito Santo era "mal avaliada e pouco conhecida".[149]

Contudo, em decorrência da crise de mão de obra, dizia "ser indispensável não cruzar os braços"[150] e que seria necessário animar os fazendeiros, aconselhá-los e protegê-los para que fosse adotada a colonização por parceria, meio que ele considerava conveniente para as circunstâncias regionais.

> Na presença de tais obstáculos, e sem perder de vista a necessidade urgentíssima que temos de conjurar a crise que ameaça a lavoura, e de povoar o país, parece-me que o meio mais pronto, e por ora mais econômico, nesta província, é o da parceria. Sei que não está isso no hábito dos fazendeiros, afeitos aos serviços dos escravos, mas cumpre que eles com o tempo, com a precisa antecedência, lancem mão desse meio, antes que o correr das circunstâncias, para eles imprevistas, os não leve depois a reconhecer a utilidade desse recurso quando já não possam fazer dele aplicação. [151]

[147] ES 1856 – 2, op. cit., p. 22.
[148] Ibid., p. 22- 23.
[149] Ibid., p. 22- 23.
[150] Ibid., p. 23.
[151] Ibid., p. 24.

Em determinado momento de seu discurso, faz votos para que uma corrente de colonos "laboriosos e morigerados se arroje a esta Província", comprando suas terras devolutas. [152]

A exaltação à colonização se repete de maneira constante ao longo dos anos. Em 1861, o presidente José Fernandes da Costa Pereira ressalta que **"**colonizar o país é dar-lhe vida, vós todos o reconheceis e hoje o reconhecem aqueles mesmos para que ainda a pouco tempo era este serviço uma utopia"[153], afirmou ele perante os deputados provinciais. Dez anos depois, em 9 de outubro de 1871, também na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa provincial, o presidente Francisco Ferreira Correia acentua sobre a colonização: "De dia para dia se torna mais urgente a aquisição de braços livres que venham a povoar as desertas e extensas matas do nosso abençoado solo".[154] Já o presidente Manoel José Menezes Prado, em relatório de 1876, registra:

> De todas as questões que debatem-se neste país nenhuma tem preocupado mais o espírito público do que a da colonização. Desde muitos anos tem sido objeto de incessantes estudos e de larga discussão, assim no parlamento, como na imprensa". [155]

Em março de 1880, o presidente Eliseu de Souza Martins não destoa e volta a bater na mesma tecla: "a colonização é assunto de mais alta importância para a província e tem sido objeto de sério estudo de minha parte".[156] A questão da colonização, então, foi marcadamente importante ao longo da segunda metade do século XIX, tanto no País quanto na Província, conforme se constata.

---

[152] ES 1856 – 2, op. cit., p. 24.
[153] ES 1861 – 2, op. cit., p. 68.
[154] ESPÍRITO SANTO [ES 1871]. Relatório lido no paço da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo presidente exmº. sr. dr. Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária do ano de 1871. Vitória, Typ. do Correio da Victoria, 1872. p. 98-99.
[155] ESPÍRITO SANTO [ES 1876 – 2]. Relatório apresentado pelo exmº. sr. dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão de 15 de outubro de 1876. Vitória. Typ. do Espirito-Santense,1876. p. 37.
[156] ESPÍRITO SANTO [ES 1880 – 1]. Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 9 de março de 1880 pelo presidente da Província, o exmº. sr. dr. Eliseu de Sousa Martins. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1880. p. 17.

3.3 ‘É desta gente que queremos na província”

Em 1812, ocorreu a primeira experiência de colonização em solo espírito-santense, com a chegada de 53 famílias açorianas,[157] que ocuparam a região entre os rios Formate e Santo Agostinho, afluentes do rio Jucu. Em homenagem a Paulo Fernandes Viana, intendente geral de Polícia da Corte, fundaram a localidade de Viana no ano seguinte. Tinha sido ele o responsável por trazer açorianos para ajudar a colonizar a nação, e foram distribuídos entre São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Fazia quatro anos que a família Imperial, fugindo das guerras napoleônicas, tinha vindo para o Brasil que, em 1815, passaria a condição de Reino Unido de Brasil, Algarves e Portugal.

Em 1838, 26 anos depois da chegada dos açorianos, no Segundo Reinado, a questão da colonização pontua o discurso do então presidente da Província do Espírito Santo João Lopes da Silva Coito, durante seu relatório de abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 8 de setembro. No tópico “Catequese, Civilização dos Indígenas e Colonização”[158] após falar da dificuldade de “civilizar os indígenas”, que mostram “repugnância ao trabalho e vida errante”,[159] pensa ainda em projeto de aldeamentos para que esses índios possam ajudar a “colonizar” a província. Pontua ainda: “Quanto à colonização, é de grande interesse lançar mão dos serviços que nos possam prestar os índios depois de aldeados e convidar colonos estrangeiros”[160].

Na sequência, apontou que esta necessidade ocorria pela proibição de importação de braços africanos. Ressaltou ainda que a emigração europeia trouxe muitos benefícios aos EUA, e informou que o governo imperial, por meio de instrução de 1835, estaria adotando medidas para incentivar a emigração estrangeira para o Brasil.[161] Um fato que merece registro é que no relatório do ano seguinte, Silva Coito aponta que a Província enfrenta decréscimo populacional. Consta a estatística que em 1827 a população era de 35.353 habitantes. Já em 1839 era de 26.080, numa redução de 9.273 habitantes. Afirma não confiar nos números

[157] Açorianos: habitantes dos **Açores**, oficialmente designados por Região Autónoma dos Açores, arquipélago transcontinental e um território autônomo de Portugal. Fica no Oceano Atlântico cerca de 1.500 quilômetros de Portugal

[158] ESPÍRITO SANTO [ES 1838]. Discurso com que o exmº presidente da Província do Espírito Santo, o dr. João Lopes da Silva Coito, fez a abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial no dia 8 de setembro de 1838. Rio de Janeiro. Typ. de Josino do Nascimento Silva, 1838. P. 12-14.

[159] Ibid., p 12-14.

[160] Ibid., p. 13.

[161] Ibid., p. 14.

enviados pelos juízes de paz, pois não havia motivo para que a população reduzisse de tamanho. [162]

Apesar dessa preocupação a favor da colonização, nada de significativo ocorreu nesse campo até 1847, com a chegada à província do presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que assumiu o cargo em 7 de novembro de 1846 (no qual ficou até 18 de abril de 1848). Em sua primeira apresentação oficial aos deputados provinciais, em 23 de maio de 1847, traz ele em seu relatório um tópico chamado "Colonização Estrangeira",[163] em que afirmava ter sentido mágoa em saber do atraso da província, apesar dos recursos naturais e excelente posição geográfica.

Por esse motivo, teria estudado "acuradamente" os motivos que provocavam essa situação, sendo o primeiro deles:

> [...] a falta de população industriosa e livre, que se aplicasse à lavoura, e tirasse de suas magníficas terras na maior extensão devolutas e incultas, o partido que oferecem com larga profusão. Observei também que há lugares na província para os quais se pode convidar a emigração estrangeira estabelecendo-se núcleos de colonização, não só por ser ela quase cortada de rios navegáveis, cheia de portos, e possuindo grande extensão de matas riquíssimas, ainda devolutas, muito abundante de madeiras de lei, mas também por cobrirem tais matas terrenos muito férteis para toda a sorte de cultura.[164]

Por esse motivo, segundo ele, pediu ao governo central o envio de casais estrangeiros, tendo seu pedido sido acatado e "163 colonos alemães foram enviados [...], e ora trato de estabelecer uma colônia na parte da referida estrada, além de Viana, uma légua e meia [...], com a denominação de colônia de Santa Isabel."[165] Era assim, anunciado o início do processo de colonização que nos anos seguintes provocaria mudanças significativas na Província. Apontou dificuldades iniciais, por conta de muitas chuvas e de doenças, mas que, passados os primeiros meses, estavam os colonos "entregues ao trabalho, animados, contentes

[162] ESPÍRITO SANTO [ES 1839]. Fala que exmº presidente da Província do Espírito Santo (João Lopes da Silva Coito) dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1839. Typ do Diário. Rio de Janeiro. 1839, p. 7-18.
[163] ESPÍRITO SANTO [ES 1847]. Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diario de N.L. Vianna, 1848. p. 36.
[164] Ibid., p. 36.
[165] Ibid., p. 37.

e muito esperançosos de um futuro próspero" [166] Na sequência, ressaltou Couto Ferraz a necessidade de construir escola de primeiras letras na colônia, onde havia "46 crianças em estado de aprender".

> Injusto seria por certo, além de muito prejudicial, deixá-las crescer sem a menor instrução. Elas pertencem já à população da província e devemos prepará-las para serem ainda um dia, como nos Estados Unidos da América, cidadãos importantes e úteis ao país. [167]

Sobre esse aspecto, é enfático o presidente Pereira de Barros em 1856 ao pontuar ainda a falta de escola na colônia Santa Isabel.

> É preciso que os colonos se convençam que eles devem formar parte integrante da nacionalidade brasileira; é preciso fazer-lhes sentir constantemente que o vínculo da língua é o mais poderoso meio de união conosco, cumprindo-nos igualmente demonstrar que não podemos sofrer que eles em sucessivas gerações se considerem desligados da comunhão brasileira, com interesses heterogêneos dos nossos e encravando em todo o Brasil nacionalidades diversas para formarem de nossa pátria uma Babel.[168]

A mesma preocupação volta a ser manifestada cinco anos depois pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Após tecer elogios aos colonos de Santa Isabel – "de excelente índole, pacíficos, morigerados e laboriosos, cuidavam com afinco de seus prazos e satisfeitos promoviam a emigração de parentes e amigos" [169] – ressaltou a necessidade de reforçar o ensino da língua nacional e de "fusão" entre esses estrangeiros e os nacionais.

> Este capuchinho (frei Pedro Regalado) está encarregado do ensino primário na colônia, procedendo de modo o que os meninos aprendam ao mesmo tempo a língua paterna e a do país. Ao diretor Adalberto Jahn recomendei que promovesse o ensino das letras brasileiras, fazendo com que os colonos mandassem seus filhos à escola, assim como, que empregasse os meios tendentes a ir fundindo a população estrangeira com a nacional – a fim de fazer-se desse grupo de europeus um povo inteiramente brasileiro. [170]

[166] ES 1847, op. cit., p. 39.
[167] Ibid., p. 39.
[168] ES 1856 – 2, op. cit., p. 26.
[169] ESPÍRITO SANTO [ES 1861 – 2]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia (23 de maio) da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1861. p. 70.
[170] Ibid., p. 74.

Nessas colocações encontram-se três proposições que são uma constante nos relatórios de outros presidentes: a) a de transformar os colonos como ser de utilidade à nação; b) integração para que o imigrante passe a ter identidade regional (brasileira), evidentemente reduzindo quaisquer projetos de retorno; c) os Estados Unidos como exemplo de colonização bem-sucedida.

Mas a expectativa em torno do perfil desses imigrantes/colonos torna-se bem clara em um trecho do relatório de Couto Pedreira ainda em 1847, quando ele aponta como exemplo colonos que haviam sido instalados em Santa Isabel. Ele diz:

> Cumpre-me informar-vos que em os colonos em geral são moralizados e amigos do trabalho. Tende a prova de sua moralidade em que há cinco meses que estão na província, acharam-se algum tempo na mesma casa, continuam a estar reunidos, e ainda não houve entre eles uma rixa séria, uma desinteligência, nem ato algum reprovado que chegasse ao meu conhecimento. [...] **É desta gente que devemos querer na província, e animar sua introdução**.[171]

Em relatório de 25 de maio de 1857, o vice-presidente Barão de Itapemirim, junta ainda os temas "agricultura e colonização"[172] num só título, estabelecendo a simbiose entre essas realidades. Não existe outra expectativa de futuro, em sua visão, que não seja pela agricultura, e que pelas suas características o Brasil ainda seria o "celeiro do mundo."[173] Ao relatar a situação da colônia Santa Isabel, que diz ter percorrido pessoalmente, observou ter se surpreendido "com prazer observando a profusão com que nossas terras pagam os esforços do homem laborioso e previdente".[174] São termos que se repetem ao longo do tempo e que espelham o ideal de colono que trabalha e que se prepara para o futuro.

São explanações que denotam do conceito que o governante tem em relação de qual, em sua visão, deve ser o perfil desses colonos que, ao longo dos anos, viriam aos milhares, mas que nem sempre corresponderam a essa expectativa, razão pela qual a imagem desses imigrantes vai ser configurada conforme a realidade vai se transformando.

[171] ES 1856 – 2, op. cit., p. 40. (grifo meu)
[172] ES 1857 – 2, op. cit., p. 15.
[173] Ibid., p. 15.
[174] Ibid., p. 16.

4 O TRABALHADOR NACIONAL

Em 23 de maio de 1858, o segundo vice-presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim é quem abre os trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial. Ele se estendeu um pouco mais nos comentários iniciais sobre colonização, e fez uma crítica ao sistema ao apontar para um projeto seu de realização de um "pequeno ensaio de colonização brasileira, do qual sem dúvida alguma tiraremos vantagem utilizando braços que vivem desaproveitados, à falta de terras que não se alcançam na atualidade senão por compra." [175]

Esse "ensaio" pretendido por ele, seria realizado em uma área concedida pelo imperador 10 anos antes, de seis léguas devolutas, a serem marcadas conforme considerasse melhor o governo provincial. Monjardim dizia que o sistema de colonização por associação era uma forma de exploração de pessoas por grupos mercantis, mais do que propriamente um instrumento de colonização. Também protestou contra o que chamou de abandono dos trabalhadores nacionais.

> E, senhores, chamo a atenção para essa classe de proletários, que muitos serviços prestariam ao país, se o governo repartisse com ela os auxílios, que têm repartido com os emigrantes estrangeiros, que têm procurado as nossas praias. Seria conveniente mesmo que sobre a sorte de tantos infelizes representásseis à Assembleia Geral, que decerto não será surda ao clamor, que de todas as partes se levanta, pedindo proteção para os brasileiros.[176]

Sobre este tema, a da exclusão de benefícios aos "nacionais", viria uma espécie de resposta dois anos depois, mais precisamente em 25 de maio de 1859 no relatório do presidente Pedro Leão Velloso. [177]

A essa altura, a Colônia Santa Leopoldina já estava instalada e havia enfrentado as primeiras crises em decorrência, principalmente, da má qualidade do solo entregue aos pioneiros. No ano anterior, foram 480 imigrantes a chegar à Província, distribuídos entre as

[175] ESPÍRITO SANTO [ES 1858]. Relatório que o exmº. sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1858. p. 10.
[176] Ibid., p. 10.
[177] ESPÍRITO SANTO [ES 1859 – 2]. Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, bacharel Pedro Leão Velloso na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitória. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859. p. 37.

três colônias. Santa Leopoldina já contava com 73 famílias, num total de 372 pessoas.[178] No apenso da Repartição Especial de Terras Públicas destinado a essa colônia, assinado por José de Mello e Carvalho, delegado interino da repartição, é solicitada inclusive a expulsão de cinco colonos Valker, Brix, Lostenhalt, Busch e Lesch por serem "imorais, maus e preguiçosos, para exemplo e moralidade dos demais".[179] Não explica os motivos para essa avaliação tão negativa, mas pode estar conectado aos problemas relativos à terra.

Mas é no relatório principal que o presidente da Província faz suas considerações sobre o trabalhador nacional, em específico os da região. No início apresenta o enunciado comum sobre as vantagens da província para colonização do País, quando registra:

> É da emigração estrangeira, e também nacional, que há de esta terra derivar seu engrandecimento; assim como do emprego mais produtivo do trabalho de uma classe bastarda, que se agasalha em seu seio, quase inútil para a indústria, e cuja sorte reclama séria atenção.[180]

Neste tópico, abre-se contra parte da população nacional, chamada por ele de "classe bastarda", numa referência possível à miscigenação e à condição social dessas pessoas, para eles inúteis para o trabalho. Em contraponto a esse povo, ele salienta que a Província do Espírito Santo é uma das que oferecem melhores condições para "receber uma larga emigração europeia, que nos venha importar trabalho e capital da *intelligenzia*, mais valioso do que o dinheiro". [181] Os europeus, em sua concepção, não são apenas mais trabalhadores, mas mais preparados intelectualmente. Nos parágrafos seguintes, ele se mostra mais duro com os conacionais, numa resposta aparentemente direta aos questionamentos de Coronel Monjardim de dois anos antes.

> Alguém há que julga ter achado a incógnita na ideia da colonização nacional, formada pela venda, ou concessão gratuita de terrenos, e auxílios, para estabelecimento como proprietários; assenta-se que essa gente vive ociosa por que não tem terras, e que foi despejada delas pelos grandes proprietários.[182]

[178] ES 1859 – 2, op. cit., p. 40-43.
[179] ESPÍRITO SANTO [apenso ES 1859 – 2]. Apenso H da Repartição Especial de Terras Públicas Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, bacharel Pedro Leão Velloso na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitória. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859. p. 1-9.
[180] ES 1859 – 2, op. cit., p. 37.
[181] Ibid., p. 37-38.
[182] Ibid., p. 39.

Sobre isso, diz que essa realidade seria possível em Pernambuco e na Bahia, onde os grandes proprietários de terras "estendendo de dia em dia seus domínios foram deserdando os pequenos do solo em que nasceram"[183], mas não era este, segundo ele, o problema do Espírito Santo, uma vez que havia antes da Lei de Terras abundância de áreas devolutas que poderiam ter sido cultivadas pelos nacionais, e isso não havia ocorrido. E para exemplificar seu posicionamento, Leão Velloso escora-se em uma obra regional, de um dos deputados que estavam na Assembleia:

> Vejo do 'Ensaio da Estatística e História da Província'[184], cujo autor se assenta entre vós, o seguinte: 'Em Guarapari, vila que oferece todas as proporções para ser importante, já por sua excelente barra, já pelos férteis terrenos que possui, e já pelo pitoresco local em que se acha situada, vê-se um grande número de indivíduos de ambos os sexos, ricos de saúde, e tipos de robustez, conduzindo cestas e gamelas até as pedras e recifes, em que vão buscar nos mexilhões e nas ostras o sustento diário, que lhes oferece a natureza ociosa e inativa, quando não se resolvem a procurar nos pântanos e nos mangues, o caranguejo, o guaiamum etc...' [...] Será por faltar terreno, que uma tal gente deixa de se aplicar à agricultura? [...] Para ela o que entendo, que se poderá fazer, fora considerá-los vadios, e como tal obrigá-los a trabalhar retidos em colônias especiais, e sob direção de severo regime, por vontade sua essa gente não se aplicará a nenhum viver, que a tire do seu *dolce far niente*.[185]

Depois de chamar a esses habitantes de vadios, anuncia que estaria disposto a montar uma colônia composta por nacionais, em regime de voluntariado, pois isso, segundo ele, teria pelo menos o propósito de acabar com as queixas de que os estrangeiros eram beneficiados enquanto a população local vivia na miséria.

No ano seguinte, Leão Velloso deixaria a província para assumir o comando da de Alagoas. No relatório em que passou a administração para o segundo vice-presidente José Francisco de Andrade e Almeida e Monjardim no dia 14 de abril de 1860, é bem mais sucinto do que no ano anterior. Na parte destinada à Colonização, faz uma avaliação positiva das colônias Santa Isabel ("600 almas") e colônia Santa Leopoldina, que já conta com "992 almas", segundo números oficiais de que ele mesmo duvida em relação a esta última,

[183] ES 1859 – 2, op. cit., p. 39.
[184] Pedro Leão Velloso, apesar de errar no nome do livro, estava se referindo ao deputado José Marcelino Pereira de Vasconcelos, que no ano anterior lançara o livro "Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo". Cf. Daemon, 1879, op. cit., p. 402.
[185] ES 1859 – 2, op. cit., p. 39.

acreditando haver bem mais gente.[186] Segundo ele, a colônia prospera, apesar da constante troca de diretores. Faz elogios aos colonos "em sua maioria, são trabalhadores, distinguindo-se dentre eles, os luxemburgueses, alguns suíços, e quase todos os tiroleses." [187] Afirma serem legítimas reclamações de antigos colonos de que a marcação de suas terras estava errada e incompleta, no que estaria o engenheiro Muniz Freire encarregado de fazer as correções. [188]

Diz ainda que o estado sanitário da colônia é animador, pois, "donde deduz-se que no semestre último haviam 432 doentes, dos quais morreram somente 27". [189] Ou seja, quase metade da população ficou doente... muito animador. Mostrou-se inseguro em relação ao futuro da colônia Rio Novo, que visitara inclusive com o imperador Pedro II, no início de 1860. "Não pude fazer juízo definitivo sobre o futuro daquele estabelecimento."[190] Quantos aos "preguiçosos" nacionais, não faz mais referência.

4.1 O trabalhador livre, a escravidão e a propriedade

Sobre a colonização nacional, o presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior, no seu último relatório como presidente da Província, em maio de 1863, que preparou mas não apresentou à Assembleia Legislativa por falta de quórum, dedicou três páginas para falar sobre esta questão. [191]

Ressaltou que infelizmente o tema não ganhava destaque, a não ser momentâneo, não conseguindo ultrapassar o campo da teoria e ser colocado em prática. Argumentou que isso ocorria porque a visão predominante de colonização colocava como prioridade aumento populacional, o que não acontecia aproveitando quem já estava no país. Essa visão, para ele, era equivocada, pois a colonização nacional além de "praticável é extremamente vantajosa

[186] ESPÍRITO SANTO [ES 1860 – 1]. Relatório com que o exmº. sr. comendador Pedro Leão Velloso ex-presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma província ao exmº sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 14 de abril. Vitória. Typ. Capitanense de P. A. D'Azeredo, 1860. p. 12-13.
[187] Ibid., p. 14.
[188] Ibid., p. 12-13.
[189] Ibid., p. 13.
[190] ES 1860 – 1, op. cit., p. 13.
[191] ES 1863 – 1, op. cit., p. 37-39.

para o País". [192] Ele dizia que não se podia justificar a miséria em que vivia o brasileiro como resultado da "indolência, talvez um pouco filha do clima",[193]

> Esta é a explicação natural e que à primeira vista parece procedente. Pedem porém a observação acurada dos fatos e que não seja lavrada tão severa condenação e que se reconheçam as diferenças que vão entre diversas províncias. Nas grandes e despovoadas o solo é certamente em grande parte devoluto; mas ali existem o obstáculo das distâncias, as asperezas naturais, a falta de viação e muitos outros factos que intimidam, – afastam e até repelem povoadores.[...] Em outras províncias, porém, o solo está quase todo possuído e principalmente pelos grandes produtores. [...] Daí resulta que os pequenos produtores não tenham muitas vezes bastante terreno para si e para a numerosa prole, e que partilhadas as heranças, seja a pobreza o quinhão hereditário de muitos.[194]

Costa Pereira, que dizia ter estudado essa questão com afinco, apresentou, porém, uma justificativa "sociológica": os brasileiros livres e pobres relutavam em trabalhar da mesma maneira que os escravos, e que qualquer serviço jornaleiro parecia um atentado a essas pessoas (por equipará-los a escravos). A eles, sustenta o presidente, o trabalho obrigatório, mesmo que a pagamento, é como se fosse uma ignomínia. "Ama-se a ordem, mas ama-se a independência ainda mais do que a ordem".[195] Como caminho para resolução desta questão, aponta "uma aspiração natural de todo ser humano de se tornar proprietário".

> A propriedade, elemento de civilização, a propriedade territorial sobretudo que tem muitas vezes o magno poderio de corrigir o vício – e de tornar bom, sossegado e laborioso o turbulento e o ocioso, é o sonho dourado e quase que a aspiração suprema do homem pobre, tanto na Europa, como em nossa terra privilegiada pela criação. (...) Cultiva-se com prazer o torrão, cujo domínio constitui para o indivíduo a segurança do presente a esperança de um porvir a família; repele-se porem o servilismo da jornaleira, que diferente do escravo unicamente em receber o salário do trabalho, rega com o seu suor o sulco fecundo de terrenos estranhos.[196]

A adoção de colonização nacional, defende ele, serviria para agregar essa aspiração que ele chama de natural. Adotar esse sistema, não garantiria aumento no número populacional, mas proveria a nação de mais braços para o trabalho, que contribuiria também para aumento de produção e da riqueza do país. Concebe ele que ajudados a se tornar

[192] ES 1863 – 1, op. cit., p. 37.
[193] Ibid., p. 37.
[194] Ibid., p. 38.
[195] Ibid., p. 38.
[196] Ibid., p. 39.

proprietários, quem antes que "pelo precário da existência vivem na ordem e no tumulto", se regeneraria à ordem e ao trabalho. [197]

Na verdade, já no seu primeiro ano na Província, dois anos antes, Costa Pereira fazia distinção entre tipo de colonização por trabalhador nacional e pelo estrangeiro. Pois, afirmava não acreditar muito na colonização nacional "com a disciplina, regularidade e obrigações da Europeia"[198], e por isso, em vez de criação de centros coloniais, o melhor, para esses nacionais, seria vender ao "brasileiro pobre" que quisesse se dedicar à lavoura um terreno a preço módico e com bom prazo, ficando o imóvel alienado e podendo ser tomado caso os pagamentos não fossem cumpridos. [199]

Era uma visão diferente de alguns outros presidentes que viam no trabalhador nacional livre apenas um vagabundo preguiçoso. Para mostrar que não queria apenas teoria, informou em relatório ter ordenado aos diretores das colônias de Santa Isabel e Rio Novo, com autorização imperial, a conceder prazos a nacionais que quisessem enfrentar a empreitada rural. Foram 15 famílias para Santa Isabel, 18 para Rio Novo. Atendendo pedidos de outros brasileiros, pediu autorização ao governo imperial cedeu também três prazos a famílias nacionais em Santa Leopoldina. [200]

Mas o próprio Costa Pereira, no relatório de 1861, relata duas experiências de colonização nacional frustradas no solo capixaba, a dos núcleos coloniais do Guandu e a do Limão, ambas às margens do Rio Doce, em pleno sertão da Província. A primeira, a do Guandu, banhada pelo rio de mesmo nome (afluente do Rio Doce) começou a ser medida em 1857, "numa derrubada de mil braças de frente e 200 de fundo". Mas ele mesmo admite que "o lugar, inteiramente deserto, remoto, apenas de longe transitado por negociantes mineiros que se dirigiam a Linhares em busca de sal, não podia atrair agricultores." [201] Alguns nacionais que se ofereceram, e a quem foram concedidos prazos com facilidades, não se estabeleceram. Por ordem do governo imperial (14 de setembro de 1859), foi ordenado que se desse a ex-praças um terreno de 22.500 braças quadradas. Da lista enviada pelo governo central, nenhum se prontificou a ir para aquela região.

[197] ES 1863 – 1, op. cit., p. 39.
[198] ES 1861 – 2, op. cit., p. 86.
[199] Ibid., p. 86.
[200] ES 1863 – 1, op. cit., p. 37.
[201] ES 1861 – 2, op. cit., p. 84.

A outra colônia, a do Limão, tinha sido projetada em uma área de seis sesmarias adquiridas de Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, mas não houve também interessados.

> Infelizmente, até hoje, poucos são os que se tem aventurado a deixar as vizinhanças do litoral nesta Província. Os dons com que a natureza distinguiu aqueles terrenos são apreciados quase que unicamente pelo viandante que vê parte deles. O povo, em geral, receia o ermo e as aventuras, e a sua imaginação supersticiosa, aterrada pelas febres que em certos períodos grassam no solo banhado pelo Rio Doce, surge sempre como um *memento* desanimador as palavras atribuídas ao venerável Anchieta: "Será muito cobiçado, mas nunca possuído.[202]

Levaria muitos anos ainda para que a região do Rio Doce fosse colonizada por imigrantes europeus, não sem muito sofrimento e mortes em decorrências de febres como malária. Não há de se negar razão aos nacionais que não quiseram, bem antes, ir para lá. E o projeto das elites não era mesmo o de valorizar este tipo de trabalhador.

[202] ES 1861 – 2, op. cit., p. 85. O professor George Fischer, do Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade Livre de Berlin, realizou um interessante estudo em que mostra a região do Rio Doce numa visão idílica pela elite capixaba, sempre sendo observada, a região, como um eldorado. Cf. FISCHER, Georg. **Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba** (1847-1862) Revista Espaço Plural / Universidade Estadual do Oeste do Paraná ano 9, n. 19. p. 59-66.

5 AS MÚLTIPLAS IMAGENS DOS IMIGRANTES

A imagem do imigrante e do trabalhador livre nacional é retratada de maneira variável conforme o momento e o governante, lembrando que os presidentes da Província, em sua maioria, pouco conheciam da realidade regional, uma vez que eram substituídos – ou pediam para ser substituídos – com uma frequência muito grande e nenhum deles era do Espírito Santo. Neste caso é preciso considerar duas condições: a) a possibilidade de conhecerem e estarem informados sobre os temas, ou seja, importação de mão de obra estrangeira e colonização; portanto, ao fazer abordagem inicial sobre esses assuntos em seus relatórios, podiam manifestar posicionamento que independia de estar ou não no comando da província; b) desconhecimento da estrutura geográfica e econômica da Província, o que os levava a emitir opiniões – ou reproduzir essas opiniões – sobre fatos que não dominavam.

É possível notar, por meio dos relatórios, como variava a percepção desses presidentes em relação aos imigrantes. Para alguns deles, representavam a ordem, o trabalho; para outros, podiam não passar de "vagabundos". Os primeiros a terem sua imagem desgastada pela opinião de um governante foram os suíços.

5.1 Os suíços e a irritação de um presidente

> "À minha pergunta (aos colonos): como vão as coisas? A resposta era sempre: mal, muito mal."
> (Trecho do relatório do Enviado Extraordinário ao Brasil, Sr. de Tschudi, sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo, em 1860)

Em 1860, a Província do Espírito Santo recebeu duas visitas que deixariam marcas históricas. A primeira, de Dom Pedro II, aconteceu entre 26 de janeiro e 9 de fevereiro. Visitou vilas e colônias e constatou, pessoalmente, as condições de quem vivia na região. Sua visita está registrada no livro "Viagem de Pedro II ao Espírito Santo", escrito por Levy Rocha em 1960, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e reeditado em 2008 na Coleção Canaã pelo Arquivo Público do Espírito Santo. O imperador fez algumas observações, mas nada contundente sobre a situação dessas colônias.

Quando D. Pedro II escolheu a Colônia Santa Leopoldina para o primeiro trajeto de sua viagem dentro da Província – no início de 1860 – "estava preparado para as reclamações e lamúrias que havia de ouvir, pois não lhe era estranho o destino dos imigrantes do Império", [203] afirma o historiador Levy Rocha. Em seu diário particular, o imperador fez várias anotações, entre as quais se pontuam dois pequenos trechos: 1) "Antes da escola passei uma ponte onde há casas de colonos suíços. Adiante do lugar para a capela, estão os luxemburgueses, que são os melhores colonos, com belas roças"; 2) "Pouco antes do Pralon colonos tiroleses, que em geral não querem trabalhar e pedem para sair da colônia." [204]

Ao falar de "reclamações e lamúrias", Levy Rocha atinge um ponto nevrálgico que envolve as declarações dos líderes da Província: quando o colono/imigrante reclama de suas condições, passa a ser visto negativamente. É como consolida D. Pedro II, em seu relatório, a imagem de quem quer trabalhar e a de quem não quer trabalhar; do melhor colono e do pior colono.

Mas observação contundente em torno da realidade de imigrantes aconteceria meses depois decorrente de uma outra visita, entre 28 de outubro e 17 de novembro, a do representante da Federação Suíça, Johann Jakob von Tschudi, encarregado de observar *in loco* o que estava acontecendo com os suíços que haviam vindo para colônias brasileiras.[205] E conhecer a obra de Tschudi é passo obrigatório para entender o teor nervoso dos relatórios do presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior, que administrou a Província do Espírito Santo entre março de 1861 e maio de 1863.

São dois trabalhos apresentados por Tschudi: um relatório oficial, apresentado em francês ainda no Brasil em 20 de dezembro de 1860, "Rapport de l'Envoyé Extraordinaire de la Confédération Suisse au Brésil" (Relatório do enviado extraordinário da Confederação Suíça ao Brasil), e outro, um livro-documentário publicado entre 1866 e 1867 em Leipzig, com título "Reisen durch Südamerika" (Viagens à América do Sul).

[203] ROCHA, **Viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo, 2008.** p. 122.
[204] Ibid., p. 128.
[205] Cf. nota 136, p. 63, sobre os motivos que provocaram a visita de Johann Jakob von Tschudi

A historiadora Gilda Rocha explica que a segunda obra é complemento da primeira, porém bem mais incisiva: [206]

> A razão disso, no meu entender, é que, já na Europa, escrevendo uma obra que não tinha mais conotação oficial nem diplomática, Tschudi se sentiu à vontade para expor com tintas mais carregadas tudo aquilo que havia observado.[207]

Costa Pereira, evidentemente, tomou conhecimento do relatório de 1860 e, a partir dele, descarregou nos comentários que faria nos anos seguintes. Não se sabe se chegou a ler anos depois o livro de Tschudi. Como paralelo, pode-se dizer que se o primeiro texto, oficial, já era destruidor, o segundo era devastador.

Tschudi visitou colônias em várias províncias, entre elas as do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No Espírito Santo, esteve dos dias 28 de outubro a 17 de novembro de 1860, tendo visitado as colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo. Das três, a que teceu as piores avaliações foi a de Santa Leopoldina, da qual não previa futuro[208] (que se mostrou uma avaliação equivocada). Ao falar dessa colônia, logo em suas primeiras considerações aponta o problema da escolha das terras, ruins, que muito prejudicaram os primeiros colonos, suíços.

> Parece inconcebível que o Governo Imperial tenha escolhido essa fatal localidade para uma colônia, numa Província tão rica em regiões muito férteis. [...] O presidente, Pereira de Barros, que nunca vira a região, enviou ao governo um relatório muito favorável, com observações sobre a fertilidade das terras que haviam sido escolhidas. A intendência geral enviou agrimensores para medir os lotes dos colonos; esses empregados ou não reconheceram a má qualidade do solo ou, se reconheceram, nada disseram. Encontrei entre os documentos um relatório do falecido diretor, Pfuhl, que ainda este ano, assinalava a extrema fertilidade dessa área ("terras ubérrimas"). Não sei se é o julgamento de um entusiasta cego, ou o que mais se pode pensar. De minha parte, pude me convencer de que nada é mais falso. [209]

---

[206] ROCHA, Gilda. Introdução. In: TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. (Coleção Canaã; v.5). p. 18.
[207] Ibid., p. 18.
[208] TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. Coleção Canaã; v.5, p. 31.
[209] TSCHUDI, 2004, op. cit., p. 33.

Na sequência, aponta outros problemas: a) "direção lamentável sob todos os aspectos"[210]; b) demarcação equivocada dos primeiros lotes (prazos), que em vez de terem 62.500 braças quadradas, possuíam no máximo oito mil braças, e mesmo assim de má qualidade;[211] c) as subvenções do governo, a título de adiantamento, não eram suficientes para uma família;[212] d) o sistema de empregar colonos em obras de estradas fazia com que não cuidassem de suas terras;[213] e) grande número de pessoas doentes, que ele atribui principalmente à alimentação deficitária à base de farinha de mandioca, que deixava as pessoas "opiladas". [214]

> Um número bastante considerável de colonos está doente ou debilitado, principalmente entre os suíços, os holandeses e os prussianos. Fica-se chocado com a visão de criaturas pálidas, inchadas, enfraquecidas e abatidas.[215]

E apesar de considerar a situação dos suíços difícil, observou que os holandeses estavam em "posição ainda pior, mal tendo o que comer. São considerados preguiçosos e sujos [...] vi que estão totalmente desanimados".[216] Ele ressalta que, de maneira geral, o governo se mostrava preocupado com o destino dos colonos, mas que em nível intermediário havia problemas. E também reconhecia que por parte de alguns colonos não havia disposição e boa vontade para o trabalho.

> [...] a sorte de nossos compatriotas estabelecidos na Colônia de Santa Leopoldina é das mais tristes. Se bem que alguns deles, dados à ociosidade e à bebida, devam a si próprios parte de seu sofrimento, não se pode negar que o solo ingrato, os prejuízos resultantes da distribuição arbitrária da terra e uma administração irregular sejam as principais causas da miséria atual e do futuro sem esperança dos colonos.[217]

[210] TSCHUDI, 2004, op. cit., p. 34.
[211] Ibid., p. 35.
[212] Ibid., p. 37.
[213] Ibid., p. 37.
[214] Ibid., p. 37-38. Renzo Grosseli explica que a doença atribuída por von Tschudi à uma alimentação fraca, à base de farinha apenas, era na verdade resultado de problemas com vermes, principalmente a ancilostomíase. (2008. p.32.). A doença também é conhecida como "amarelão", "doença do jeca-tatu", "mal-da-terra", "anemia-dos-mineiros, "opilação", etc. A pessoa se contagia ao manter contato com o solo contaminado por dejetos.
[215] Ibid., p. 38.
[216] TSCHUDI, 2004, op. cit., p. 38.
[217] Ibid., p. 42.

No livro publicado anos depois, Tschudi é contundente ao falar da situação de seus conterrâneos. Ele levanta suspeita até mesmo contra o vice-presidente, coronel Monjardim, em relação à escolha dos terrenos para a Colônia Santa Leopoldina, pois este tinha um enteado que era dono de um armazém no porto do Cachoeiro, que se tornou muito lucrativo após instalação da colônia.[218] Aponta corrupção entre os diretores, que teriam ficado ricos ao se apropriar de dinheiro destinado aos colonos[219] – o que deve ser verdade, pois depois o vice-presidente (no exercício da presidência) Eduardo Pindahiba de Mattos, em 1864, determinou que o pagamento fosse efetuado diretamente pelo governo.[220] Tschudi afirma inclusive que filhas e mulheres de colonos se prostituíam para ter o que comer.

> Enquanto isso cresciam a miséria, a fome e as doenças entre os colonos. Onde a fome entra pela porta, a vergonha escapa pela janela mais próxima. Em Porto da Cachoeira, as mulheres e filhas de colonos entregavam-se aos brasileiros por uma ou algumas patacas a fim de comprar algum mantimento, e mais tarde arrastam um corpo corroído pela sífilis. Pessoas absolutamente probas e fidedignas contaram-me histórias verdadeiramente escabrosas sobre esta época da colônia. [221]

Há ainda quatro curiosidades em relação à visita de Tschudi. Primeiro, consta no livro de que a Colônia Santa Leopoldina era conhecida como "Colônia Mistério", expressão que será reproduzida pelo presidente Fleury em 1863, possivelmente fazendo uma remissão aos acontecimentos dos anos anteriores.

> Realmente não sem razão, ela recebeu o nome de "colônia dos mistérios". Imigrantes que foram enviados do Rio de Janeiro para Santa Leopoldina pelo Departamento Geral de Terras, ao serem informados em Vitória sobre seu futuro domicílio, recusaram-se a ir para lá, e afirmaram com uma seriedade inabalável que prefeririam lançar-se à morte na baía de Vitória junto com mulher e filhos. A resistência em não ir para o novo destino era tão grande que o Governo Imperial viu-se obrigado a trazê-los de volta ao Rio de Janeiro e mandá-los a uma colônia qualquer no sul do país. Certamente, isto não é nenhuma prova direta da situação ruim da colônia, mas da péssima reputação que gozava na capital da Província.[222]

[218] TSCHUDI, 2004, op. cit., p. 74.
[219] Ibid., p. 77.
[220] ESPÍRITO SANTO [ES 1864 – 2]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1º vice-presidente dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Vitória. Typ Liberal do Jornal da Victória, 1864. p. 89.
[221] TSCHUDI, 2004, op. cit., p. 77.
[222] Ibid., p. 84. Sobre a citação do presidente Fleury em torno da "colônia mistério": Cf. ESPÍRITO SANTO [ES. 1863 – 2]. Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel André Augusto de Pádua Fleury na

A segunda, escrita no relatório oficial, está relacionada ao nome da colônia. Os imigrantes suíços alegavam que tinham sido enganados pelo governo imperial e pelo ex-cônsul suíço, David, que havia prometido encaminhá-los para a colônia Santa Maria, mas ao contrário os teriam mandado para a de Santa Leopoldina; Tschudi disse que, apesar de explicar tratar-se da mesma colônia, que mudara de nome por decreto do imperador em homenagem à filha, ninguém acreditou.

> Em vão expliquei-lhes que aquela colônia situada no rio Santa Maria tivera o mesmo nome do rio, mas o Imperador, por decreto de 27 de março de 1857, ordenara a mudança de seu nome para Santa Leopoldina (em homenagem a sua segunda filha, Dona Leopoldina). É mentira, insistiam eles, nós sabemos melhor que o senhor. [223]

A terceira, que consta no livro, é sua crítica veemente ao ministro do Interior, João de Almeida Pereira Filho, por ter contratado os serviços do fotógrafo francês Victor Frond.

> Enquanto os colonos em Santa Leopoldina definhavam com a miséria e a fome, o então ministro do interior, sr. João de Almeida Pereira Filho, encarregado também do Departamento Geral de Terras, concedeu a um fotógrafo francês, um certo sr. Victor Frond, muitos milhares de táleres do fundo reservado aos colonos para fotografar as colônias da Província do Espírito Santo! Nas fotografias do local, vistas com tanta satisfação no Rio de Janeiro, certamente não apareciam aspectos sombrios, tão abundantes na colônia. Não se viam as figuras pálidas, inchadas, com olhos fundos, desanimadas, cambaleantes, muito menos os infelizes no duro leito de dor lutando contra a doença e a fome, e as crianças franzinas gritando por alimento às suas mães curvadas de desgosto, nem as mulheres e meninas que, de madrugada saem sorrateiramente das casas dos funcionários públicos em Porto da Cachoeira para comprar na venda algum mantimento com o ganho de seu abjeto serviço noturno, para o qual a necessidade amarga as empurrava.[224]

abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 20 de outubro de 1863. Vitória. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1864, p.31

[223] TSCHUDI, op. cit., p. 37.

[224] Ibid., p. 81. No posfácio do livro TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. (Coleção Canaã; v.5), o fotógrafo, jornalista e coordenador de Apoio Técnico do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Cilmar Franceschetto apresenta detalhes sobre o trabalho desse fotógrafo que, apesar de estar a serviço de propaganda do Império, tem sua importância por apresentar as primeiras fotografias das colônias e de Vitória em 1860.

E por último, sua referência ao presidente que ocupava o cargo durante sua visita, Antônio Alves de Souza Carvalho, de quem ele gostou muito.

> Minha impressão sobre o presidente, o sr. Antonio Alvez de Souza Carvalho, nascido em Pernambuco, era a de um jovem amável e, ao mesmo tempo, refinado e talentoso. Em seu exílio – pois para um homem culto, mesmo ocupando o posto elevado de presidente da Província do Espírito Santo, a estada em Vitória deve ser sempre considerada um exílio – ele dedicava suas horas vagas preferencialmente aos estudos literários. [225]

Se para Tschudi, a capital da Província já representava um exílio, para pessoas mais instruídas, é de se imaginar como não ficou após conhecer as três colônias. E sobre esse Tschudi, que o presidente Costa Pereira vai se referir em 1862 quando o relatório divulgado em novembro de 1860 já tinha atingido certa repercussão.

Foto 06: Johann Jakob von Tschudi

[225] TSCHUDI, 2004, op. cit., p. 53.

Foto 07: José Fernandes da Costa Pereira Júnior

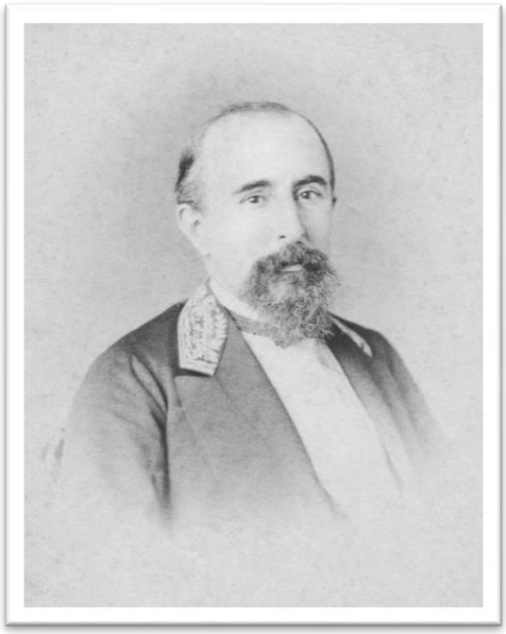


Foto de Joaquim Insley, 1830-1912 – Biblioteca Nacional

5. 1. 1 Um bacharel minucioso nos detalhes

O carioca e bacharel em Direito José Fernandes da Costa Pereira Júnior tinha apenas 28 anos quando assumiu a Província do Espírito Santo em 22 de março de 1861. Dois meses depois, em 23 de maio, na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, apresenta seu primeiro relatório. Ele é minucioso em aspectos técnicos e burocráticos. Destina quase 20 páginas ao tema colonização e mostra como estava a situação das colônias na Província.[226] Desde o início, porém, apresenta uma certa reticência em relação aos colonos. Ao falar da força policial, avisa de que é preciso estar sempre atento, principalmente nas áreas de colonização, onde nem sempre se pode contar com "a influência da ilustração" e com os riscos que existem com o aumento no número de colonos "cuja boa índole nem sempre é fora de dúvida".[227]

[226] ES 1861 – 2, op. cit., p. 67-87.
[227] Ibid., p. 16.

Sobre os colonos de Santa Isabel, tece elogios, dizendo que são pacíficos, morigerados e laboriosos e diz que prospera a colônia.[228] Ao se referir a Santa Leopoldina, não deixa de reconhecer os problemas com os terrenos, mas culpa também o perfil dos colonos, que teriam chegado em completa ignorância a respeito dos gêneros agrícolas do país, que os levara a realizar cultivos de maneira equivocada, provocando prejuízos. Diz que seria necessário distribuir uma espécie de "catecismo" em linguagem popular, ou seja, cartilha, para ensinar a esses agricultores como produzir.[229] Tudo isso, porém, admite ele, piorava em decorrência da constante troca de diretores da colônia (seis em apenas quatro anos, conforme ele mesmo registra).[230] Mas, novamente, ao mesmo tempo que reconhece adversidades para os colonos, culpa muito deles.

> Povoada em parte por excelentes trabalhadores entre os quais se contam os pomeranos, tiroleses, e luxemburgueses, mas no restante composta de homens rebeldes ao trabalho agrícola e unicamente atidos aos socorros que o governo Imperial distribuiu.[231]

Volta a criticá-los quando se refere ao trabalho de colonos na abertura de estradas, que serviria para ajudá-los a se manter enquanto prepariam suas terras. Razão pelo qual vai cancelar este tipo de serviço.

> Infelizmente o pensamento do governo não foi sempre bem executado. Alguns colonos, imprevidentes, só cuidadosos do salário com que viviam dia por dia abandonavam o cultivo dos seus prazos, esquecendo-se que algum dia estariam findos os trabalhos das estradas e exausta a fonte donde lhes corria diariamente o dinheiro para subsistência As obras eram administradas por feitores escolhidos de entre os próprios colonos e convém dizê-los, não era este o melhor meio de ter guardas vigilantes e escrupulosos do serviço e por conseguinte dos dinheiros públicos que os pagavam.[232]

Costa Pereira não poupa nem o diretor da colônia, que ele considera indulgente demais com os colonos.[233] E pautado na questão da disciplina e, apesar de estar na Província há pouco tempo, toma uma medida para fazer valer uma disposição do regulamento da

[228] Ibid., p. 70.
[229] ES 1861 – 2, op. cit., p. 73.
[230] Ibid., p. 73.
[231] Ibid., p. 73.
[232] Ibid., p. 74.
[233] Ibid., p. 75.

colônia pautado numa lei de 10 de setembro de 1830, que vetava aos colonos saída sem autorização.

> Quando tomei conta da administração da Província, apareciam nesta capital, frequentemente, grupos de 4, 5 e mais colonos, sem licença por escrito e aqui se demoravam a pretexto de obterem a satisfação de exigências que, segundo aquele regulamento, deviam subir por intermédio e com informação do diretor. Este fato não podia deixar de ser prejudicial ao serviço da lavoura. Ordenei terminantemente ao diretor que explicando aos colonos o disposto no Regulamento e mantendo a disciplina, não lhes permitisse sair do território da colônia sem uma guia, aconselhando-lhes constantemente o trabalho como o meio seguro de obterem não só o pão mas também a fortuna. Além disso tenho tomado outras medidas tendentes a manter a ordem na colônia, a sustentar a disciplina sem a qual é impossível que prosperem estabelecimentos d'aquela ordem, a promover o trabalho e fiscalizar os dispêndios dos dinheiros públicos.[234]

Mas foi em 25 de maio de 1862 que Costa Pereira responde às questões levantadas pelo representante da Federação Suíça. Em seu relatório de 15 páginas, com considerações iniciais no campo Colonização, ele parte logo para a questão central: a Colônia Santa Leopoldina. "Muito infeliz tem sido este estabelecimento, não só pelos contratempos com que tem lutado, como também pela injusta condenação de que foi vítima."[235]

Reclama que Tschudi não havia tido tempo suficiente para avaliar de maneira correta o que acontecia na colônia, não tendo feito uma observação "profunda e acurada", e que, pior, por se tratar de um estadista e de um homem da ciência, o relatório tinha sido aceito fora da Província, segundo Costa Pereira, como uma sentença condenatória.[236] Fazendo jogo diplomático, o presidente da Província diz que não se podia culpar Tschudi, mas à falta de tempo e a influência que deve ter causado sobre ele a imagem "desagradável da miséria de quase todos os seus compatriotas."

[234] ES 1861 – 2, op. cit., p. 75.
[235] ES 1862, op. cit., p. 37.
[236] Ibid., p. 37.

Logo em seguida, Costa Pereira direciona munição contra os suíços, razão da visita de Tschudi.

> Se mais calmo o perfeitamente iniciado em todos os negócios do estabelecimento Sua Excelência pudesse cuidadosamente indagar a parte que nessa miséria tinha a administração do país e a que pertencia aos colonos suíços, sem dúvida nenhuma reconheceria que, se a administração teve o infortúnio de se iludir, não escolhendo o lugar mais próprio para o estabelecimento da colônia, e nesse sentido involuntariamente concorreu para que o progresso não fosse ali tão rápido como o desejaria a imaginação dos emigrantes, muito maior e mais grave culpa tiveram os colonos suíços, que, em sua maioria já conhecidos em Ubatuba como indolentes e de procedimento irregular, não ganharam com a mudança para Santa Leopoldina hábitos de trabalho, atividade, energia e a paciência indispensável ao lavrador.[237]

Faz depois um libelo sobre o valor do trabalho, e proclama que não deveria mais haver ilusão em torno da América como uma Eldorado, ou uma nova Canaã, em que seria possível produzir sem muito esforço[238]. "O trabalho é a condição da natureza humana -, e a maldição Divina, que o impôs, estendeu o seu castigo a todos os povos e a todos os continentes."[239] Considera que o espaço de cinco anos desde a fundação da colônia seria insuficiente para que fosse julgada, principalmente considerando, segundo ele, que na maioria não era de agricultores, nem dedicada ao trabalho.

> Este espaço torna ainda menos suficiente para a prosperidade se considerarmos que os primeiros colonos, em sua maioria se não na totalidade não se distinguiam por índole laboriosa, nem se compunham de agricultores, defeitos que se notam na maior parte dos emigrantes estabelecidos não só nesta como em quase todas as colônias do Brasil. [...] Por ventura o colono Europeu que se dirige à terra ainda inculta do Brasil pretendera encontrar em sua nova pátria como que uma rica comunidade monástica onde cada um tenha a mesa e o leito e encontre a satisfação de todas a necessidades da vida sem outro trabalho além da oração que apenas murmure dos lábios e no gozo no plácido regaço da ociosidade possa pronunciar com delícias o *Deus nobis hoec otia fecit*? [240]

[237] ES 1862, op. cit., p. 37.
[238] Ibid., p. 38.
[239] Ibid., p. 38.
[240] ES 1862, op. cit., p.38. A expressão *latina Deus nobis hoec otia fecit* é trecho da frase: *Ó Melibeu*, *Deus nobis hoec otia fecit* (oh´, Melibeu, Deus nos deus esta ociosidade) que está no livro Bucólicas, do poeta latino Virgílio (70 a.C a 19 a. C). É um trecho em que o pastor Títiro fala ao também pastor Melibeu sobre a beleza da natureza.

No decorrer de seu ato de defesa, Costa Pereira diz que se fossem dadas aos colonos provenientes de Ubatuba as terras mais férteis ao longo do Rio Doce, juntamente com instrutores, pagamento de diárias, áreas já com desmate e pastos prontos, o resultado não seria muito diferente do que Tschudi encontrou em Santa Leopoldina.[241] Depois, ele enumera ações que afirma que teriam provocado atraso no desenvolvimento da colônia.[242]

1) Má indole de alguns colonos e falta de conhecimento de trabalho na agricultura;
2) Má qualidade de alguns prazos;
3) Pouca duração das administrações.

Lamenta ainda não atrair o Brasil tantos imigrantes quanto os Estados Unidos, apesar da fertilidade das terras. O principal motivo, segundo ele, é a visão existente na Europa, à exceção de Portugal, de que o Brasil é uma "espécie de ilha deserta, lugar do degredo, do infortúnio"[243]. Ideias desfavoráveis que, em sua concepção, existiam principalmente por conta "da calúnia de alguns hóspedes ingratos"[244] que estariam exagerando e prejudicando a possibilidade de vinda para o país "de homens laboriosos do velho mundo que achariam entre nós vantagens reais e incontestáveis[245]". Claro que entre esses hóspedes ingratos ele deveria estar elencando o representante suíço.

No trecho seguinte, ele ataca o perfil dos colonos que estariam vindo para o país, desconectados da realidade agrícola. Neste contexto, ressalta positivamente os pomeranos de Santa Leopoldina para criticar, desta vez, os holandeses.

> Os colonos que ali prosperam com maior segurança e rapidez são os pomeranos, que eram agricultores no seu país [...] se passarmos aos holandeses veremos o reverso da medalha. A incúria, a falta de asseio e a indolência reúnem-se para tornar esta gente em sua maioria, a mais infeliz do estabelecimento. Na opinião do diretor fora inútil que os colocassem no solo mais fértil – ainda ali sofreriam.[246]

Aponta de novo, logo mais, os suíços como exemplo negativo. Diz que longe de procurar melhorar de vida, alguns deles costumam requerer novos pedaços de terra apenas

[241] ES 1862, op. cit., p. 39.
[242] Ibid., p. 39.
[243] Ibid., p. 40.
[244] Ibid., p. 40.
[245] ES 1862, op. cit., p. 40.
[246] Ibid., p. 42.

para garantir novos benefícios e assim se "alimentar na ociosidade por mais algum tempo".[247] Aponta, como exemplo, o fato de que muitos suíços, animados segundo ele pelo Barão Tschudi (fato cuja veracidade não se comprova) esperavam mudar-se para a Colônia Rio Novo, onde teriam terras mais férteis e novos subsídios. Quando foram autorizados a fazem a mudança, 39 ofereceram-se, mas depois de conhecer o terreno, só três famílias realmente mudaram. [248]

Todo o texto é uma construção retórica em torno do valor do trabalho, ao qual grupos de colonos, como os citados holandeses e suíços, não seriam afeitos. Como contraponto, aponta Santa Isabel, onde os agricultores, depois de muito esforço, já viam resultados vantajosos. Interessante é que depois de falar dos suíços de maneira pejorativa, ele vai citar exatamente o nome de algumas famílias suíças Frank, Allauer, Bouker, Kaumfam, como famílias que estariam conseguindo produzir café, apesar de ainda em pouca quantidade. [249] Aponta que já existem na colônia 1.065 pessoas (555 homens e 510 mulheres, sendo 711 protestantes e 354 católicos). [250]

Costa Pereira deixa claro que, pelo seu ponto de vista, o problema do programa de colonização é a qualidade do imigrante, principalmente por não serem, em sua maioria, ligados à agricultura (por isso acredita que os pomeranos seriam melhores, pois eram agricultores em sua terra natal[251]). "É que se contratam muitas vezes indivíduos cujas boas qualidades são problemáticas e aceitam-se velhos inválidos [...] quando falta saúde e vigor: estes são muitos dos que vêm se estabelecer nas colônias do Brasil". [252] No relatório de seu último ano à frente da Província, em 28 de maio de 1863, ele já é bem mais sucinto, mas faz questão de dar uma "alfinetada" em Tschudi. Diz que não há muito a acrescentar sobre a colônia Santa Leopoldina, mas que ela:

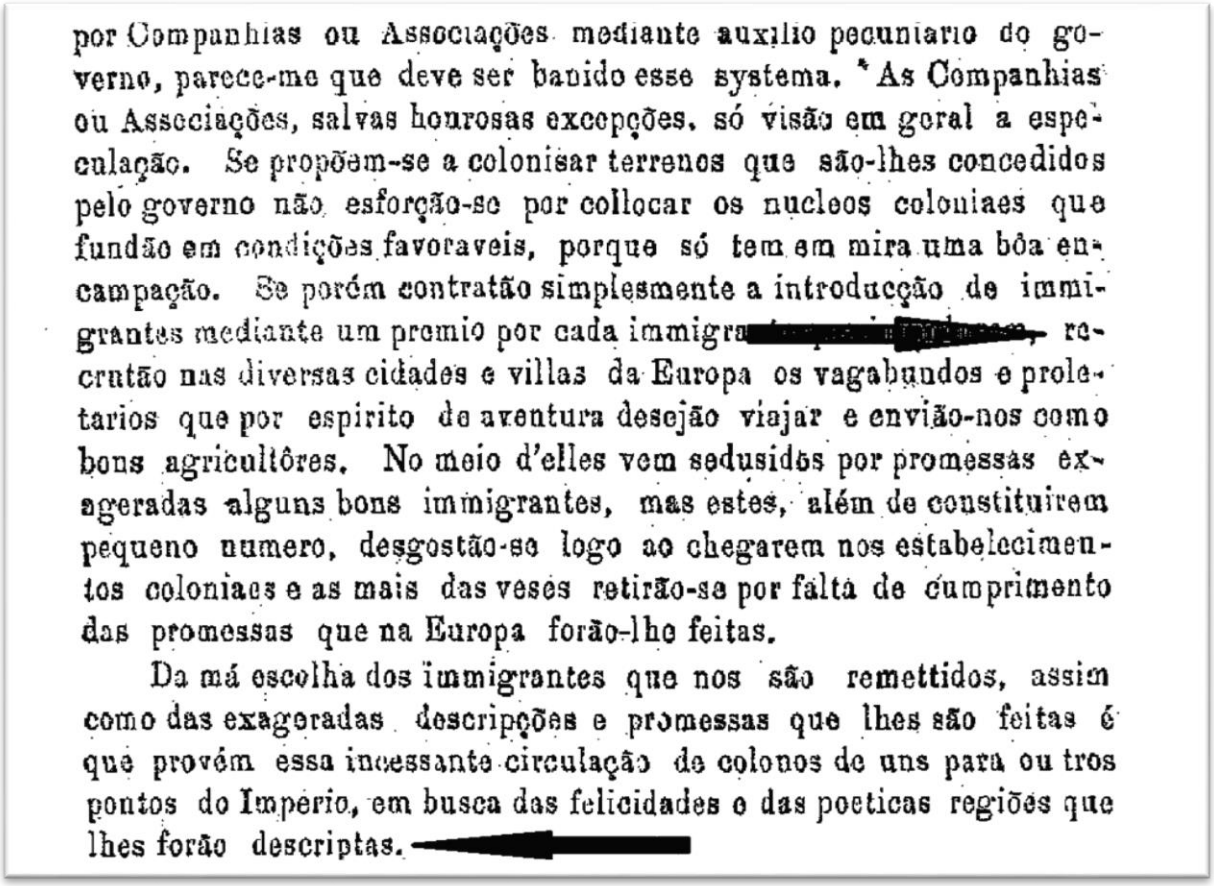
> Se não apresenta o aspecto da abastança e da prosperidade, pelo menos não confirma as apreensões que do enviado da confederação Helvética, que a visitou em 1860, quer de outras pessoas vivamente impressionadas com as cenas desagradáveis que em regra oferecem as emigrações para países inteiramente estranhos sob todos os pontos de vida e sobretudo, emigrações das classes menos laboriosas. [253]

[247] ES 1862, op. cit., p. 43.
[248] Ibid., p. 43.
[249] Ibid., p. 45.
[250] Ibid., p. 45.
[251] ES 1862, op. cit., p. 41.
[252] Ibid., p. 41.
[253] ES 1863, op., cit., p. 34.

Foto 08: Colonos em frente à antiga casa da diretoria em Santa Leopoldina

Casa da Diretoria no Porto do Cachoeiro, em Santa Leopoldina, 1875. Dia de pagamento de trabalhadores. Foto de Albert Richard Dietze. Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, RJ).

Imagem 02: Reprodução de discurso contra imigrantes europeus



por Companhias ou Associações mediante auxilio pecuniario do governo, parece-me que deve ser banido esse systema. As Companhias ou Associações, salvas honrosas excepções, só visão em geral a especulação. Se propõem-se a colonisar terrenos que são-lhes concedidos pelo governo não esforção-se por collocar os nucleos coloniaes que fundão em condições favoraveis, porque só tem em mira uma bôa encampação. Se porém contratão simplesmente a introducção de immigrantes mediante um premio por cada immigra[redacted] recrutão nas diversas cidades e villas da Europa os vagabundos e proletarios que por espirito de aventura desejão viajar e envião-nos como bons agricultôres. No meio d'elles vem sedusidos por promessas exageradas alguns bons immigrantes, mas estes, além de constituirem pequeno numero, desgostão-se logo ao chegarem nos estabelecimentos coloniaes e as mais das veses retirão-se por falta de cumprimento das promessas que na Europa forão-lhe feitas.

Da má escolha dos immigrantes que nos são remettidos, assim como das exageradas descripções e promessas que lhes são feitas é que provém essa incessante circulação de colonos de uns para outros pontos do Imperio, em busca das felicidades e das poeticas regiões que lhes forão descriptas.

Fonte: Reprodução da página 16 do relatório com que o presidente da Província Manoel José Menezes Prado abriu a Assembleia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1876. As setas representam grifo nosso.

5.2 “Maus pagadores”

Após apenas nove meses no comando da província do Espírito Santo, o presidente Antonio Alves de Souza Carvalho, no relatório em que repassou o cargo para o vice-presidente João da Costa Lima e Castro em 11 de março de 1861, fez uma avaliação sucinta sobre o quadro das colônias, reclamou da pouca procura por terras devolutas e disse da necessidade de melhorar as estradas e chamar a atenção dos fazendeiros das províncias vizinhas, Rio de Janeiro e Minas Gerais para que possam também se estabelecer no Espírito Santo. Caso isso acontecesse, diz ele, muitos poderiam emigrar, e então a venda das terras devolutas teria grande desenvolvimento “e efeito civilizador para a povoação, cultura e comércio da província”. [254]

No mesmo relatório, reclamou dos imigrantes da Colônia Santa Leopoldina em relação às dívidas com o governo imperial. Disse ele ser necessário cuidar da cobrança desses débitos, observando, porém, que “os colonos mostram grande repugnância em indenizar o governo das avultadas somas que com eles são despendidas.”[255] Interessante observar que no parágrafo anterior ele mesmo diz ser necessário continuar a ajudar principalmente os recém-chegados, que não conseguem se sustentar.

O presidente André Augusto de Pádua Fleury, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 20 de outubro de 1863, também versou sobre clima, terreno e colonos. Afirmou ele que os europeus encontraram na região de colônias (Santa Isabel e Santa Leopoldina) condições climáticas semelhantes aos dos países de origem, não havendo por isso problemas para adaptação, tão comum a quem “sai das zonas temperadas para as regiões equatoriais.”[256] Sobre a qualidade do terreno da Colônia Santa Leopoldina, observou que:

> Na frase poética do atual diretor, as terras da colônia de Santa Leopoldina não a constituem uma Canaã como pretendera o seu fundador, nem um Saara como a pintou o seu inimigo mais perigoso, o Sr. De Tschudi.[257]

[254] ESPÍRITO SANTO [ES 1861 – 1]. Relatório com que o exmº sr. dr. Antonio Alves de Souza Carvalho ex-presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma ao Exmº. Sr. Sr. João da Costa Lima e Castro 1º vice-presidente no dia 11 de março de 1861. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D’Azeredo, 1861. p. 10-11.
[255] Ibid., p. 13-14.
[256] ES 1863 – 2. op., cit. p. 30.
[257] Ibid., p. 31.

Ressaltou ter visitado pessoalmente a colônia e encontrado, em alguns lugares, "as taquaras e o majestoso jequitibá, indícios da uberdade das terras que a produz: um que vi em minha passagem media mais de 7 palmos de diâmetro."[258] Não se furtou a reconhecer problemas na demarcação incorreta de terrenos e a alternância frequente de diretores, que, segundo ele, contribuíram para o descrédito da colônia."[259] Afirmou porém que as tentativas de reverter esses problemas não surtiam efeito e as reclamações eram contínuas.[260] Entretanto, feito o mea culpa, partiu para acusação contra os europeus imigrantes, de maneira genérica, alegando acontecer na província o mesmo que em outros lugares.

> O elemento europeu que emigra para a América nem sempre se acha nas condições mais próprias ao seu destino. Impaciente por embolsar a gratificação que o governo promete por cabeça, o agente da colonização não procede em sua escolha com a prudência e circunspecção que o deveria guiar. Daí vem a remessa de colonos muito moços e apenas pobres, ou muito velhos ou de uma organização débil e incapazes de lutarem contra os perigos das derrubadas de matos e aclimação. [261]

De novo, atacou os suíços, e voltou a se referir genericamente a todos os imigrantes.

> É sabido que os piores colonos de Santa Leopoldina são os suíços que primeiramente havendo estado em Ubatuba província de S. Paulo, onde trabalhavam de parceria, tinham já formado grande dívida com o proprietário que os cedeu em governo. Geralmente ociosos foram também os menos felizes na partilha dos prazos. Situaram-se no longe chamado – colônia velha. Há porem exceções honrosas em Franck Alaner, Bucher e outros que são bons trabalhadores e vivem independentes e satisfeitos. Os colonos incapazes vindos da Europa e esta má aquisição – não concorreram pouco para o atraso do estabelecimento. Em falta de lavoura, que não criavam, tornaram-se jornaleiros e pensionistas do estado, recebendo muitos deles diárias por dois anos. [262]

[258] ES 1863 – 2. op., cit. p. 31.
[259] Ibid., p. 31.
[260] Ibid., p. 31.
[261] Ibid., p. 31. Esse texto aparece entre aspas no relatório, identificando ser cópia de outro discurso, cuja autoria não é nomeada.
[262] Ibid., p. 31.

Em seguida, ao se referir à colônia Rio Novo – que desde 7 de outubro de 1861 deixara de ser particular e tinha sido encampada pelo governo – seu registro é de lamentação e também de críticas aos colonos.

> Os colonos deste estabelecimento longe de empregarem-se na lavoura especulam com as madeiras e especialmente com o jacarandá que cortam em seus prazos. Há algumas exceções de colonos aplicados à lavoura, mas em tão pequeno número que vivem completamente desanimados. Segundo informação do diretor geral, há ali colonos que não podem viver senão do mister de jornaleiros.[263]

Interessante que no ano seguinte, o então vice-presidente Eduardo Pindahiba de Mattos, em relatório de 3 de outubro de 1864, já apresentou visão mais positiva em relação aos empreendimentos coloniais. Sobre Santa Leopoldina, ressaltou que informações que tinha e as muitas reclamações que recebia, levaram-no a crer que todo investimento tinha sido inútil. Só que teria resolvido visitar a colônia pessoalmente, o que fez por duas vezes, mudando sua opinião sobre o assunto.[264]

Relatou que, apesar das dificuldades iniciais, a expectativa era boa. Naquele momento, apontou ele, a colônia já tinha 1.214 habitantes e estava em expansão e desenvolvimento. Contou que existiam, sim, famílias na miséria, colonos indolentes, mas eram minoria. Inclusive, buscou resolver pendências de pagamentos do governo e troca de terrenos.[265] Sobre a colônia de Rio Novo, teceu elogios. "São os colonos em geral laboriosos, tornando-se dignos de menção os suíços e portugueses".[266] A colônia voltara a crescer e já contava com 559 habitantes.

É de Pindahiba de Mattos uma medida possivelmente para combater fraudes. Com autorização imperial, a partir de julho daquele ano, um empregado da Tesouraria da Província é que iria às colônias efetuar pagamentos aos trabalhadores. Relata que recebeu reclamação do diretor da Colônia de Santa Isabel, mas que este depois acatou a medida; e que a decisão foi bem aceita pelo diretor da Colônia Santa Leopoldina.[267]

[263] ES 1863 – 2. op., cit. p. 33.
[264] ES 1864 – 2. op., cit. p. 81.
[265] Ibid., p. 82.
[266] Ibid., p. 88.
[267] Ibid.,p. 89.

Nos anos seguintes, os presidentes e vice-presidentes limitam-se praticamente a relatar as questões técnicas, evitando considerações pessoais em torno da colonização. Falam sobre pobreza da província, que é necessário ampliar o número populacional, abrir estradas, etc. Em 19 de junho de 1866 a colônia de Santa Isabel foi emancipada, mas, dois anos depois, o presidente José Maria do Valle Junior reclama que a população se ressentia de ajuda.[268] Naquele mesmo ano, em 10 de outubro de 1868, no relatório assinado pelo presidente Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, ele enaltece os alemães e diz que em Santa Leopoldina começam a chegar imigrantes atraídos pelos parentes que ali já estavam estabelecidos.

> Convém acrescentar, para melhor provar o florescente desenvolvimento desta última colônia (Santa Leopoldina), que o reforço recebido não foi mandado vir por iniciativa do Governo, mas a chamado dos colonos aí estabelecidos, que fizeram vir as suas famílias e amigos da terra natal. É portanto, licito esperar que seja tanto mais prospero o futuro dessa colônia, quanto de melhor espécie é a sua colonização formada quase exclusivamente de alemães, raça trabalhadora e perseverante. [269]

O parágrafo acima pode-se dizer é uma síntese do sonho dos governantes imperiais, tanto nacional, quanto local, que buscavam na colonização formada por pessoas que vinham de maneira espontânea, atraídas por parentes e amigos, com um perfil bem delineado de trabalhador que não reclama, que produz incansavelmente, que não dá despesas.

[268] ESPÍRITO SANTO [ES 1868- 1]. Relatório com que o exmº. sr. dr. José Maria do Valle Junior entregou a presidência da Província do Espírito Santo dia 1º de setembro de 1868 ao exmº. ser. Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro. Vitória. 1868. Typ. do Jornal da Vitória, de D. Araripe, 1869. p. 9.

[269] ESPÍRITO SANTO [ES 1868 – 3]. Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo exmº. sr. presidente dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro no ano de 1868. Vitória. Typ. Do Correio da Vitória. 1869. p. 25.

5.3 Chins não são bem-vindos

No trecho destinado à Colônia Rio Novo, no relatório de 1856, o presidente Pereira de Barros informou que, em decorrência do aviso de número 13, do dia 20 março daquele ano, o governo imperial comunicou a cessão de "100 chins",[270] recentemente chegados ao Império, e que deveriam ser adotadas providências para que fossem bem recebidos e que "não perturbassem a ordem pública".[271] Não fica bem claro o que se pretendia dizer com esta possibilidade de perturbação da ordem pública, mas é inquestionável a má vontade e a discriminação do presidente da Província a esse povo.[272] Literalmente, afirma em seu relatório:

> Quisera antes que se tivesse preferido outra raça mais conveniente à população do Brasil tão mesclada já e em grande parte tão pouca própria para os altos destinos do império. Mas visto que precisam de braços para a lavoura e que a colonização europeia não é tão fácil de conseguir como se pensa geralmente, e sobretudo para uma província como esta, pouco conhecida e mal avaliada, e que não pode dispor de grandes recursos próprios para promover a colonização, forçoso se torna acolher, mas em pequeno número, os chins que queiram cooperar conosco para o desenvolvimento da indústria e da riqueza da província.[273]

Primeiro, fez uma avaliação de raça, considerando os chineses inferiores aos propósitos brasileiros, ao mesmo tempo que mostra uma visão purista de grupo racial, pois, segundo afirma, já haveria uma "mesclagem" que não atenderia aos interesses dos destinos do Império. Não havia mais escravos disponíveis em quantidade para tocar as lavouras, era preciso reforçar o contingente de mão de obra, os europeus não se mostravam fáceis de atrair e, por isso, nessa concepção de Pereira de Barros, era preciso aceitar os chineses, e mesmo assim apenas uns poucos e que estariam dispostos a "cooperar" para a riqueza da província. Sobre a mesclagem que ele observa, possivelmente se referia à união entre portugueses, escravos e indígenas. O sonho dele possivelmente é de uma sociedade europeizada, mas mesmo esses europeus se mostrarão, ao longo dos anos, refratários aos conceitos de ordem e produtividade de interesse dos grupos dominantes. Mas a visão do presidente da Província do Espírito Santo não era diferente do pensamento do diretor geral da Repartição Geral de

[270] ES 1868 – 3, op. cit., p. 28.
[271] Ibid., p. 38.
[272] Cf. nota 78, p. 42.
[273] ES 1856 – 2, op. cit., p. 29.

Terras, Manuel Felizardo de Souza e Melo, que deixou isto muito claro no anexo apresentado ao Ministério de Governo do Império em 1855.

> Os chins, posto que necessários e úteis, não nos trarão aumento de conhecimentos agrícolas, de moralidade e civilização, nem em tempo algum, qualquer que seja o número de residentes no Brasil e sua prosperidade, provocarão a emigração espontânea de patrícios. A importação deles continuará sempre a ser pesada aos cofres públicos e aos particulares, e por tal maneira, não pode apresentar resultados satisfatórios.[274]

No relatório assinado pelo mesmo diretor geral dois anos depois, em 1857, ao falar sobre a população da Colônia Rio Novo, há nova manifestação de preconceito em relação aos chineses. "[...] conta além de 85 escravos e 40 chins, 228 indivíduos, sendo portugueses (66), franceses (20), alemães (22), suíços (90) e brasileiros (30)" [275]. Ou seja, não considerava os chineses como indivíduos. Alguns parágrafos depois, cita que os serviços de derrubada e limpeza da mata eram serviços "exclusivamente destinados a escravos e chins". [276] Esses relatórios mostram que apesar de o presidente Pereira de Barros ter informado que seriam cedidos 100 chineses para a Colônia Rio Novo, este número ficou bem abaixo. Em 1856, eram 41 chineses e, no ano seguinte, 40.

Mas não eram só os líderes nacionais, em sua maioria de origem portuguesa, que se mostravam preconceituosos em relação aos chineses. O representante da Confederação Helvética, Johann Jakob von Tschudi, ao visitar a Colônia Rio Novo em sua inspeção para analisar a situação de seus conterrâneos, mostrou desprezo pelos orientais e por escravos.

> Na manhã seguinte, enquanto os cavalos estavam sendo selados, mostraram-me uma criança de quatro ou cinco anos, um bastardo de um chinês com uma negra de Bengala. Nunca havia visto uma fisionomia humana tão parecida com a de um animal como a desta menina morena escura. Um dos colegas contou-me que se visse esta criatura nua na floresta, atiraria sem pestanejar, pois nestas circunstâncias não imaginaria que fosse um ser humano. Sem dúvida, a mistura dessas duas raças não contribui para o aperfeiçoamento da espécie humana. A criança era muito maldosa, pérfida e desobediente,o que bem poderiam significar imperfeições raciais e falhas educacionais.[277]

---

[274] Anexo MI 1855, op. cit., p. 16.
[275] Anexo MI 1857, op. cit., p. 20.
[276] Ibid., p. 21. Vale ressaltar que sobre esses suíços, que não estão ligados aos de Santa Leopoldina, e haviam chegado em dezembro vindo diretamente de seu pais de origem , Manuel Felizardo ressalta que segundo o diretor eles "parecem boa gente". (p. 21)
[277] TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. Coleção Canaã; v.5, p. 110.

Mas sobre o perfil desses trabalhadores chineses, o presidente da província espírito-santense em 1861, José Fernandes da Costa Pereira, apresentou aos deputados elogios feitos pelo engenheiro Adalberto Jahn (diretor da Colônia Santa Isabel), que havia sido encarregado de fazer uma inspeção à Colônia Rio Novo, realizada em maio do ano anterior.

> Cabe aqui fazer uma menção favorável aos 'chins' [...] enquanto trabalharam pelos seus engajamentos, nunca prestaram serviços correspondentes às despesas que fizeram, mas depois que o diretor os desligou do trabalho sujeito ao engajamento, tornando-os parceiros, vivem satisfeitos, não incomodam a direção com exigências, pagam atualmente a parte dos produtos que pertence à companhia [...] os colonos de outras nacionalidades que se acham nas mesmas condições não apresentam tais vantagens, ao contrário, tem pouco serviço e parecem carecer de tudo: faz gosto ver os trabalhos dos chins em face dos trabalhos de outras gentes [...]. [278]

Os chineses, apesar de se mostrarem determinados ao trabalho quando encontraram uma condição melhor, não correspondem ao desejo dos líderes políticos dentro do projeto das elites para colonização nacional. Vale, a reflexão de Antônia Colbari:

> A literatura que aborda a concepção da política imigrantista do governo brasileiro, desde o Império, não deixa dúvidas quanto a ser essa política, componente de um projeto de gestão da população, o que envolvia o adensamento, branqueamento e 'elevação civilizatória' dos habitantes do País. [279]

Dentro dessa perspectiva, então, não era de interesse em trazer para o Império Brasileiro pessoas que não correspondiam a esse projeto. Os chineses não eram brancos e não iriam contribuir para o "branqueamento" da população.

[278] ES 1856 – 2, op. cit., p. 18.
[279] COLBARI, Antônia. **Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos**, in: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed.Ufes, 1998, p. 129.

5.4 "Os criminosos" norte-americanos e os bons alemães

Quem também sentiu o preconceito de um presidente da Província do Espírito Santo foram os norte-americanos que tinham se instalado em Linhares, no vale do Rio Doce, em 1867, e, pelas dificuldades, resolveram abandonar o local três anos depois. A avaliação pejorativa é apresentada pelo presidente Fernandes Pinheiro ao falar sobre a falência dessa tentativa de colonização. Ele os chama de preguiçosos e traça um perfil dessas famílias com extremo preconceito.

> [...].alguns tirados entre os criminosos e vadios por habito, das últimas classes do povo dos Estados Unidos, não tiveram a necessária coragem, para revestir-se de perseverança, e lutar com vantagem contra a natureza agreste daquele lugar Os primeiros revezes esmoreceram todos aqueles homens; as febres intermitentes aterraram-nos, e serviram-lhes porventura de pretexto para abandonarem e desprezarem, de um dia para outro, as promessas de prosperidade que, ao íncola laborioso, fazem as terras úberrimas daquele delicioso vale.[280]

Ao contrário do que diz o presidente da Província, aqueles norte-americanos eram inclusive bem de vida, do sul dos EUA, que haviam saído por causa da Guerra da Secessão. Eram confederados e escravocratas que imaginavam reproduzir no, Espírito Santo, seu estilo de vida, com a compra de terras e escravos. O local ficou conhecido como "Colônia Gunter", em referência a Charles Grandison Gunter, fazendeiro e financista que assinou um contrato com o governo imperial de Dom Pedro II para a obtenção de terras públicas na então Província do Espírito Santo.[281] Só que a vida na região era difícil até mesmo para quem estava acostumado, principalmente em decorrência frequente de febres, portanto não foi de estranhar o abandono do projeto poucos anos após seu início.

Assim como outros presidentes, Fernandes Pinheiro deixa clara a sua preferência pelos colonizadores alemães, tanto que, no relatório em que repassou a administração da Província para o primeiro vice-presidente em 8 de junho de 1869, se mostra otimista com o futuro da colônia Santa Leopoldina e enaltece esse grupo.

---

[280] ES 1868 – 3, op. cit., p. 25.

[281] Sobre a epopeia vivida pelos norte-americanos em Linhares, ver livro: KEYS, Julia Louisa. **Nossa vida no Bras**il: imigração norte-americana no Espírito Santo 1867-1870. Tradução de Célio Antônio Alcântara Silva. – Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2013. O livro foi publicado em 1874 pela própria Julia Keys, que participou dessa experiência no vale do Rio Doce.

Para isso, volta a repetir o mantra de trabalhadores dedicados, moralizados, e que ajudariam a engrandecer a pátria.

> A melhor garantia de que não são ilusórias as esperanças, que nutro, é a nacionalidade dos colonos. Realmente os alemães, trabalhadores por índole e por hábito, dotados de tenacíssima perseverança, e possuindo no mais alto grau o amor da família que é a única e verdadeira base do patrimônio, e o apego ao lugar onde uma vez se estabelecem e adquirem fortuna, serão um dia outros tantos cidadãos brasileiros, que concorrerão para o engrandecimento da pátria. Nem se veja nesse porvir somente a prosperidade material; deve-se ter principalmente em vista o grande melhoramento moral que essa raça laboriosa e morigerada introduz, anima com o exemplo, e desenvolve na prática. [282]

5.5 Italianos, os insubordinados

No final da década de 1860, a imigração começava a ganhar novos contornos, que iriam se multiplicar nos anos seguintes com a chegada de mais e mais imigrantes. Embarcações começaram a atracar com maior quantidade de novos colonos, como o próprio Fernandes Pinheiro, em seu relatório de despedida da Província no dia 8 de junho de 1869, relatou sobre a chegada de 190 passageiros vindo da Europa, na galera Guttemberg, cujo calado era tão grande que ficou em Velha Velha com temor de atracar em Vitória. Logo em seguida apontou a chegada no dia 1º de junho da galera Humboldt, com mais 38 colonos alemães.[283] Os alemães que o presidente tanto elogiava. Esse fluxo se acentuará ainda mais na década de 1870, quando os italianos se tornam principais protagonistas desse processo.

Será na década de 1870 que a Colônia Santa Leopoldina passará a contar com mais dois núcleos – Santa Cruz e Timbuí. Basta considerar que essa colônia que em 1868 contava com 1.395[284] habitantes; em 1872, tinha 2.395[285]. Em 1876, estava com 5.236 [286], e em 1882,

[282] ES 1869, op. cit., p. 8-9.
[283] Ibid., p. 10-11.
[284] ESPÍRITO SANTO [ES 1868 – 1]. Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo exmº. sr. dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, presidente da Província, no ano de 1868. Typ do Jornal da Victoria. 1868. p. 14.
[285] ESPÍRITO SANTO [ES 1872]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente da Província o exmº. sr. dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca no dia 2 de outubro de 1872. Vitória. Typ. do Espírito-Santense. p. 22.
[286] ES 1876 – 2, op. cit., p. 41.

às vésperas da emancipação, com 11.686[287], sendo 6.873 no Porto do Cachoeiro, 3.600 no núcleo Timbuí e 1.213 no núcleo Santa Cruz.

Durante esse período, os relatórios presidenciais ganham mais espaços em tornos das medidas para receber e acomodar esses imigrantes. Chama a atenção, porém, o relatório de 9 de outubro de 1871, do presidente Francisco Ferreira Correia. É quando se tem notícia, oficial, pela primeira vez, da proposta de acordo apresentada por Pedro Tabacchi para a "introdução de trinta famílias de imigrantes alemães ou do norte da Europa." [288] O pedido de contrato foi aceito pelo governo imperial por aviso de 19 de julho daquele ano[289], mas iria levar ainda três anos até Tabacchi trazer esses imigrantes.

Nesse mesmo relatório, ele embarca na gangorra de sentimentos contraditórios em torno da Colônia Santa Leopoldina trazendo o peso, porém, para baixo, chegando a dizer que "a mão da fatalidade pesa cruelmente sobre a colônia",[290] pregando inclusive sua emancipação para poupar o governo de despesas inúteis. De novo os suíços "já conhecidos como indolentes em Ubatuba" [291] foram apontados como origem dos problemas daquela colônia.

Em 1872, Antônio Gabriel de Paula Fonseca elogia a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro do ano anterior, que ele chama de memorável, mas que obrigava a reforçar ainda mais o programa de colonização.[292] Quando se refere a Santa Leopoldina, mostra o pêndulo inclinar-se, de novo, em outro sentido, agora de louvor: "A Colônia Santa Leopoldina vai evidentemente em progresso, e deve ser para esta província uma fonte perene de engrandecimento e de riqueza." [293] Em 1873, merece relevo uma observação do vice-presidente da Província, coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, que tudo está em paz, mesmo na "Colônia Santa Leopoldina, onde mais ou menos se deve temer, e a cada instante, movimentos hostis, a paz continua a ser mantida." [294]

---

[287] ESPÍRITO SANTO [ES 1882-3]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo pelo primeiro vice-presidente exmº. sr. tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida em 21 de março de 1882. p. 51-52.
[288] ES 1871, op. cit., p. 100.
[289] Ibid., p. 100.
[290] Ibid., p. 102.
[291] Ibid., p. 102.
[292] ES 1872. op. cit., p. 21.
[293] Ibid., p. 21.
[294] ESPÍRITO SANTO [ES 1873]. Relatório com que o vice-presidente da Província, o coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas passou a administração ao exmº. sr. dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa no dia 6 de novembro de 1873. Vitória. Typ. do Espírito-Santense, 1873. p. 5.

Em 1874, entra em cena o primeiro grupo de italianos, trazidos por Tabacchi. E logo no início, uma confusão, registrada pelo presidente Luiz Eugênio Horta Barbosa em 29 de abril de 1874. Ressaltou ter ocorrido, em 14 de março, uma manifestação de animosidade por colonos "em número não pequeno", contra o empresário, alegando terem sido enganados em relação ao que havia sido prometido na Europa. Eram trentinos.

> Fiz marchar para o termo de Santa Cruz, [...] um destacamento de 15 praças de [...]. A presença desta força e a atitude enérgica das autoridades, que conseguiram apreender avultado número de armas, de que dispunham os colonos insubordinados, provavelmente se deve atribuir a manutenção da ordem e a não perpetração de graves crimes. Dos inquéritos, a que procederão tanto o Dr. Chefe de Polícia da província, como o Juiz Municipal de Santa Cruz, evidencia-se, que são em sua máxima parte destituídas de fundamento as queixas e recriminações dos colonos, aos quais o empresário Tabachi proporciona excelente tratamento. A nova colônia não voltou ainda ao estado normal: a segurança pública tem aconselhado a conservação do destacamento na Villa de Santa Cruz, e a insistência dos colonos insubordinados, que não poupam esforços para acarretar a dissolução da colônia, exige das primeiras autoridades a máxima atenção. [295]

Esses colonos, para o poder público, são insubordinados. Haviam chegado 14 dias antes para integrar a colônia particular Nova Trento. O primeiro vice-presidente Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas relata a mesma questão em 1º de setembro de 1874. Antes de entrar no assunto, faz colocações sobre a importância de manter a paz, pois "só assim avança a civilização".

Também deu razão a Tabacchi.

> [...] acha-se nessa localidade restabelecida a ordem pública, tendo Pedro Tabachi rescindido o contrato com os insubordinados, que em número não pequeno emigraram para a Colônia Santa Leopoldina, aonde não tem manifestado nenhum movimento hostil. Tornando assim a Colônia de Nova Trento ao seu estado normal, foi de Santa Cruz retirado aquele destacamento, que fiz seguir para Santa Leopoldina, onde se tem conservado para prevenir qualquer eventualidade.[296]

[295] ESPÍRITO SANTO [ES 1874 – 1]. Relatório apresentado ao exmº. sr. coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas pelo exmº.sr. dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da província do Espírito Santo. Vitória. Typ. Espírito-Santense, 1874. p. 3-4.

[296] ESPÍRITO SANTO [ES 1874 – 2]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo exmº. sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas na primeira sessão da 21ª legislatura. Vitória. 1874. Typ. do Espírito-Santense, 1874. p.1-2.

Em 1876, mais precisamente em 15 de outubro, um relatório voltou a mostrar como, quase trinta anos depois do início da colonização no Espírito Santo, a questão do modelo de empreendimentos e o perfil do imigrante ainda provocava polêmica. O presidente Manoel José Menezes Prado, ao se dirigir aos parlamentares, voltou a dizer, como era comum nos discursos ao longo dos anos, que a colonização era uma das principais preocupações do País. Ressaltou que não havia uma solução para esse problema que já tinha feito "naufragar inteligências superiores e cheias de experiência",[297] disse ele.

> Observando o nosso país noto que ele acha-se dividido em duas partes perfeitamente distintas: uma habitada e já cultivada, e outra completamente despovoada e inculta. Consequentemente a estes dois fatos correspondem duas necessidades diversas, das quais uma é povoar a parte inculta e outra aumentar a população e ampliar a cultura da parte já povoada. Ora, se as necessidades são diferentes os sistemas a adotar-se para satisfazê-las não podem ser os mesmos. Daí decorrem dois sistemas: o de colonização pública ou oficial e o da colonização particular. [298]

Ocorre diz ele, que o governo não tinha recursos para difundir núcleos coloniais e incentivar a emigração espontânea para o Brasil. Por isso, defendia o sistema de colonização particular, mas abolindo o sistema misto (ou seja, promovida por companhias e associações).

> As companhias ou associações, salvas honrosas exceções só visam em geral a especulação. Se propõem-se a colonizar terrenos que são-lhes concedidos pelo governo, não esforçam-se por colocar os núcleos coloniais que fundam em condições favoráveis porque só tem em mira uma boa encampação. Se, porém, contratam simplesmente a introdução de imigrantes mediante um prêmio por cada imigrante que introduzem, recrutam nas diversas cidades e vilas da Europa os vagabundos e proletários que por espírito de aventura desejam viajar e enviam-nos como bons agricultores. No meio deles vem seduzidos por promessas exageradas alguns bons imigrantes, mas estes, além de constituírem pequeno número, desgostam-se logo ao chegarem nos estabelecimentos coloniais e as mais das vezes retiram-se por falta de cumprimento das promessas que na Europa foram lhe feitas.[299]

É, em princípio, uma crítica às companhias e associações colonizadoras, que acaba por se estender aos próprios imigrantes já no país, pois observa inclusive que seria da má

[297] ES 1876 – 2, op. cit., p. 37.
[298] Ibid., p. 37.
[299] Ibid., p. 38-39.

escolha desses "vagabundos e proletários"[300] e das falsas promessas a eles feitas que estaria acontecendo em todo o país um vai e vem de colonos em diversos pontos do império, sempre em busca das "felicidades e das poéticas regiões que lhes foram descritas".[301]

Quatro anos depois, os italianos vão ser alvos diretos das críticas do presidente Affonso Peixoto de Abreu Lima, no relatório em que passou a administração para o primeiro vice-presidente tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida. Após fazer a ladainha corriqueira em torno do valor da colonização nacional, ele afirma serem os italianos os imigrantes que mais chegavam aos portos da província. E não foi nada lisonjeira sua avaliação.

> Estes só com o tempo e como recurso extremo lançam mão do trabalho agrícola, acontecendo o que, em geral não sendo eles agricultores, preferem entregarem-se a pequenos comércios e lucros imediatos, procurando serviços de estradas, trabalho a jornal quotidiano, a aumentarem seus prazos que lhes dariam lucros mais validos, tendo com tal procedimento unicamente em vista, formarem um pequeno pecúlio e retirarem-se após para a pátria que os viu nascer. Sobre tal assumpto expedi ordens restritas e espero que eles abandonarão por sua conveniência tal modo de vida para melhor se ocuparem da agricultura. [302]

E o presidente faz um contraponto com os alemães

> A imigração alemã, não possuindo os hábitos da italiana e sendo menos exigente, entrega-se com amor ao trabalho agrícola, ama sua propriedade, como a melhor porção de sua vida e adota o país em que reside por segunda pátria.[303]

Defendia ele também a mistura de colonos estrangeiros e nacionais, pois a colonização mista, afirmou ele, faria com que o brasileiro aprendesse do "colono laborioso" tudo quanto fosse de aproveitável da cultura europeia, enquanto esses aprenderiam dos nacionais a não se surpreender com a majestade das matas virgens e seculares,

[300] ES 1876 – 2, op. cit., p. 38.
[301] Ibid., p. 38.
[302] ESPÍRITO SANTO [ES 1878 – 1]. Relatório com que o exmº. sr. dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima passou a administração da Província do Espírito Santo ao exmº. sr. Tenente Coronel Alfeu Adelfo Monjardim D'Andrade e Almeida, 1º vice-presidente no dia 19 de fevereiro de 1878. Vitória, Typ. Gazeta da Vitória, 1878. p. 5.
[303] Ibid., p. 5.

compreendendo o modo de proceder às derrubadas e queimas. "Este auxílio mútuo, a par do cruzamento das raças, há de produzir grandes benefícios. " [304]

Um fato que desperta a atenção está ligado à Colônia Rio Novo. Ele observa que em partes (territórios) dessa colônia, havia prosperidade, mas que em um deles, o quinto território, à margem do Rio Benevente, com terreno geralmente estéril, encontrou colonos insubordinados, com as vestes rotas, denotando miséria e alguns deles bêbados. E registra...

> Notei diversos grupos de casas cobertas de palha, existindo na frente um mastro com uma tabuleta onde estava escrita a palavra – Comuna. – Na verdade parecia-me em geral os habitantes deste território verdadeiros comunistas, pelo aspecto e insubordinação que ostentavam. Todos eles a mim só dirigiam reclamando... [305]

Esses "comunistas" eram trentinos. O local se chama hoje Todos os Santos, um distrito de Guarapari. E de novo, quando um líder da Província é contrariado em suas ordens ou expectativas, sua verve se volta contra os imigrantes... Afinal, não passavam de "insubordinados"... No caso desse grupo de imigrantes, ocorre a repetição de um esquema discursivo de compor com feições positivas quem se integrasse ao propósito colonizador dos governantes e de decompor com características negativas quem apresentasse alguma forma de resistência, mesmo que necessária. E como afirma a historiadora Núncia Santoro de Constantino a sintetizar toda essa situação:

> A figura do imigrante, independente dessa ou daquela origem, passou por antagônicas formas de representação, desde aquela que aponta para indivíduo incapaz de respeitar quem o recebeu, até a representação de indivíduo repositório de todas as virtudes que estariam presentes no elemento nacional. O imigrante poderia ser a base de infatigáveis e progressistas classes trabalhadoras, como poderia ser o elemento principal de avassaladoras classes perigosas, geradoras de conflitos trabalhistas, da violência política e do famigerado anarquismo.[306]

---

[304] ES 1878 – 1, op. cit., p. 6.

[305] Ibid., p. 16. Sobre esta declaração do presidente Affonso Peixoto, é preciso considerar a hipótese de haver, entre eles, representantes – ou simpatizantes – de movimentos socialistas ou anarquistas. O pesquisador Carlo Romani afirma que "Os principais grupos de imigrantes (italianos, espanhóis e portugueses) já mantinham em suas terras de origem um convívio constante e muito próximo com os movimentos socialistas, anarquistas e sindicalistas, alguns deles já bastante fortes e organizados como na região centro-norte da Itália". Cf. ROMANI, Carlo: "Anarquismo italiano e imigração no Brasil". Disponível em: http://www.historiaunirio.com.br/numem/pesquisadores/carloromani/?c=download_biblio&arq=MjA2. Acessado em 4 de janeiro de 2014.

[306] CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Prefácio. In IOTTI, Luiza Horn (org), 2001, op. cit., p. 15.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Laborioso e morigerado ou indolente, vadio. As expressões usadas para compor o título deste trabalho, retiradas de diversos textos oficiais redigidos ao longo de 35 anos (1847 a 1882), são, por si só, indiciárias da existência de um antagonismo de imagens construídas em torno de personagens reais que compuseram a história da Província do Espírito Santo durante esse período, que são os imigrantes de diversas nações e trabalhadores livres nacionais.

Imagens essas delineadas nos discursos dos presidentes da Província ou vice-presidentes no exercício da Presidência e que vão sendo compostas e alternadas em decorrência da diferença entre a idealização do projeto de colonização, por parte da elite governamental, e a realidade dessa colonização.

O que queriam os governantes brasileiros com o processo de incentivo à imigração estrangeira? Evidentemente, repor mão de obra escrava e preencher o vazio populacional, com a colonização territorial. Esse interesse era parcialmente compatível com os objetivos dos grandes proprietários de terra, cuja prioridade era a reposição de mão de obra. Como conciliar esses interesses rendeu inúmeros debates e leis ao longo dos anos em torno da definição dos modelos de colocação do estrangeiro, quer com incentivo ao empreendedorismo rural, quer como empregado nas fazendas. Mas para o conjunto dessa elite era primordial garantir que a estrutura econômica e social não sofresse sérios danos, com a falência de proprietários e, como consequência, resultando em prejuízos e problemas para o governo.

Para atingir esse objetivo, era importante, em primeiro lugar, ter um perfil do imigrante ideal; de um trabalhador esforçado – laborioso – e ordeiro, que não reclamasse de dificuldades; ao mesmo tempo, deveria ser possuidor de qualidades técnicas – observando-se, para não cair no risco de anacronismo, de pensar essa tecnologia muito mais como conhecimentos agrícolas. O perfil ideal moldado para o imigrante no Brasil seria compatível, na concepção da elite nacional, com o do trabalhador europeu, considerado como de superioridade inata que, também na visão de líderes políticos nacionais, seriam mais úteis aos interesses nacionais para ajudar a nação a crescer.

A concretização desse processo de colonização, contudo, não ocorreu sem o surgimento de variáveis que colocaram em contraponto a idealização do imigrante com o imigrante real, conforme se observa, neste trabalho, na Província do Espírito Santo. Vale lembrar que o imigrante, ainda em seu País de origem, normalmente era incentivado a partir para o Brasil com promessas de uma vida mais próspera, contudo ao chegar às terras brasileiras defrontava-se com uma realidade bem adversa. O choque entre o sonho e a realidade resultou, não poucas vezes, em protestos e confrontos. Dessa maneira, quem antes era planejado como modelo a ser seguido passava a ser identificado como alguém pernicioso ao processo de colonização nacional.

Assim ocorreu com os suíços, primeiro grupo a chegar à Colônia Santa Leopoldina, e que tiveram a infelicidade de ser alocados em uma região inapropriada para a agricultura, numa área de difícil acesso, quase sem recursos. É uma região muito montanhosa, de pedras. E havia um complicador ainda maior, pois esses imigrantes eram também migrantes, pois já haviam saído de uma área de litígio em São Paulo, onde já haviam demonstrado sua insatisfação pela forma como eram tratados. Tudo isso somado resultou na construção da imagem de um grupo que não atendia aos interesses dos patrocinadores da colonização brasileira.

Os italianos também foram retratados de maneira negativa, em vários momentos, exatamente por demonstrarem inconformismo diante da diferença entre as condições prometidas e a realidade encontrada, haja vista o caso da formação da Colônia Nova Trento, de Pietro Tabacchi. Por consequência, eles, muito mais do que qualquer outro grupo, transformarem-se em imigrantes migrantes nas terras capixabas. Os norte-americanos não fizeram nenhum protesto formal, não tiveram nenhuma representação diplomática que repudiasse o abandono por parte do governo, mas o simples fato de não se sentirem em condições de permanecer numa região afastada, com condições insalubres, foi o bastante para que um presidente os considerasse vadios.

É nítida a dicotomia: trabalhador/vadio, ordeiro/desordeiro, que vai se moldando nos discursos, ao longo dos anos. O registro normalmente não era em torno de pessoas, mas de grupos. Um conjunto era desqualificado sempre que não atendia aos interesses governamentais. É possível que entre os imigrantes e entre trabalhadores nacionais houvesse

quem não tivesse um comportamento social correto, ou então que não se dedicasse ao trabalho com empenho, mas a desqualificação não era individualizada, e sim generalizada.

Se dentro desses grupos de imigrantes europeus ocorria diferenças de valoração, a balança do preconceito se acentuou muito mais em relação aos orientais, os “chins”. Apesar de bons trabalhadores, não correspondiam ao desejo dos líderes políticos dentro do projeto das elites. Não eram europeus, portanto considerados de uma raça inferior, como notadamente se nota em vários discursos.

Não se pode desconsiderar a visão tantas vezes negativa em relação aos trabalhadores livres nacionais, que já estavam na região antes desses processos imigratórios. Eram em geral pessoas que se situavam num estrato social intermediário entre os grupos de senhores e os dos escravos, sendo formados por escravos libertos, brancos, índios, e pessoas resultantes dessa miscigenação.

Como se observou no capítulo “Os trabalhadores nacionais...”, não havia consenso sobre esse grupo de trabalhadores: enquanto para alguns membros da elite não havia nada a ser feito em relação a eles, a não ser esperar que a colonização europeia os integrasse com que configuravam como propósitos para o País, houve quem apresentasse sugestão de colonização específica, com venda de terras a preços mais baratos, sem que fossem integrados em colônias formais. Isso porque consideravam que, por serem arredios ao trabalho formal, esses brasileiros não se enquadrariam nesse tipo de colônias, mas poderiam se tornar, em alguns casos, pequenos proprietários. Só que esses projetos não tiveram o interesse devido, até porque, quando oferecidas essas terras, eram em região tão inóspita que não é de estranhar a recusa em participação.

É lógico que, por serem de fora e em sua maioria inexperientes, muitos presidentes agiram sem conhecer a realidade regional. Um dos casos célebres é o do presidente Pereira de Barros que fez loas à região em que se iniciava a Colônia Santa Leopoldina como se fosse um paraíso terrestre, o que não era. Essa falha se projetou em problemas sérios para os suíços, que foram levados a habitar uma região que não era boa para a agricultura. Depois, estigmatizados, foram quase sempre mal avaliados por vários presidentes...

No período analisado, a questão da colonização nacional era um tema de primeira ordem no mundo político e econômico. Os presidentes da Província conheciam o assunto e discursavam sobre isso, mas quase sempre rompiam em lugares-comuns de preconceito quando os imigrantes na província mostravam não corresponder ao perfil desejado de colono unicamente dedicado à terra, à família, à nação.

Europeus, asiáticos, norte-americanos, trabalhadores livres nacionais, uns mais, outros menos, mas todos foram vistos e analisados pela lente do poder, e essa lente busca sempre seu campo de interesse. O que pode ser visto como positivo em um momento, no momento seguinte já não tem mais o mesmo valor, ou vice-versa. O poder tem dificuldade em se ajustar à realidade, mas quer sempre que a realidade se ajuste a ele. É desta maneira que se percebe que as críticas aos grupos de imigrantes e de trabalhadores nacionais ocorria não porque esses grupos tivessem valores e interesses distorcidos, mas porque os valores e interesses que buscavam para si não correspondiam ao que deles queria a elite...

Nesta dissertação, por uma questão de tempo, decidiu-se pela leitura e avaliação dos relatórios de presidentes e vice-presidentes, e alguns de ministros e da Repartição Geral de Terras. Interessante seria, ainda, avaliar, os discursos dos parlamentares, principalmente os da Província, diante desses discursos, considerando principalmente que boa parte era formada por grandes proprietários rurais, que tinham interesse direto no tema. Ainda há muito por ser descortinado nesse campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de**. Escravismo e transição: Espírito Santo, 1850/1888.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo. Vitória: SPDC/UFES, 1993**.** Dimensões, vol. 26, 2011

BLOCH**,** Marc Léopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**; tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

BUSATTO, Luiz. **Estudos sobre a imigração italiana no Espírito Santo.** Site Estação Capixaba. Disponível em: http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/imigracao/busatto/estudos_italianos/dilemas.html. Acessado em 21/12/ 2014.

_____. **Por uma identidade italo-capixaba**. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. Ufes, 1998. Disponível em: http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/imigracao/busatto/estudos_italianos/dilemas.html. Acessado em 21/12/ 2014.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. Programa de Pós-graduação stricto senso da UFRJ. 2003.

CARDOSO, C.F.S. (Org.); VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José. Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed. 2007

CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. Ufes, 1998

COELHO, Claudio M**. Raízes do paradigma indiciário**. In: Coleção Rumos da História. PPGHIS – UFES – Vitória, 2006.

_____. **Carlo Ginzburg: história e indiciarismo.** In: Coleção Rumos da História. PPGHIS – UFES – Vitória, 2006.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Prefácio. In IOTTI, Luiza Horn (org**). Imigração e colonização: legislação de 1747-1915.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: Educs, 2001.

COOPER. Donald B. **The New Black Death: Cholera in Brazil**, **1855-1856.** The Biological Past of the Black. *Social Science History.*Vol. 10, No. 4, (1986).

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística.** Vitória: Tipografia Espírito-Santense, 1879. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Provincia_do_espirito_santo.pdf. Acessado em 27 de dezembro de 2014

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009. 140 p.

_____, **Relacionamento interétnico e memória:** narrativas de colonizadores do Norte do Espírito Santo. Dimensões: Revista de História Pelotas [03]: 147 - 166, julho/dezembro 2008

_____. **Rede solidária: arranjos produtivos ítalo-brasileiros**. Vitória: Santonio, 2004.

_____. **Os rastros da identidade da diversidade capixaba**. Revista Sinais**,** v. 1, n° 1, p. 57-72, 2007a.

VILLA Delliso**. Storia dimenticata.** Rio Grande do Sul. Sagra-DC Luzato, 1993

DERENZI, L.S. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Ed: Artenova, 1974

Dicionario Historico, Geografico e Estatistico da Província do Espírito Santo / coord. Cezar Augusto Marques. - Rio de Janeiro : typ. Nacional, 1878. Disponível em: http://de.bnportugal.pt/HG4878/. Acessado em 28/12/2014

FISCHER, Georg. **Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba** (1847-1862) Revista Espaço Plural / Universidade Estadual do Oeste do Paraná ano 9, n. 19. p. 59-66

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX.** (org. Agostino Lazzaro). Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã vol. 19).

_____. **Victor Frond: o pioneiro da fotografia no Espírito Santo.** Posfácio. In TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. Coleção Canaã; v.5. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Viagem_Provincia_ES_1860.pdf. Acessado em 27/12/2014

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil.** Campinas, SP: Unicamp, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força. História, retórica, prova.** Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____**. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário"** In: Mitos, emblemas, sinais:. Morfologia e História. São Paulo:Companhia das Letras, segunda edição. 2012.

_____. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Tradução Márcia Sarcinelli. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2007. (Coleção Canaã. vol. 6). Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Colonias_Imperiais_na_Terra_Cafe.pdf. Aceso em 27/12/2014

HARTT, Charles Frederick **Geologia e geografia física do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d, p. 124. disponível em www.brasilianas.com.br

HERÉDIA, Vânia. **A Imigração européia no século passado:** o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Editora Universidad de Barcelona. Barcelona: Scripta Nova. Nº 94 (10), 2001.

IOTTI, Luiza Horn (org**). Imigração e colonização: legislação de 1747-1915.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: Educs, 2001.

_____. **Imigração e Poder:** a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS : Educs, 2010.

_____. **O olhar do poder**: imigração italiana no Rio Grande do Sul de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. 2ª ed. Caxias do Sul, RS. Educs, 2001. 126 p..

_____. **A política imigratória brasileira e sua legislação (1822- 1914).** In: Gilvan Ventura da Silva; Maria Beatriz Nader; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião. 1ed.Vitória/ES: Edufes, 2006, v. , p. 247-261.

_____. **Presidentes da província: a leitura oficial dos imigrantes italianos no Império**. *Revista Métis*, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, 2005, p. 185-213,

JAKOB, Jorge Kuster. **A Imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo**. Coleção Memórias. Vol.3. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

KEYS, Julia Louisa. **Nossa vida no Brasil: imigração norte-americana no Espírito Santo 1867-1870** [tradução de Célio Antônio Alcântara Silva]. – Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2013. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/LIVRO_NossaVidaNoBrasil_Editado.pdf. Acessado em 27/12/2014

LIMA, Silvio C. de S. **Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890).** Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2005 (História, Dissertação de mestrado). Disponível em: http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6126/2/52.pdf. Acessado em 4/01/2015

NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro de 1895)**. Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória/Carlo Nagar; Tradução de Nerina Bortoluzzi Herzog. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995. (Coleção Canaã: v.1). Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/O%20Estado%20do%20Espirito%20Santo%20e%20a%20Imigracao%20Italiana.pdf. Acessado em 27/12/2014

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo :Secretaria de Estado da Cultura , 2008, 670 p. Coleção Canaã, v. 8.

PACHECO, Renato. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo.** Disponível em: http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-italiana-no-espirito-santo/. Acessado em 29/12/2014

_____. **Os primeiros anos – conflitos nas colônias agrícolas espírito-santenses, 1847-1882**. In Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida. Vitória: FCAA, 1978, p.123-48 e Estudos espírito-santenses. Vitória: IHGES e PMV, 1994. Disponível em: http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-italiana-no-espirito-santo/. Acessado em 29/12/2014

PAULA, Sério Peres de: **Fazenda do Centro: imigração e colonização italiana no Sul do Espírito Santo.** Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Castelo : Instituto Frei Manuel Simón, 2013. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/LIVRO_Fazenda_do_Centro_editado.pdf. Acessado em 28/12/2014

PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil: Colônia e Império**. São Paulo. Brasiliense. 21ª ed. 1994

_____. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAASCH, Silas. **A Colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847 - 1889).** Dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes. 2010)

RITTO, Cecília. Foi pior do que se pensava. **Revista Veja,** editora Abril, edição 2411 de 4 de janeiro de 2015.

ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo (1847-1896).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Niteroi, Rio de Janeiro, 1985.

_____, Introdução. In: TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. (Coleção Canaã; v.5).

ROCHA, Levy. **Viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo.** 3ª edição**.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã; v.7). Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Viagem_Pedro_II_ES_Levy_Rocha.pdf.Acessado em 27/12/2014

RODRIGUES, Márcia B.F. "**Razão e Sensibilidade**: **reflexões em torno do paradigma indiciário"** In Revista Dimensões. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - CCHN, nº 17, 2005, pp.213-221.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed. 2003.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain Fraçois. Ed. Unicamp, 2008. 536p

SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo.** Vitória: Edufes, 1996.

_____. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930**). Vitória: Edufes, 1996a.

SEIDE, Frederico Herdmann. **Colonização alemã no Espírito Santo.** Texto inédito produzido em 1980 por encomenda de Fernando Achiamé para a Enciclopédia Histórica Contemporânea do Espírito Santo, não editada. Disponível em: http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/colonizacao-alema-no-espirito-santo-2/. Acessado em 28/12/2014

TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. Coleção Canaã; v.5. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Viagem_Provincia_ES_1860.pdf. Acessado em 27/12/2014

VILAÇA, A.; DADALTO, M.C. (org.) **Trajetória solidária do imigrante italiano no Espírito Santo.** Vitória: Textus, 2003. 43 Ufes – Programa de Pós- Graduação em História

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** V.2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Editora UnB. São Paulo, 2004

DOCUMENTOS OFICIAIS

Organizações e Programas Ministeriais desde 1822 a 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/220525. Acessado em 27/12/2014

Relatórios e falas de presidentes e vice-presidentes

ESPÍRITO SANTO [ES 1838]. Discurso com que o exmº presidente da Província do Espírito Santo, o dr. João Lopes da Silva Coito, fez a abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial no dia 8 de setembro de 1838. Rio de Janeiro. Typ. de Josino do Nascimento Silva, 1838. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u130/. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1839]. Fala que exmº presidente da Província do Espírito Santo (João Lopes da Silva Coito) dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1839. Typ do Diário. Rio de Janeiro

ESPÍRITO SANTO [ES 1847]. Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847. Rio de Janeiro, Typ. do Diario de N.L. Vianna, 1848. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/232/index.html. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1848 – 1]. Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1° de março de 1848. Rio de Janeiro, Typ. do Diario de N.L. Vianna, 1848. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1848_03_01_Luiz_Pedreira_Coutto_Ferraz.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1848 – 2]. Relatório do vice-presidente da Província do Espírito Santo exmº. sr. dr. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, ao repassar a administração ao presidente dr. Antônio Pereira Pinto em 1º de agosto de 1848. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1848. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1848_08_01_Jose_Francisco_Andrade_Almeida_Monjardim.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1848 – 3]. Relatório com que o exm. sr. dr. Antonio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao exm. sr. comendador José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, segundo Vice-Presidente da mesma – 1849. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1849. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1848_11_30_Antonio_Pereira_Pinto.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1849]. Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, o desembargador Antonio Joaquim de Siqueira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 11 de março de 1849. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1849. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1849_03_11_Antonio_Joaquim_Siqueira.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1850]. Relatório com que o exm. sr. Felipe José Pereira Leal presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa no dia 25 de julho do corrente ano. 1850. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1850. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1850_07_25_Felippe_Jose_Pereira_Leal.pdf. Acesso 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1851]. Relatório com que o exm. sr. Felipe José Pereira Leal presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa no dia 23 de maio do corrente ano. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1851. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/236/index.html. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1852]. Relatório que o exmº. presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes D'Azambuja dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852.Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1852. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1852_05_24_Jose_Bonifacio_Nascentes_dAzambuja.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1853]. Relatório que o exmº. presidente da Província do Espírito Santo o dr. Evaristo Ladislau e Silva dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 23 de maio de 1853. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1853. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1853_05_23_Evaristo_Ladislau_Silva.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1854]. Relatório com que o exmº. sr. dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia 25 de maio do corrente ano. 1854. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1854. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1854_05_25_Sebastiao_Machado_Nunes.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1855]. Relatório com que o exmº. sr. dr. Sebastião Machado Nunes Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia 25 de maio do corrente ano. 1855. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1855. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1855_05_25_Sebastiao_Machado_Nunes.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1856 – 1]. Relatório com que o exmº. sr. Barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da Província do Espírito Santo, entregou a administração da mesma ao exmº. sr. dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros no dia 8 de março de 1856. Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1856. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1856_03_08_Barao_de_Itapemirim.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1856 – 2]. Relatório que o exmº sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1856. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1856. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/241/. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1857 – 1]. Relatório que o exmº. sr. presidente da Província do Espírito Santo, o dr. José Mauricio Fernandes Pereira de Barros passou a administração da província ao exmº. sr. dr. José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 13 de fevereiro de 1857. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1857. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/PDF/Presidentes%20da%20Provincia/1857_02_13%20Jose_Mauricio_F_P_de_Barros.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1857 – 2]. ESPÍRITO SANTO [ES 1857-2]. Relatório que o exmº. sr. Barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da Província, do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1857. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1857. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1858]. Relatório que o exmº. sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1858. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/243/. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1859 – 1]. Relatório que o exmº sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da Província do Espírito Santo, passou a administração da mesma ao exmº. sr. dr. Pedro Leão Velloso no dia 4 de fevereiro de 1879. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1859. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u132/. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1859 – 2]. Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, bacharel Pedro Leão Velloso na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitória. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [apenso ES 1859]. Apenso H da Repartição Especial de Terras Públicas Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, bacharel Pedro Leão Velloso na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitória. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1859. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acessado em 26/12/2014.

ESPÍRITO SANTO [ES 1860 – 1]. Relatório com que o exmº. sr. comendador Pedro Leão Velloso ex-presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma província ao exmº sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente no dia 14 de abril. Vitória. Typ. Capitanense de P. A. D'Azeredo, 1860. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/246/. Acessado em 26/12/2014.

ESPÍRITO SANTO [1860 – 2]. Relatório que o exmº. sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 24 de maio de 1860. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/246/. Acessado em 26/12/2014.

ESPÍRITO SANTO [ES 1861 – 1]. Relatório com que o exmº sr. dr. Antonio Alves de Souza Carvalho ex-presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma ao Exmº. Sr. Sr. João da Costa Lima e Castro 1º vice-presidente no dia 11 de março de 1861. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1861. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acessado em 26/12/2014.

ESPÍRITO SANTO [ES 1861 – 2]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia (23 de maio) da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1861. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acessado em 26/12/2014.

ESPÍRITO SANTO [ES 1862]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1862. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1862_05_25_Jose_Fernandes_Costa_Pereira_Junior.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1863 – 1]. Relatório que devia ser apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1863 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior precedido daquele que o mesmo exmº. sr. passou a administração da província ao 1º vice-presidente o exmº. sr. Dionísio Álvaro Rezendo, 1863. Disponível em http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u137/. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES. 1863 – 2]. Relatório do presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel André Augusto de Pádua Fleury na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 20 de outubro de 1863. Vitória. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1864. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1863_10_20_Andre_Augusto_Padua_Fleury.pdf. Acessado em 26/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1864 – 1]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinária do dia 21 de fevereiro deste ano pelo 1º vice-presidente dr. Eduardo Pindahyba de Mattos. Vitória. Typ. Liberal do Jornal da Victória, 1864. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1864_02_21_Eduardo_Pindahiba_Mattos.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1864 – 2]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1º vice-presidente dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Vitória. Typ Liberal do Jornal da Victória, 1864. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1864_10_03_Eduardo_Pindahiba_Mattos.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1865 – 1]. Relatório apresentado pelo exmº 1º vice-presidente dr. Eduardo Pindahiba de Mattos na ocasião de entregar a administração da Província ao exmº presidente dr. José Joaquim do Carmo. Vitória. Typ Liberal do Jornal da Victória, 1865. Disponível em:

http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1865_01_08_Eduardo_Pindahiba_Mattos.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1865 – 2]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito no dia da abertura da sessão ordinária de 1865 pelo presidente dr. José Joaquim do Carmo. Vitória. Typ Liberal do Jornal da Victória, 1865.
Disponível em:
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1865_05_26_Jose_Joaquim_Carmo.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1866]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito no dia da abertura da sessão ordinária de 1866 pelo presidente dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves. Typ do Jornal da Victória, 1866. Disponível em:
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1866_05_23_Alexandre_Rodrigues_Silva_Chaves.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1867 – 1]. Relatório apresentado pelo exmº. presidente dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves por ocasião de passar a administração da Província ao exmº. sr. 1º vice-presidente dr. Carlos de Cerqueira Pinto. Vitória, Typ. do Jornal da Victoria de D. Araripe, 1867. Disponível em:
ttp://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1867_04_08_Alexandre_Rodrigues_Silva_Chaves.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1867 – 2]. Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo exmo.sr.dr. Carlos de Cerqueira Pinto 1º vice-presidente da Província no ano de 1867. Vitória, Typ. do Jornal da Victoria, 1867. Disponível em:
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1867_05_23_Carlos_Cerqueira_Pinto.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1868 – 1]. Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo exmº. sr. dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, presidente da Província, no ano de 1868. Typ do Jornal da Victoria. 1868. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/255/. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1868 – 2]. Relatório com que o exmº. sr. dr. José Maria do Valle Junior entregou a presidência da Província do Espírito Santo no dia 1º de setembro de 1868 ao exmº. ser. dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro. Vitória. 1868. Typ. do Jornal da Victória, de D. Araripe, 1868. Disponível em http://www.ape.es.gov.br/index2.htm. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1868 – 3]. Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo exmº. sr. presidente Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro no ano de 1868. Vitória. Typ. Do Correio da Vitória, 1869. Disponível em:
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1868_10_10_Luiz_Antonio_Fernandes_Pinheiro.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1869]. Relatório com que o exm. sr. presidente dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro passou a administração da Província do Espírito Santo ao 1º vice-presidente o exmº. sr. coronel Dionysio Alvaro Resende em 8 de junho de 1869, seguido do que pelo mesmo exmº. sr. vice-presidente dr. Antonio Dias Paes Leme ao assumir este o governo da província em 16 de setembro de 1869. Bem como do que foi lido pelo exm. sr. presidente ao abrir a segunda sessão ordinária da Assembleia legislativa provincial no dia 6 de outubro do dito ano. Vitória, Typ. do Correio da Victoria, 1869. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1869_06_08_Luiz_Antonio_Fernandes_Pinheiro.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1870 – 1]. Relatório apresentado pelo exm. sr. dr. Antonio Dias Paes Leme ao passar a administração da Província do Espírito Santo ao exmº. sr. Coronel Dionysio Álvaro Resendo, 1º vice-presidente da mesma, no dia
13 de setembro de 1870. Vitória, Typ. do Correio da Victoria, 1870. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u143/000002.html. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1870 – 2]. Relatório lido perante a Assembleia Legislativa do Espírito Santo na instalação da sessão ordinária pelo exmº. sr. coronel Dionysio Álvaro Resendo, 1º vice-presidente da Província no dia 1º de outubro de 1870. Typ do Correio da Victoria,1870. Disponível em:
http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/258/000002.html. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1871]. Relatório lido no paço da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo presidente exmº. sr. dr. Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária do ano de 1871. Vitória, Typ. do Correio da Victoria, 1872. Disponível em:
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1871_10_09_Francisco_Ferreira_Correa.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1872]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente da Província o exmº. sr. dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca no dia 2 de outubro de 1872. Vitória, Typ. do Espírito-Santense, 1872. Disponível em:
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1872_10_02_Antonio_Gabriel_Paula_Fonseca.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1873]. Relatório com que o vice-presidente da Província, o coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas passou a administração ao exmº. sr. dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa no dia 6 de novembro de 1873. Vitória. Typ. do Espírito-Santense, 1873. Disponível em:
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1873_11_06_Manoel_Ribeiro_Coitinho_Mascarenhas.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1874 – 1]. Relatório apresentado ao exmº. sr. coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas pelo exmº.sr. dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da província do Espírito Santo. Vitória. Typ. Espírito-Santense, 1874. Disponível em:
http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1874_04_29_Luiz_Eugenio_Horta_Barbosa.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1874 – 2]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo exmº. sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas na primeira sessão da 21ª legislatura. Vitória. 1874. Typ. do Espírito-Santense, 1874. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1874_09_01_Manoel_Ribeiro_Coitinho_Mascarenhas.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1875 – 1]. Relatório apresentado a s. excia. o sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto, pelo exmº. sr. coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas por ocasião de passar a administração da Província do Espírito Santo no dia 4 de maio de 1875. Vitória. Typ. do Espírito-Santense, 1875. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1875_05_04_Manoel_Ribeiro_Coitinho_Mascarenhas.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1875 – 2]. Fala com que o exmº. sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875. Vitória, Typ. do Espírito-Santense, 1875. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1875_09_18_Domingos_Monteiro_Peixoto.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1875 – 3]. Relatório apresentado a s. ex. o sr. 1º vice-presidente Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo exmº. sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto por ocasião de deixar a administração da Província do Espírito Santo. Vitória, Typ. do Espírito-Santense. 1876. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1875_12_24_Domingos_Monteiro_Peixoto.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1876 – 1]. Relatório apresentado a s. exª. o sr. Manoel José de Menezes Prado pelo exmº. sr. Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas por ocasião de passar a administração da Província do Espírito Santo no dia 3 de janeiro de 1876. Typ. do Espírito-Santense, 1876. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1876_01_03_Manoel_Ribeiro_Coitinho_Mascarenhas.pdf. Acessado em 27/12/2014. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1876 – 2]. Relatório apresentado pelo exmº. sr. dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão de 15 de outubro de 1876. Vitória. Typ. do Espirito-Santense,1876. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1876_10_15_Manoel_Jose_Meneses_Prado.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1877 – 1]. Relatório apresentado pelo exmº. sr. dr. Manoel José de Menezes Prado por ocasião de passar a administração desta Província ao 1º vice-presidente Coronel Manoel Ferreira de Paiva. Vitória. Typ. do Espírito-Santense,1877. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1877_01_05_Manoel_Jose_Meneses_Prado.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1877 – 2]. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo na 2ª sessão ordinária da vigésima primeira legislatura provincial pelo presidente desta Província dr. Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama aos 3 de março de 1877. Vitória, Typ. do Espírito-Santense, 1877. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1877_03_03_Antonio_Joaquim_Miranda_Nogueira_Gama.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1877 – 3]. Relatório com que s. ex. o sr. dr. Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama passou a administração da província ao exmº. sr. 1º vice-presidente Coronel Manoel Ferreira de Paiva. Vitória, Typ. do Espírito-Santense, 1877. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1877_07_28_Antonio_Joaquim_Miranda_Nogueira_Gama.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1878 – 1]. Relatório com que o exmº. sr. dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima passou a administração da Provincia do Espírito Santo ao exmº. sr. Tenente Coronel Alfeu Adelfo Monjardim D'Andrade e Almeida, 1º vice-presidente no dia 19 de fevereiro de 1878. Vitória, Typ. Gazeta da Vitória, 1878. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1385/. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1878 – 2]. Relatório apresentado a s. ex. o sr. dr. Manoel da Silva Mafra pelo exmº. sr. Tenente Coronel Alfeu Adelfo Monjardim D'Andrade e Almeida, 1º vice-presidente, por ocasião de passar a administração da Província do Espírito Santo no dia 4 de março de 1878. Typ. Da Gazeta da Victoria, 1878. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1386/000002.html. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1878 – 3]. Relatorio apresentado pelo exmº. sr. dr. Manoel da Silva Mafra a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878. Victoria, Typ. da Actualidade, 1878. Disponível em: ttp://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1878_10_22_Manoel_Silva_Mafra.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1879 – 1]. Relatório apresentado pelo exmº. sr. Tenente Coronel Alfeu Adelfo Monjardim D'Andrade e Almeida, 1º vice-presidente a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 6 de março de 1879. Vitória. Typ. da Gazeta da Victoria, 1879. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1879_03_06_Alfeu_Adelfo_Monjardim_Andrade_Almeida.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1879 – 1]. Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo exmº. sr. presidente dr. Eliseu de Sousa Martins no dia 28 de outubro de 1879. Vitória. Typ. da Gazeta da Victoria, 1879. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1879_10_28_Eliseu_Sousa_Martins.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1880 – 1]. Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 9 de março de 1880 pelo presidente da Provincia, o exmº. sr. dr. Eliseu de Sousa Martins. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1880. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/271/. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1880 – 2]. Relatório com que o exmº. sr. dr. Eliseu de Souza Martins no dia 19 de julho de 1880 passou a administração da Província do Espírito Santo ao exm. sr. Tenente Coronel Adelfo A. Monjardim D'A. e Almeida 1º vice-presidente. Vitória, Typ. Gazeta da Vitória, 1880. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1880_07_19_Eliseu_Sousa_Martins.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1881]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881 pelo presidente da Província, exm. sr. dr. Marcellino de Assis Tostes. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1881. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/PDF/Presidentes%20da%20Provincia/1881_03_08_Marcellino_Assis_Tostes.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1882 – 1]. Relatório com que o exm. sr. dr. Marcellino de Assis Tostes no dia 13 de fevereiro de 1882 passou a administração da Província do Espírito Santo ao Santo ao exm. sr. Tenente Coronel Adelfo A. Monjardim de Andrade e Almeida, 1º vice-presidente. Vitória. Typ do Horizonte, 1882. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/274/. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1882 – 2]. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espirito Santo pelo 1º vice-presidente, o exmº. sr. Tenente Coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, em 21 de março de 1882. Victoria, Typ. do Horizonte, 1882. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1882_03_21_Alfeu_Adelfo_Monjardim_Andrade_Almeida.pdf. Acessado em 27/12/2014

ESPÍRITO SANTO [ES 1882 – 3]. Relatório com que o exmº. sr. dr. Herculano Marcos Inglez de Souza entregou no dia 9 de dezembro de 1882 ao exmº. sr. dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior a administração da Província do Espírito Santo. Vitória: Typ. do Horizonte, 1882. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1882_12_09_Herculano_Marcos_Inglez_Souza.pdf. Acessado em 27/12/2014

Ministério de Estado dos Negócios do Império

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1851]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Franciscol Gonçalves Martins. Rio de Janeiro. Typ Nacional, 1853. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1724/000002.html. Acessado em 28/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1852]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Visconde de Mont'Alegre. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1852. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1723/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1853]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Francisco Gonçalves Martins em 14 de maio de 1853. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1853. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1724/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1854]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 14 de maio de 1854. Rio de Janeiro Typ. Do Diário, 1854. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1725/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [anexo MI 1854]. Anexo da Repartição Geral de Terras ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 14 de maio de 1854. Rio de Janeiro Typ. Do Diário, 1854. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1725/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1855]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 14 de maio de 1855. Rio de Janeiro. Typ. Universal de Laemmert, 1855. Disponivel em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1727/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [anexo MI 1855]. Anexo da Repartição Geral de Terras Públicas ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 14 de maio de 1855. Rio de Janeiro. Typ. Universal de Laemmert, 1855. Disponivel em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1727/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1856]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 15 de maio de 1856. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1856. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1728/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [anexo MI 1856] Anexo da Repartição Geral de Terras Públicas ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 15 de maio de 1856. Rio de Janeiro. Typografia Nacional, 1856. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1728/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [MI 1857]. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 3 de maio de 1857. Rio de Janeiro. Typ. Universal de Laemmert, 1857. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1729/index.html. Acessado em 27/12/2014

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO [anexo MI 1857]. Anexo da Repartição Geral de Terras Públicas ao relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 3 de maio de 1857. Rio de Janeiro. Typ. Universal de Laemmert, 1857. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1729/index.html. Acessado em 27/12/2014

ANEXOS

Quem comandou a Província do Espírito Santo entre 1847 e 1882

Nome	Cargo	Data de início e fim de mandato	Tempo de mandato	Outras províncias e cargos de relevância
1. Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro)	Presidente	07.11.1846 18.04.1848	1 ano, 5 meses e 11 dias	Rio de Janeiro e ministro de Estado dos Negócios do Império, conselheiro de Estado
2. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	Vice-presidente	18.04.1848 03.08.1848	3 meses e 16 dias	
3. Antônio Pereira Pinto	Presidente	03.08.1848 03.11.1848	3 meses	Rio Grande do Norte, Santa Catarina
4. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	Vice-presidente	03.11.1848 07.03. 1849	4 meses e 4 dias	
5. Antônio Joaquim de Siqueira	Presidente	07.03.1849 02.08.1849	4 meses e 26 dias	Rio Grande do Norte (*)
6. Joaquim Marcelino da Silva Lima	Vice-presidente	02.08.1849 09.08.1849	7 dias	
7. Felipe José Pereira Leal	Presidente	09.08.1849 03.06.1851	1 ano, 9 meses e 25 dias	
8. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	Vice-presidente	03.06.1851 09.07.1851	1 mês e 6 dias	

9. José Bonifácio Nascente de Azambuja	Presidente	09.07.1851 16.11.1852	1 ano, 4 meses e 7 dias	Bahia
10. Evaristo Ladislau e Silva	Presidente	16.11.1852 01.08.1853	8 meses e 16 dias	
11. Joaquim Marcelino da Silva Lima	Vice-presidente	01.08.1853 04.02.1854	4 meses e 3 dias	
12. Sebastião Machado Nunes	Presidente	04.02.1854 15.07.1855	1 ano, 5 meses e 11 dias	
13. Joaquim Marcelino da Silva Lima	Vice-presidente	15.07.1855 08.03.1856	7 meses e 22 dias	
14. José Maurício Fernandes Pereira de Barros	Presidente	08.03.1856 15.01.1857	10 meses e 7 dias	Subdiretor das rendas públicas do Tesouro Nacional
15. Joaquim Marcelino da Silva Lima	Vice-presidente	15.01.1857 18.06.1857	5 meses e 3 dias	
16. Olímpio Carneiro Viriato Catão	Presidente	18.06.1857 07.03.1858	8 meses e 17 dias	
17. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	Vice-presidente	07.03.1858 04.02.1859	10 meses e 22 dias	

18. Pedro Leão Velloso	Presidente	04.02.1859 14.04.1860	1 ano, 2 meses e 10 dias	Alagoas, Maranhão, Rio G. do Norte, Piauí e Ceará (duas vezes) – Ministro de Negócios do Império
19. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	Vice-presidente	14.04.1860 25.05.1860	1 mês e 11 dias	
20. Antônio Alves de Souza Carvalho	Presidente	25.05.1860 11.03.1861	9 meses e 14 dias	Alagoas e Maranhão
21. João da Costa Lima e Castro	Vice-presidente	11.03.1861 22.03.1861	11 dias	
22. José Fernandes da Costa Pereira Júnior	Presidente	22.03.1861 28.05.1863	2 anos, 2 meses e 4 dias	Ceará,São Paulo, Rio Grande do Sul. – Ministro da Agricultura e Ministro dos Negócios do Império
23. Dionísio Álvaro Resendo	Vice-presidente	28.05.1863 15.06.1863	18 dias	
24. André Augusto de Pádua Fleury	Presidente	15.06.1863 23.12.1863	6 meses e 8 dias	Paraná e Ceará – Ministro da Agricultura e Ministro dos Transportes
25. Eduardo Pindaíba de Matos	Vice-presidente	’23.12.1863 08.01.1865	1 ano e 16 dias	
26. José Joaquim do Carmo	Presidente	08.01.1865 28.08.1865	7 meses e 20 dias	Paraná (*) e Pará

27. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves	Presidente	28.08.1865 08.04.1867	1 ano, 7 meses e 10 dias	Sergipe e Santa Catarina
28. Carlos de Cerqueira Pinto	Vice-presidente	08.04.1867 11.10.1867	6 meses e 3 dias	
29. Francisco Leite Bittencourt Sampaio	Presidente	11.10.1867 26.04.1868	6 meses e 15 dias	
30. João Maria do Vale Júnior	Vice-presidente	26.04.1868 01.09.1868	4 meses e 6 dias	
31. Luís Antônio Fernandes Pinheiro	Presidente	01.09.1868 08.06.1869	9 meses e 7 dias	
32. Dionísio Álvaro Resendo	Vice-presidente	08.06.1869 17.09.1869	3 meses e 9 dias	
33. Antônio Dias Pais Leme	Presidente	17.09.1869 13.08.1870	10 meses e 27 dias	
34. Dionísio Álvaro Rezendo	Vice-presidente	13.08.1870 18.02.1871	6 meses e 5 dias	
35. Francisco Ferreira Correia	Presidente	18.02.1871 19.06.1872	1 ano, 4 meses e 1 dia	Santa Catarina (*)
36. Antônio Gabriel de Paula Fonseca	Presidente	19.06.1872 16.11.1872	4 meses e 28 dias	
37. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	Vice-presidente	16.11.1872 28.12.1872	1 mês e 12 dias	
38. João Tomé da Silva	Presidente	28.12.1872 08.10.1873	9 meses e 10 dias	Santa Catarina e Alagoas

39. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	Vice-presidente	08.10.1873 06.11.1873	29 dias	
40. Luiz Eugênio Horta Barbosa	Presidente	06.11.1873 29.04.1874	5 meses e 23 dias	Piauí, Alagoas e Minas Gerais
41. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	Vice-presidente	29.04.1874 04.05.1875	1 ano e 5 dias	
42. Domingos Monteiro Peixoto	Presidente	04.05.1875 24.12.1875	7 meses e 20 dias	Amazonas (*)
43. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	Vice-presidente	24.12.1875 03.01.1876	10 dias	
44. Manoel José de Menezes Prado	Presidente	03.01.1876 05.01.1877	1 ano e 2 dias	Piauí
45. Manoel Ferreira de Paiva	Vice-presidente	05.01.1877 29.01.1877	24 dias	
46. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama	Presidente	29.01.1877 11.07.1877	5 meses e 12 dias	
47. Manoel Ferreira de Paiva	Vice-presidente	11.07.1877 23.07.1877	12 dias	
48. Afonso Peixoto de Abreu Lima	Presidente	23.07.1877 19.02.1878	6 meses e 17 dias	
49. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida	Vice-presidente	19.02.1878 04.04.1878	1 mês e 16 dias	
50. Manoel da Silva Mafra	Presidente	04.04.1878 02.01.1879	8 meses e 29 dias	Ministro da Justiça

51. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida	Vice-presidente	02.01.1879 07.03.1879	2 meses e 5 dias	
52. Eliseu de Souza Martins	Presidente	07.03.1879 19.07.1880	1 ano, 4 meses e 12 dias	Rio Grande do Norte (*)
53. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida	Vice-presidente	19.07.1880 06.08.1880	18 dias	
54. Marcelino de Assis Tostes	Presidente	06.08.1880 13.02.1882	1 ano, 6 meses e 7 dias	
55. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida	Vice-presidente	13.02.1882 03.04.1882	1 mês e 18 dias	
56. Herculano Marcos Inglês de Souza	Presidente	03.04.1882 09.12.1882	8 meses e 6 dias	Sergipe (*)

(*) Antes de ser presidente da Província do Espírito Santo

Fontes: Programas Ministeriais (1822 a 1889), Basílio Carvalho Daemon, no livro "Província do Espírito Santo", José Teixeira de Oliveira, no livro "História do Estado do Espírito Santo", site do Senado, site da Câmara dos Deputados e Wikipedia

Biografia sucinta dos presidentes e vice-presidentes

1) **Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro)**

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1818 – Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1886

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (onde entrou aos 15 anos, e aos 21 já era professor concursado. Em 1845 foi eleito deputado provincial pelo Rio. Em julho de 1846 virou vice-presidente da província, mesmo ano em que assumiria o comando da Província do Espírito Santo com 28 anos e onde ficou por um ano e cinco meses. Assumiu depois a província do Rio de Janeiro, onde ficou de 1848 a 1853, num dos mais longos mandatos de presidente de província do Império. Foi deputado geral, senador, ministro dos Negócios do Império do Brasil (de 3 de setembro de 1853 a 4 de maio de 1857) e conselheiro de Estado. Como presidente da Província do Espírito Santo foi responsável pela implantação da colônia Santa Isabel e depois, como ministro, da colônia Santa Leopoldina. Foi responsável, também como ministro, por um amplo pacote de mudanças na área educacional.

2) **José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (Coronel Monjardim)**

Vitória, 9 de fevereiro de 1797 — Vitória, 24 de janeiro de 1884

Entre 1822 e 1824 já tinha feito parte da junta governativa que governou a província a partir do fim do sistema de capitanias. Foi também deputado provincial. Como segundo-vice presidente ocupou o comando da Província entre 18 de abril de 1848 a 3 de agosto de 1848, de 3 de novembro de 1848 a 7 de março de 1849, de 3 de junho de 1851 a 9 de julho de 1851, **de 7 de março de 1858 a 4 de fevereiro de 1859, aos 61 anos, e de 14 de abril de 1860 a 25 de maio de 1860.** Isso sem considerar intervalos menores, como quando assumiu por dois dias após a presidência de Viriato Catão..

3) **Antonio Pereira Pinto**

Rio de Janeiro, 20 de março de 1819 – Rio de Janeiro, 1880

Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, onde foi jornalista e promotor. Comandou as províncias do Espírito Santo (14 de junho a 31 de outubro de 1848), Rio Grande do Norte (1848 e 1849) e Santa Catarina (março a novembro de 1849). Foi duas vezes deputado geral pela província do Espírito Santo, de 1857 a 1860 e de 1861 a 1864. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, trabalhou como compilador dos atos internacionais do Brasil.

4) **Antonio Joaquim de Siqueira**

Rio de Janeiro — março de 1854

Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1831. Foi cinco vezes deputado provincial em Santa Catarina entre 1835 e 1845). Dirigiu ainda a província do Rio Grande do Norte, de 29 de abril a 25 de novembro de 1848, e do Espírito Santo, de 7 de março a 21 de julho de 1849.

5) **Joaquim Marcelino da Silva Lima (Barão de Itapemirim)**

São Paulo, 1779 — Itapemirim (ES), 18 de dezembro de 1860

Grande proprietário de terra no Sul da Província, foi deputado provincial em quatro mandatos e presidente da Assembleia Provincial em 1853. Como vice-presidente assumiu interinamente o comando da Província entre 2 de agosto de 1849 a 9 de agosto de 1849, 01 de agosto de 1853 a 4 de fevereiro de 1854, 15 de julho 1855 a 8 de março de 1856 (aos 76 anos) e 15 de janeiro de 1857 a 18 de junho de 1857.

6) **Felipe José Pereira Leal**

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1812 – Salvador, 13 de agosto

Era oficial da Marinha quando assumiu o comando da Província, já com 37 anos. No Espírito Santo, foi responsável pela execução em janeiro de 1850 dos escravos Chico Prego e João da Viúva, líderes da insurreição de Queimado, na Serra. Depois tornou-se representante diplomático, tendo atuado em vários países. Ficou famoso por ter sido expulso pelo ditador Paraguai Carlos Antonio López em 1853, durante missão para definir questões de fronteira.

7) **José Bonifácio Nascente de Azambuja**

1814 - 1877

Foi presidente da província do Espírito Santo, de 9 de julho de 1851 a 16 de novembro de 1852. Foi também presidente da Bahia, de 21 de junho de 1867 a 26 de julho de 1868. Aparece em documentos como diretor geral interino da Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 1870

8) **Evaristo Ladislau e Silva**

Bacharel em Direito, governou a Província do Espírito Santo entre 16 de novembro de 1852 a 1º de agosto de 1853.Não governou nenhuma outra província

9) **Sebastião Machado Nunes**

Bacharel em Direito, governou a Província do Espírito Santo entre 4 de fevereiro de 1854 a 15 de julho de 1855

10) **José Maurício Fernandes Pereira de Barros**

Alagoas**,** 17 de março de 1802 —

Médico, foi deputado da Assembleia Geral entre 1834/1838. Foi presidente da Província do Espírito Santo entre 08 de março de 1856 e 15 de janeiro de 1857. Estava com 54 anos, Depois foi inspetor de alfândega no Rio de Janeiro. Produziu várias obras na área de Direito Financeiro.

11) **Olímpio Carneiro Viriato Catão**

Minas Gerais (?) — Vitória, 29 de abril de 1858

Há pouquíssimas informações sobre ele. Um site de genealogia informa que era um coronel e político mineiro. Daemon de Carvalho afirma que era bacharel. Dirigiu a província entre **18 de junho de 1857 e 7 de março de 1858.** Em relatório daquele ano, o Coronel Monjardim diz que Viriato Catão morreu "vitimado por grave moléstia". Não se sabe se já estava doente quando assumiu o cargo.

12) **Pedro Leão Velloso**

Itapecuru Mirim (MA), 1828 — 2 de março de 1902)

Juiz e jornalista, deputado provincial e deputado geral antes de assumir o comando da Província do Espírito Santo, onde ficou entre 4 de fevereiro de 1859 e 14 de abril de 1860. Tinha apenas 31 anos ao assumir esse cargo. Depois foi presidente das províncias do Maranhão (1861), Rio Grande do Norte (1861 a 1863), Piauí (1863) e Ceará (por duas vezes, em 1867 a 1868 e em 1881). Foi senador entre 1879 a 1889). Ou seja, dirigiu cinco províncias. Foi nomeado conselheiro do imperador no último ano do Império.

13) Antônio Alves de Souza Carvalho

Nascido em Pernambuco, o advogado e futuro Visconde de Souza Carvalho foi deputado geral por Pernambuco e depois pela Paraíba. Presidiu a Província do Espírito Santo entre **25 de maio de 1860 e 11 de março de 1861.** Depois presidiu a Província de Alagoas (1863) e a do Maranhão (1866).

14) João da Costa Lima Castro

Bacharel nomeado juiz da Comarca de Itapemirim em 1856. Em 1861 era primeiro vice-presidente da província quando assumiu o comando da administração por um curto período de 11 dias entre **11 de março de 1861 a 22 de março de 1861.**

15) José Fernandes da Costa Pereira Júnior

Campos dos Goytacazes (RJ), 20 de janeiro de 1833 — Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1899

Bacharel em Direito, foi presidente da Província do Espírito Santo entre **22 de março de 1861 e 28 de maio de 1863,** ou seja, assumiu o comando da província aos 28 anos, sendo que havia se formado com 23 anos. Foi depois presidente da Província do Ceará, de 20 de janeiro a 26 de abril de 1871, de São Paulo, de 30 de maio de 1871 a 19 de junho de 1872, e do Rio Grande do Sul, de 11 de julho a 1 de dezembro de 1872. Tinha sido nomeado presidente da Província do Paraná em 1868 mas não assumiu o cargo. Por duas vezes, 1872-1875, 1878 e de 15 de maio de 1885 a 1889, foi deputado geral representando o Espírito Santo. No governo imperial, foi **ministro da Agricultura**, de 28 de janeiro de 1873 a 25 de junho de 1875, e dos Negócios do Império, de 10 de março de 1888 a 4 de janeiro de 1889. Foi nomeado também conselheiro do imperador.

16) (Coronel) Dionísio Álvaro Rezendo

Era funcionário público de carreira, tendo sido nomeado oficial maior da Secretaria de Governo nomeado em 1833. Deputado provincial por vários mandatos e primeiro vice-presidente, assumiu a administração da província interinamente entre **28 de maio de 1863 e 15 de junho de 1863; de 8 de junho a 17 de setembro de 1869; 13 de agosto de 1870 a 18 de fevereiro de 1871.**

17) André Augusto de Pádua Fleury

(Cuiabá, 9 de abril de 1830 — Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1895)

Advogado, formado em 1853, foi presidente da Província do Espirito Santo aos 33 anos entre **15 de junho 1863 a 28 de dezembro de 1863**; presidente ainda do Paraná, por três vezes, entre 18 de junho a 19 de agosto de 1864, de 18 de novembro a 4 de junho de 1865 e 18 de agosto de 1865 a 23 de março de 1866; depois presidiu a Província do Ceará (2 de julho de 1880 a 1 de abril de 1881). Foi ainda diretor geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (entre 1866 e 1876, tendo inclusive participado de Congresso Internacional

Penitenciário em Estocolmo. Em 1883 virou **ministro da Agricultura e dos Transportes e** depois se transformou em conselheiro do imperador.

18) Eduardo Pindaíba de Matos

São Luís (MA), 11 de outubro de 1831 — Petrópolis (RJ), 20 de fevereiro de 1913)

Formou-se em Direito com 20 anos na Faculdade de Olinda. Exerceu o cargo de chefe de polícia no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Foi nomeado vice-presidente da Província do Espírito Santo em 1863, onde ocupou o comando da Província de **23 de dezembro de 1863 a 8 de janeiro de 1865**; ou seja, ocupou o cargo quando tinha 32 anos; foi nomeado depois vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, assumindo a presidência por quatro vezes. Como juiz, foi **nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1894**, foi presidente daquele órgão entre 1908 e 1910 e se aposentou em 1912.

19) José Joaquim do Carmo

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1832 — Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1915

Bacharel. Foi presidente da Província do Paraná de de 7 de março a 18 de junho de 1864. Espírito Santo de **8 de janeiro de 1865 a 28 de agosto de 1865**, aos 33 anos; bem mais tarde foi presidente da Província do Pará (1878)

20) Allexandre Rodrigues da Silva Chaves

Rio de Janeiro, 1824 — ?)

Bacharel em Direito. Comandou a Província do Espírito Santo **entre 28 de agosto de 1865 e 8 de abril de 1867.** Tinha apenas 31 anos. Antes, havia sido presidente das províncias de Sergipe, de 31 de julho de 1863 a 1864 e de Santa Catarina, de 25 de abril de 1864 a 24 de abril de 1865.

21) Carlos de Cerqueira Pinto

Baiano e formado em Direito no Recife em 1860, Carlos Cerqueira Pinto foi nomeado chefe de Polícia da Província do Espírito Santo em 17 de fevereiro de 1866, entrou em exercício em 15 de setembro, e como vice-presidente provincial assumiu o comando da Província do Espirito Santo entre **8 de abril de 1867 e 11 de outubro de 1867**. Assumiu como chefe de Polícia em Santa Catarina em 20 de novembro de 1867, onde também virou vice-presidente e comandou a província interinamente entre 30 de agosto de 1868 e 11 de janeiro de 1869.

22) Francisco Leite Bittencourt Sampaio

Laranjeiras (SE), 1 de fevereiro de 1834 — Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1895

Formado em Direito em 1859 (começou o curso no Recife e terminou em São Paulo. Foi deputado geral entre 1864-1866 e 1867-1870 e governou a Província do Espírito Santo entre **11 de outubro de 1867 e 26 de abril de 1868,** aos 33 anos. Pertencia ao Partido Liberal, mas em 1870 assumiu a causa republicana. Em 12 de novembro de 1889 foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional, onde ficou até 1892. Bittencourt Sampaio era espírita e poeta.

23) José Maria do Vale Júnior

Desterro (PB), 29 de maio de 1835 — São Paulo, 29 de março de 1914)

Bacharel em Direito formado em São Paulo em 1860. Foi deputado provincial em Santa Catarina (em 1862 e 1863).Em 1867 foi nomeado juiz de Direito de São Mateus (ES) e depois chefe de Polícia da Província. Como **vice-presidente**, dirigiu a Província do Espírito Santo entre **16 de abril 1º de setembro de 1868.** Não governou nenhuma outra província.

24) Luís Antônio Fernandes Pinheiro

(1835 – 1905)

Bacharel em Direito, foi nomeado chefe de Polícia da Província do Espírito Santo em 1868, mesmo ano em que foi nomeado presidente da Província entre **1º de setembro de 1868 e 8 junho de 1869** (posse aos 33 anos aproximadamente)**.** Depois foi empossado como juiz de Direito em Campos (Rio de Janeiro). Não governou nenhuma outra província.

25) Antonio Dias Paes Leme

São Paulo, 2 de abril 1832 — Portugal, 14 Janeiro 1887.

Governou a província de **17 de setembro de 1869 a 13 de agosto de 1870**.

26) Francisco Ferreira Correia

Paranaguá (PR), 17 de abril de 1834 — Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1876

Era bacharel em Direito e foi presidente da Província de Santa Catarina entre 18 de maio de 1870 a 9 de janeiro de 1871 e do Espirito Santo, aos 36 anos de idade, entre **18 de fevereiro de 1871 a 19 de junho de 1872**; assumindo depois o cargo de juiz de Itapemirim, para o qual já tinha sido nomeado em 1870; mas em 4 de novembro de 1872 foi removido para Araruama (Rio de Janeiro). Não dirigiu mais nenhuma província ou cargo de relevância no império.

27) Antônio Gabriel de Paula Fonseca

Diamantina (MG), 10 de janeiro de 1821 — 1875

Há poucas informações. Governou a província do Espírito Santo **entre 19 de junho de 1872 a 16 de novembro de 1872.** Estava com 51 anos e não governou nenhuma outra província ou teve cargo de relevância no Império.

28) (Coronel) Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas

Vitória, 21 de julho de 1831 — Vitória, 12 de julho de 1889

O historiador Estilaque Ferreira, na introdução da segunda edição do livro Província do Espírito Santo, de Basílio Carvalho Daemon, diz que Manoel Ribeiro foi "grande chefe do Partido Conservador Provincial". Como deputado provincial e primeiro vice-presidente, assumiu o comando da Província por cinco vezes, sendo quatro vezes durante a existência da Colônia Santa Leopoldina (**16 de novembro de 1872 a 28 de dezembro de 1872, 8 de outubro de 1873 a 6 de novembro de 1873, 29 de abril de 1874 a 4 de maio de 1875 e 24 de dezembro de 1875 a 3 de janeiro de 1876**). Segundo Carvalho Daemon, Manoel Ribeiro descendia do Ouvidor Geral e Corregedor da Capitania do Espírito Santo, nomeado para aquele cargo em 1787. Em 1849 tinha sido um dos homens que atirou nos escravos revoltosos de Queimado, na Serra.

29) João Tomé da Silva

Sobral (CE), 25 de janeiro de 1842 — Recife, 4 de abril de 1884

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1865, cidade onde se tornou promotor. Com 30 anos foi nomeado presidente da Província do Espírito Santo, onde governou entre **28 de dezembro de 1872 e 8 de outubro de 1873;** depois governou ainda Santa Catarina de 24 de outubro de 1873 até 23 de abril de 1875 e Alagoas, de 27 de maio de 1876 a 7 de junho de 1877, ano em que se tornou professor da Faculdade de Direito do Recife.

30) Luiz Eugênio Horta Barbosa

Foi presidente da província do Espírito Santo de **6 de novembro de 1873 a 29 de abril de 1874**. Foi ainda presidente das províncias do Piauí, de 4 de agosto de 1876 a 2 de janeiro de 1877, de Alagoas, de 1876 a 1877 e de Minas Gerais, de 1887 a 1888.

31) Domingos Monteiro Peixoto (Barão de São Domingos)

Dirigiu a Província de Piauí de 9 de abril a 21 de abril de 1870; de Amazonas de 8 de julho de 1872 a 16 de março de 1875 e do Espírito Santo de **4 de maio a 24 de dezembro de 1875**. Era formado em Direito e constitui-se num caso interessante, pois veio da Província do Amazonas acusado de inúmeros atos de corrupção. No Espírito Santo, administrou por oito meses, mas segundo Basílio Carvalho Daemon, seu sucessor, o vice-presidente Coronel Manoel Ribeiro Coutinho de Mascarenhas decidiu tornar nulos, já nos dias 29 e 30 de dezembro, "os contratos feitos pelo ex-presidente da província, bacharel Domingos Monteiro Peixoto, hoje barão de São Domingos, por serem lesivos à Fazenda Provincial, e foram rescindidos os da compilação das leis provinciais 781 o da iluminação a gás, 782, o da limpa do rio Santa Maria,783 o da navegação a vapor dos rios São Mateus e Itaúnas, 784, o da publicação do *Dicionário Histórico e Geográfico*,785 o do aumento dos vencimentos de alguns empregados que já eram regulados, por só ter vigor o regulamento do 1º de julho de 1876". Em 1876, já fora da Província, ele recebeu do rei de Portugal o título de Barão de São Domingos, o que provocou revolta na comunidade portuguesa de Manaus, que afirmavam que os documentos usados para obtenção do título eram falsos.

32) Manoel José de Menezes Prado

Bacharel. Foi presidente das províncias do Espírito Santo, de **3 de janeiro de 1876 a 5 de janeiro de 1877**, e do Piauí, de 16 de outubro de 1885 a 7 de setembro de 1886.

33) (Coronel) Manoel Ferreira de Paiva

Carvalho Daemon registra que em 1850 o professor Manoel Ferreira de Paiva foi nomeado como primeiro professor da cadeira de gramática latina da Serra. Depois virou inspetor de Educação. Em 1854 foi eleito deputado províncial, sendo reeleito nos anos seguintes, sendo que em 1870 já tinha recebido a patente de coronel (da Guarda Nacional, evidentemente). Em 1876 era primeiro vice-presidente provincial. E neste cargo é que acabou assumindo a direção da Província por duas vezes, entre **5 de janeiro a 29 de janeiro de 1877** e de 11 de julho a 23 de julho do mesmo ano.

34) Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama

Administrou, como presidente, a Província do Espirito Santo entre **29 de janeiro de 1877 e 11 de julho de 1877**. Suas referências são várias eleições para câmara de Juiz de Fora (MG) nas décadas de 1850 e 1860. Só dirigiu a província do Espirito Santo. De acordo com o site de genealogias Geneall, "os Nogueira da Gama estão entre as grandes famílias da aristocracia rural do Império".

35) Afonso Peixoto de Abreu Lima

Presidente da Província entre **23 de julho de 1877 e 19 de fevereiro de 1878.** Só governou a província do Espírito Santo. Era bacharel em Direito

36) (Barão de Monjardim) Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida

Vitória, 20 de abril de 1836 — Vitória, 7 de junho de 1924

Filho do coronel Monjardim, foi inspetor da alfândega do Rio de Janeiro, por onde se aposentou. Foi deputado provincial e deputado geral. Como vice-presidente da Província assumiu o comando por cinco vezes durante o período imperial, sendo quatro na época da Colônia Santa Leopoldina (**19 de fevereiro a 4 de abril de 1878, 2 de janeiro a 7 de março de 1879, 19 de julho a 6 de agosto de 1880, 13 de fevereiro a 3 de abril de 1882.)** No período republicano foi o quinto presidente do Estado, de 7 de junho a 18 de dezembro de 1891.

37) (Conselheiro) Manuel da Silva Mafra

Desterro (PB), 12 de outubro de 1831 — Niterói, 11 de março de 1907

Formado em Direito no Recife em 1855, foi juiz de Direito e deputado provincial em Santa Catarina por cinco mandatos entre 1860 e 1881; deputado geral do Império por dois mandatos entre 1882 e 1886 e **ministro da Justiça** no gabinete liberal entre 1º de fevereiro a 3 de julho de 1882. Dirigiu a Província do Espírito Santo entre **4 de abril de 1878 e 2** de **de 1879**. Sua administração foi marcada por uma grande polêmica em relação à Assembleia Provincial, invadida e ocupada por um grupo que tomou conta do parlamento por várias sessões. Há uma cidade em Santa Catarina com seu nome.

38) Eliseu de Souza Martins

Tranqueira (PI), 1842 — 23 de janeiro de 1894

Era formado em Direito pela faculdade do Recife, foi promotor de Justiça, secretário de governo e deputado geral por Piauí. Foi governador das províncias do Rio Grande do Norte (18 de março de 1878 a março de 1879) e do Espírito Santo entre **7 de março de 1879 a 19 de julho de 1880**. Depois foi senador no período republicano pelo Piauí nos dois primeiros mandatos (1890 a 1891 e 1891 a 1893), tendo chegado a primeiro secretário do Senado. Há uma cidade no Piauí com seu nome.

39) Marcelino de Assis Tostes (Barão de São Marcelino)

2 de junho de 1838 — Juiz de Fora, 13 de maio de 1913

Governou a Província do Espírito Santo entre **6 de agosto de 1880 a 13 de fevereiro de 1882.** Tinha 42 anos ao assumir a administração provincial. Nunca mais dirigiu outra província ou teve cargo de expressão. Coincidentemente, ele aparece na lista de vereadores de Juiz de Fora (Minas Gerais) do ano de 1865 a 1868 junto com Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, que dirigiu a Província do Espírito Santo poucos anos antes. Marcelino de Assis Tostes era Bacharel em Direito, grande proprietário de terras e também deputado provincial em Minas antes de governar o Espírito Santo. Nunca mais governou outra província.

40) Herculano Marcos Inglês de Souza

Óbidos (PA), 28 de dezembro de 1853 — Rio, 6 de setembro de 1918

Fundador da cadeira número 28 da Academia Brasileira de Letras (ABL), o liberal paraense Inglês de Souza é entre os presidentes da Província do Espírito Santo de todo o período o imperial se consagrou como intelectual. É considerado um dos iniciadores do Naturalismo no País. Advogado de formação (formou-se na Faculdade de São Paulo em 1876), por onde foi deputado provincial por São Paulo. Governou a Província de Sergipe entre 17 de maio de 1881 a 22 de fevereiro de 1882. Logo em seguida, tomou posse da Província do Espírito Santo, que ele dirigiu entre **3 de abril a 9 de dezembro de 1882** (tinha 29 anos), que ele deixou para assumir mandato na Assembleia paulista. Na administração da província propôs mudança da capital de Vitória para o interior do Estado Foi ainda presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do País em 1908 (equivalente da OAB).

Fontes: Programas Ministeriais (1822 a 1889), Basílio Carvalho Daemon, no livro "Província do Espírito Santo", José Teixeira de Oliveira, no livro "História do Estado do Espírito Santo", site do Senado, site da Câmara dos Deputados, Wikipedia e sites de genealogia